



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 198, QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2024

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 160ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024

1.1 – ABERTURA	9
----------------------	---

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Oradores

Senador Eduardo Girão – Considerações sobre a reunião, em Washington, D.C., capital dos EUA, no último dia 15, de S. Exa. e outros parlamentares com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre as alegadas violações da liberdade de expressão no Brasil e indignação com a possível intervenção do Governo brasileiro junto a esse órgão. Apelo ao Senado Federal para a análise dos pedidos de <i>impeachment</i> de Ministros do STF.	9
--	---

Senador Esperidião Amin – Preocupação com a trafegabilidade no trecho norte da BR-101, em Santa Catarina, destacando os possíveis impactos econômicos e logísticos causados pela infraestrutura precária da rodovia. Apelo ao Ministro dos Transportes pela conclusão das tratativas para a otimização e prorrogação do contrato de concessão da rodovia até 2048.	13
---	----

Senador Sergio Moro – Preocupação com o incêndio que atinge o Parque Nacional de Ilha Grande, na cidade de Guaíra-PR, e cobrança de providências ao Governo Federal.	14
---	----

Senador Marcos do Val – Denúncia da suposta interferência do atual Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, na eleição presidencial brasileira de 2022, em acordo com o Presidente do TSE à época, o Ministro do STF Alexandre de Moraes.	15
--	----

Senador Hamilton Mourão – Necessidade de regras previdenciárias e funcionais adequadas às peculiaridades da carreira militar e insatisfação com as propostas apresentadas pelo Governo Federal para alteração dessa legislação.	16
--	----

Senador Cleitinho – Preocupação com a possibilidade de redução do valor do salário mínimo, em especial diante do aumento do custo de vida do brasileiro.	19
---	----

1.2.2 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão especial para as 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.	22
--	----

1.3 – ENCERRAMENTO	22
--------------------------	----

2 – ATA DA 161ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024



2.1 – ABERTURA	24
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Detinada a comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, dia 20 de novembro, nos termos do Requerimento nº 39/2024, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	24
2.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	24
2.2.2 – Exibição do <i>trailer</i> do documentário “Senado, a História que transformou o Brasil”, produzida pela TV Senado e pela TV Cultura.	25
2.2.3 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	25
2.2.4 – Exibição do <i>trailer</i> do documentário “O sonho de Abdias”	30
2.2.5 – Exibição do <i>trailer</i> do documentário “Quando Elas se Movimentam”	31
2.2.6 – Oradores	
Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal	32
Sra. Lídice da Mata, Deputada Federal	34
Sr. Cleber Santos Vieira, Secretário substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)	36
Sr. Antônio Carlos Côrtes, advogado e um dos fundadores do Grupo Palmares	39
Sr. Douglas Belchior, cofundador da Organização Não Governamental Uneafro Brasil e da Coalizão Negra por Direitos	43
Sr. Nilmário Miranda, ex-Deputado Federal	47
Sra. Reginete Bispo, Deputada Federal	49
Sr. José Maximino da Silva, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)	52
Sra. Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Ações Governamentais do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco.	54
Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)	58
2.3 – ENCERRAMENTO	59

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 70/2024)	61
---	----



3.1.2 – Deferimento

Deferimento dos Requerimentos nºs 684, 686 e 699/2024-CDIR. 63

3.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Izalci Lucas - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno . 65

3.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 5791/2019, que *institui a Política Nacional de Cuidados*. 69

Projeto de Lei nº 1732/2022, que *altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento*. 82

Projeto de Lei nº 4932/2023, que *altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários*. 86

3.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 235/2024, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 10.493, de 2018 (PLS nº 206/2007)*. 95

Nº 588/2024, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2017 (nº 2.597, de 2024, na Câmara dos Deputados)*. 96

Nº 593/2024, na origem, que *comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.205, de 2024*. 97

3.1.6 – Parecer aprovado em Comissão

Nº 129/2024-CE, sobre o Projeto de Lei nº 2755/2022 100

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 2755/2022 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 441/2024-CE) 110

3.1.7 – Projetos de Lei

Nº 4435/2024, do Senador Eduardo Girão, que *institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário*. 113

Nº 4438/2024, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispensar atletas profissionais de estágio obrigatório em curso superior de educação física*. 117



Nº 4439/2024, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira.* 122

Nº 4449/2024, do Senador Jader Barbalho, que *institui a obrigatoriedade para que as empresas de apostas informem os usuários sobre os riscos associados aos jogos de azar.* 127

Nº 4450/2024, do Senador Jader Barbalho, que *estabelece regras destinadas ao combate aos crimes de estelionato telefônico.* 132

3.1.8 – Projeto de Lei Complementar

Nº 201/2024, da Senadora Leila Barros, que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas.* 138

3.1.9 – Requerimentos

Nº 796/2024, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro da Casa Civil, sobre a reunião realizada no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro de 2024, envolvendo o Presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Diretor-Geral da Polícia Federal. 146

Nº 797/2024, do Senador Eduardo Girão, requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde. 151

Nº 798/2024, do Senador Eduardo Girão, requer informações à Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, sobre o financiamento, execução e contrapartidas relacionadas ao evento “Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza”, realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro. 157

Nº 799/2024, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre os recursos destinados pelas empresas Petrobras e Itaipu ao evento “Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social”, realizado às margens da Cúpula do G-20 Social. 162

Nº 800/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à toda diretoria da Associação Juliano Varela, pela inauguração do prédio do Centro de Especialização em Reabilitação. 168

Nº 801/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Desembargador João Marcelo Balsanelli, pela solenidade de posse dos novos dirigentes da Corte, eleitos para o biênio 2025/2026. 171

Nº 802/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Sr. Marcelo Bertoni, pelo êxito no acordo histórico firmado para resolução de um dos conflitos fundiários mais antigos do Estado de Mato Grosso do Sul. 173



Nº 803/2024, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, sobre recursos destinados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal ao evento “Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social”, realizado às margens da Cúpula do G-20 Social. 177

Nº 804/2024, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Corrêa Rodrigues. 183

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 187

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 190

6 – LIDERANÇAS 191

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 194

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 202

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 207

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 254

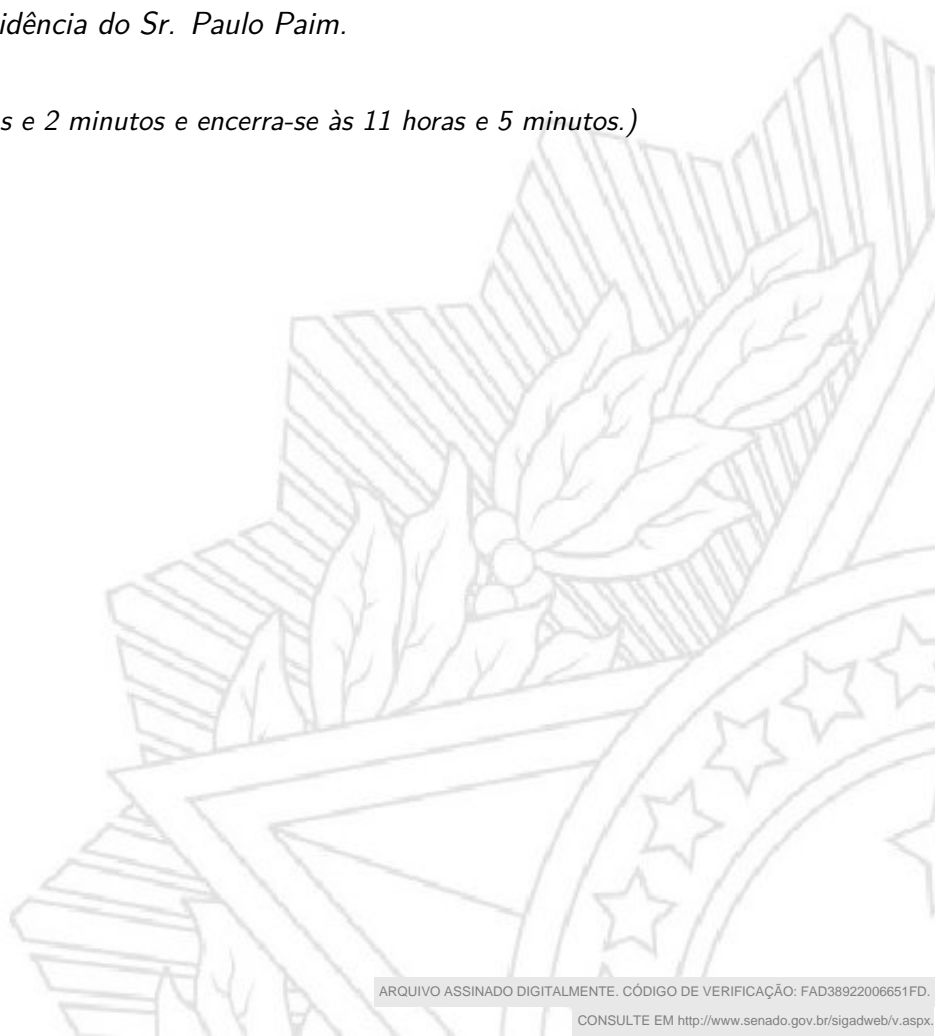


Ata da 160ª Sessão, Não Deliberativa,
em 19 de novembro de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 5 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio de totens disponibilizados na Casa. Os Senadores presentes e remotamente, inscritos para o uso da palavra, poderão fazê-lo através de videoconferência.

Vamos à lista de oradores.

Eu sou o primeiro inscrito, mas, como estou presidindo o trabalho, passo, de imediato, a palavra ao Senador Eduardo Girão e lembro a todos que às 10h em ponto teremos aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 11h em ponto. Às 10h em ponto, nós combinamos de abrir, não é, Girão? Estávamos aqui os dois.

Às 11h, teremos a sessão de 20 de novembro, Zumbi, Dia da Consciência Negra. Lembro que amanhã será feriado nacional em todo o país.

Para ganhar tempo, vou falar pouco e passo, de imediato, a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido Presidente, Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Hoje nós temos uma sessão virtual. Já estou vendo que o Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, está conectado e deve também fazer o seu pronunciamento.

Quero saudar aqui os assessores, os funcionários desta Casa, as brasileiras e os brasileiros que nos acompanham aí através do trabalho da equipe da TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Sr. Presidente, nesse final de semana – na verdade, no dia 15, Dia da Proclamação da República –, eu fiz uma maratona para estar em Washington, para, junto com o Deputado Marcel van Hattem, participarmos, no último dia 15, sexta-feira, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, de uma reunião que eles chamaram de – abro aspas, Senador General Hamilton Mourão – “espaço de escuta bilateral”, para reforçar as graves denúncias de violação da liberdade de expressão no Brasil. Também participou – de forma remota, porque era o aniversário da sua mãe e não pôde ficar, ela voltou – a Deputada Bia Kicis, que estava durante a semana lá, mas, no dia específico, ela teve que voltar porque era o aniversário de sua mãe.

Agora, eu preciso explicar que esta audiência estava marcada inicialmente para o dia 13, não para o dia 15, e houve uma intervenção do Governo Lula, do Governo Federal. Ficou claro, durante esse encontro que nós fizemos lá na última sexta-feira, saiu até na Bela Megale, no jornal *O Globo*, mostrando que o Governo brasileiro interveio no sentido de adiar, *sine die*, a reunião na OEA de direitos humanos, em que seriam ouvidos, Senador General Hamilton Mourão, o próprio Governo brasileiro, Deputados e Senadores que têm denunciado os abusos, especialmente, do Judiciário no Brasil, seriam ouvidas ONGs brasileiras – e foi desmarcado misteriosamente às vésperas. Deputados tinham se organizado, Senadores tinham se organizado para ir participar desse evento. E no jornal *O Globo* saiu a matéria da Bela dizendo que o Governo convidou a OEA para vir ao Brasil no primeiro semestre do ano que vem, e a OEA, por causa disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos resolveu adiar. Agora, um detalhe: ela preferiu ouvir o Governo brasileiro e ONGs também – tem esse detalhe –, ONGs que disseram que o ambiente



não seria harmonioso, que grupos que ali estariam são produtores de *fake news*, que o ambiente seria até perigoso em termos de... fisicamente.

Parece piada, mas não é, não! Aí a Comissão Interamericana de Direitos Humanos resolveu ouvir essa lorota de ONGs brasileiras que recebem financiamento sabe-se lá de quem, com quais interesses, elas têm, de esconder a verdade, e ouvir o Governo brasileiro, que quer empurrar com a barriga ao máximo esse assunto, porque sabe que não tem como encobrir a verdade do que está acontecendo aqui no Brasil, porque nós não temos democracia no Brasil; nós temos uma ditadura com direito a presos políticos aos montes. Daqui a pouco, inclusive, temos uma audiência pública aqui na Comissão de Segurança do Senado para ouvir familiares e advogados, Parlamentares sobre esses sucessivos abusos que vêm numa escalada sem fim.

E aí eles cancelam a reunião, e nós fomos tomar satisfação. Eu fui com o Deputado Marcel van Hattem, a Deputada Bia Kicis entrou via remota, e nós fomos firmes ao perguntar por que o silêncio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, já que não é de hoje que a gente denuncia. Eu já estive lá com outros Parlamentares – Magno Malta, Jorge Seif, vários outros Deputados Federais e Deputadas –, outras vezes, presencialmente, de forma remota, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos está calada, não se manifesta! E eu disse lá: “Por coisa muito menor, se fosse no Peru, se fosse na Argentina, na Guatemala, em qualquer outro país, vocês imediatamente agiriam. Por que no Brasil é diferente?”

Então, Sr. Presidente, a reunião realmente começou de forma muito tensa, Senador Izalci, com questionamentos sobre o porquê do cancelamento da audiência pública marcada para o dia 13. Estranhamente – olha só, um evento bilateral de que nós participamos agora no dia 15, menor, um evento fechado, já que eles cancelaram a do dia 13 –, eles não deixaram filmar. Tinha lá a equipe da TV Florida, o Coronel Gerson Gomes estava para cobrir o evento. E, dentro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, eles não deixaram; um evento sobre liberdade de expressão, sobre censura no Brasil, que a gente estava denunciando, eles não deixaram filmar. O Deputado Marcel van Hattem protestou, eu também reforcei, diante dessa censura dentro da própria reunião lá da Comissão de Direitos Humanos.

Agora um detalhe: o Relator Especial para a Liberdade de Expressão, Pedro Vaca, afirmou ter recebido volumosas informações do Governo brasileiro sobre o assunto. E também soubemos que várias ONGs brasileiras contrárias à realização da audiência pública também já tinham sido ouvidas pela Comissão. Mas o evento não tinha sido cancelado? Como é que eles receberam isso antes? Olha só de que lado está. Tire a sua conclusão, brasileiro, sobre se existe imparcialidade dentro desta Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Eu protocolei um pedido oficial de informações, requisitando o inteiro teor dessas correspondências entre a Comissão e o Governo Federal, incluindo todos os *e-mails* e documentos. O fato é que, desde o dia 7 de outubro de 2024, havia sido confirmada pelo Secretário-Geral Adjunto da Comissão, a realização da audiência pública presencial intitulada Audiência 17: institucionalidade democrática, poder judicial e governança dos conteúdos de internet no Brasil. E havia sido, repito, confirmada para a data do dia 13 de novembro.

Mas, a partir daí, começaram a ocorrer fatos muito estranhos. Já no dia 28 de outubro, chegou a informação de que a audiência pública estava sendo adiada, mas sem definição de uma nova data. E qual foi a justificativa? É bom deixar isto claro no Parlamento brasileiro – e eu o faço aqui na tribuna –: a visita ao Brasil do Relator Especial para a Liberdade de Expressão, o Sr. Pedro Vaca – ele é o Relator Especial para a Liberdade de Expressão –, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2025.

É extremamente óbvio que tal agenda não impediria em nada a realização da audiência; uma coisa não anula a outra. Apesar de nossos protestos, a Comissão Interamericana informou que não seria mais realizada nenhuma audiência sobre esse importante assunto, mantendo apenas o que eles chamaram de



espaço de escuta bilateral, que acabou ocorrendo na última sexta-feira, dia 15.

Há, portanto, Sr. Presidente, indícios muito claros de possível interferência do Governo brasileiro, aliás, uma interferência, já que se meteu na hora para chamar para cá só no primeiro semestre, como se o caso do Brasil não fosse urgente, urgentíssimo – as violações que nós estamos tendo aqui. Apresentamos, através desta Casa, um requerimento formal de explicação ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e, devido à gravidade da questão, entramos também com requerimento pedindo a convocação do Ministro para comparecer à Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

É incontestável o argumento... Aliás, o agravamento da violação da liberdade de expressão no Brasil, com a implantação gradual da censura, principalmente por parte do Supremo Tribunal Federal. E eu alerto a você, brasileira, brasileiro que está nos assistindo, e aos Senadores e Senadoras aqui: dia 27 de novembro – passa rápido, 27 de novembro, já é na próxima semana –, nós vamos ter o julgamento do Supremo Tribunal Federal para controlar a sua rede social. Sabia disso? Algo que foi tentado aqui, no Congresso, e foi rejeitado – foi rejeitado –, não fluiu, porque a população brasileira, através de Senadores e Deputados Federais, disse “não”. E dia 27, na semana que vem, o Supremo Tribunal Federal pode efetivamente controlar as redes sociais, porque é isso que eles querem, junto com o Governo Lula.

Vocês se lembram do Ministro Flávio Dino? No ano passado, no meio dessa discussão, ele era Ministro da Justiça e Segurança Pública e disse, numa coletiva – entre outras palavras, foi mais ou menos assim –: “Ou o Congresso regula as redes sociais, ou o Governo Lula vai fazer isso, ou o Supremo vai fazer isso”. Olhem a ameaça que foi feita lá atrás.

Estão cumprindo agora, porque o Congresso... Nós somos eleitos para isto: para legislar. É uma atribuição típica do Parlamento, que resolveu não mexer com isso, sendo que o Brasil é o país que tem que ter, pelo princípio constitucional, a livre opinião, a liberdade de expressão, não a censura. Mas o Supremo está a uma semana de interferir e censurar o povo brasileiro.

Nós denunciemos, nos Estados Unidos, isso também, lá na Associação pela Liberdade, uma associação muito tradicional nos Estados Unidos, que abraça todos os países do mundo. Nós denunciemos naquele organismo.

Sr. Presidente, para piorar essa situação, parte expressiva da grande mídia brasileira vem também se mantendo calada, de forma conveniente, pois a censura em curso ataca diretamente as redes sociais, “apenas” – entre aspas – as redes sociais. Então, isso, de alguma forma, vai ter um ganho para as grandes mídias, especialmente em direitos autorais, tem uma série de outras situações.

Por isso, vamos continuar apelando aos organismos internacionais, sim, como a OEA, com o objetivo de restaurar o Estado democrático de direito, tão atacado justamente por aqueles que deveriam ser os verdadeiros guardiões da nossa Constituição, dos direitos humanos garantidos pela nossa Carta Magna.

Enquanto buscamos esse caminho, continuamos aqui clamando para que esta Casa se levante perante as injustiças que estão ocorrendo, dia sim, dia não, no Brasil, coração do mundo, pátria do Evangelho.

Que saíamos dessa posição inaceitável de subserviência diante de tantos abusos cometidos principalmente...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... por alguns Ministros da Suprema Corte brasileira, dentre eles...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, quero só fazer um apelo a V. Exa. – até combinei com V. Exa. ontem... Nós estamos aqui em cinco oradores; se cada um ficar exatamente em dez minutos, vai dar – dez, onze – para a gente iniciar a sessão às 11h, do Dia Nacional de Zumbi, porque vão vir jovens de escolas, e eles têm que sair



ao meio-dia. Então, o apelo que eu faço a V. Exa. é que conclua, e para os outros, naturalmente, fica o mesmo pedido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não... Tanto é que eu estava nos últimos 50 segundos, quando o senhor interrompeu... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas agora eu vou lhe dar mais um minuto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, nem precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, nem precisa, porque, dentre os Ministros, eu cito apenas o Alexandre de Moraes, cujo último pedido de *impeachment*, composto por mais de 50 laudas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... foi assinado por 157 Parlamentares, por dois grandes juristas – Desembargador Sebastião Coelho e Rodrigo Saraiva Marinho, constitucionalista – e por quase 2 milhões de cidadãos brasileiros, mas continua sendo ignorado pela maioria dos Senadores desta legislatura.

Então, que a gente possa ter um resgate, Presidente, Senador Paim, do papel fundamental do Senado da República, da Casa revisora da República, para que, ainda nos seus 200 anos, no seu Bicentenário, possa finalmente defender a Carta Magna, fazendo a análise de *impeachment* de ministros, que é a única coisa que não foi feita ainda por esta Casa para restabelecer o Estado democrático de direito, porque hoje nós temos não uma democracia, temos uma ditadura da toga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Girão, porque cumpriu o nosso acordo, disse: “Me avisa que eu vou ajustar para que todos possam falar, e eu vou falar o mínimo possível”.

Então, primeiro, cumprimento o Senador Girão e cumprimento o Nilmário.

O Nilmário foi Deputado Federal e Ministro. Ele já veio para a sessão das 11h, pois vai ser um dos oradores aqui, já que foi Ministro dos Direitos Humanos e leva essa causa com ele.

De imediato, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, remotamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser.

Não! Ele já entrou.

Senador Esperidião Amin, é um prazer ouvi-lo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom, quem pode me dar som é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está garantido aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Bom, muito obrigado por liberar, por me libertar da censura, então. (*Risos.*)

É um prazer revê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Muito criativo V. Exa. sempre!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Nós, que estivemos juntos em Porto Alegre na última quinta-feira... Aliás, quero lhe dizer que tive o privilégio, antes do nosso encontro, de almoçar num lugar que me evocou muitos anos atrás, quando eu estive no então restaurante Treviso, no Mercado Público, com a minha mãe, sob a cadeira do Francisco Alves. Agora a cadeira do Francisco Alves mudou de restaurante, e eu tive a oportunidade de ir lá com os meus amigos Celso Bernardes, seu amigo também, torcedor do time da mesma cor da gravata que o senhor usa, Colorado, e o nosso Senador Heinze. Evoquei aí o tempo lá distante das minhas primeiras viagens a Porto Alegre, quando eu ainda queria ser padre jesuíta.

Eu queria aproveitar aqui a oportunidade para fazer um registro, tendo ouvido o nosso Senador Girão: realmente nós temos que ter grandes preocupações institucionais.

Mas o que me faz ocupar o tempo da minha fala, prezado Presidente Paulo Paim, é para abordar, com a responsabilidade de Senador por Santa Catarina, a oportuna reportagem do jornalista Marcelo Toledo, no jornal *Folha de S.Paulo*, de domingo passado, p. A25, que tem o seguinte título: “BR-101 vira avenida e trava acessos a portos e cidades de Santa Catarina”.

Realmente, especialmente no trecho norte da BR-101, nós estamos vivendo provavelmente uma das piores situações de rodovias já duplicadas do mundo e, seguramente, a mais intrincada via de comunicação rodoviária do Brasil.

Foi iniciado, em julho deste ano, o processo de discussão da chamada otimização do contrato de concessão da BR-101. No contrato de concessão da BR-101, não dá para criticar governo anterior. O contrato foi firmado em 2008, portanto, sob o Governo do Presidente Lula, no seu segundo mandato. O contrato tinha e tem falhas estruturais, falhas jurídicas, e Santa Catarina sofreu muito os efeitos dessas falhas e da nossa incapacidade de atualizar esses contratos, especialmente durante a construção do Contorno Viário da Grande Florianópolis e nos melhoramentos, na atualização da BR-101. Agora, nós temos diante de nós essa oportunidade.

E eu quero ressaltar que as primeiras reuniões que nós tivemos, com a participação do próprio Ministro Renan Filho, com a participação da ANTT, que, diga-se, ao longo desse tempo, aprimorou muito os seus processos de fiscalização, mas não consegue mudar textos contratuais, e já se gabaritou para termos contratos mais eficazes, premiando cumprimento de metas e corrigindo o descumprimento de metas que devem constar do contrato...

Esta reportagem traz a lume, traz à luz do dia e para todos nós a percepção de que Santa Catarina conta com seis portos extraordinários: quatro deles ao norte, exatamente supridos pela BR-101 no seu contrato norte – diga-se: Porto Itapoá, Porto de São Francisco do Sul, Porto de Itajaí, Porto de Navegantes –; ao sul, temos Imbituba e Laguna. Referindo-me exatamente à BR-101 trecho norte, nós temos a necessidade de complementar as audiências que já tivemos e reduzir este sofrimento e este prejuízo econômico que Santa Catarina sofre com a atual situação de trafegabilidade, de operação da BR-101 trecho norte, especialmente.

Por isso, eu quero aqui deixar consignados dois pedidos. Primeiro ao Ministro Renan Filho: que dê sequência e conclua, nos ajude a concluir as nossas tratativas sobre a otimização do contrato da BR-101 trecho norte – repito, trecho Florianópolis divisa com o Estado do Paraná. E que, nos próximos três anos, como rezam as regras desse contrato expandido, dessa otimização e prorrogação de contrato de 2033 para 2048, possamos ver atendidos os nossos pedidos mais prementes e urgentes, especialmente aqueles que possam ser realizados nos três primeiros anos dessa prorrogação, otimização.

Deixo aqui registrados esses dois apelos em nome da economia e da sociedade catarinense, lembrando que esta economia é fundamental, especialmente para a exportação de produtos com valor agregado, com



tecnologia, ou seja, containerizados, produtos de grande importância para a balança comercial brasileira. Portanto, em nome do interesse do Brasil e do interesse de Santa Catarina é que eu faço esse registro, fazendo votos de que ainda neste mês de dezembro, especialmente no início, nós possamos ter do Ministério dos Transportes, da ANTT e da concessionária essa concertação que nos livre ou atenuar, pelo menos, esse momento difícil que a economia e a sociedade catarinense estão a viver.

Muito obrigado pela oportunidade. Voltarei ao tema na próxima ocasião de sessão plenária, igualmente, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin, que nos assegurou mais dois minutos. Nós estamos correndo aí para chegar às 11h, dando a palavra a todos. Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu quero só registrar a presença dos alunos da Apae-DF, que estão aqui assistindo à fala dos nossos Senadores.

Sejam todos bem-vindos, viu? (*Palmas.*)

De imediato, passamos a palavra para o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, quero cumprimentar aqui o público presente da escola aqui do Distrito Federal, da Apae. Sempre acompanhei o trabalho da minha esposa, minha esposa foi Procuradora da Federação Nacional das Apaes, sempre teve um trabalho muito próximo, a gente tem um grande apreço pelo trabalho que fazem as APAEs no país. Então, meus parabéns a todos.

Eu vou ser breve, Senador Paim, no meu pronunciamento. Eu quero chamar a atenção aqui para um problema que está acontecendo, recorrente, lá no Estado do Paraná, em relação à cidade de Guaíra. Notícia de hoje, do dia: chamas, um incêndio sem controle no Parque Nacional de Ilha Grande, em especial na Ilha Peruzzi.

Guaíra tem sido negligenciada pelo Governo Federal desde o início dessa gestão. Sofreu invasões, a população indígena ou pessoas afirmando serem indígenas invadiram terras ali, propriedades privadas na região de Guaíra e Terra Roxa. Isso tem gerado um grande problema, até porque o estado não tem dado resposta a essa situação. A via judicial da reintegração de posse está paralisada, por decisões judiciais e pelo desrespeito, pelo Governo Lula, do marco temporal, lei aprovada aqui pelo Congresso. Mas, além disso, desde o ano passado e início deste ano em particular, o Parque Nacional de Ilha Grande, que é federal e controlado pelo ICMBio, tem sofrido sucessivos incêndios. Eu estive, durante a campanha eleitoral, em Guaíra e pude ver *in loco* a cidade coberta por fumaça de queimadas.

Talvez Guaíra, diferentemente do Pantanal, não atraia tanto a atenção nacional, como os incêndios, as queimadas descontroladas lá do Pantanal Mato-Grossense, mas, ainda assim, o Parque Nacional de Ilha Grande reúne um bioma importante para o país, e a população da região, seja de Guaíra ou do oeste do Paraná, tem sofrido com essas sucessivas queimadas e o sucessivo descontrole por parte do Governo Federal. Houve notícia de que um incêndio havia começado na ilha principal do parque nacional, que é a própria Ilha Grande, em 22 de outubro, e aparentemente foi controlado, mas chegou a haver a destruição de mais de 230ha ali dessa ilha. E agora, no dia 18 de novembro, um novo incêndio se iniciou em outra ilha desse parque, que é a Ilha Peruzzi. As chamas de tão intensas estão sendo vistas a quilômetros de distância, em cidades dali, como até de Terra Roxa. Veja, é um parque nacional sujeito à gestão e conservação pelo Governo Federal; no entanto, essas chamas têm sido recorrentes desde o início do ano.

Será que não tem o Governo Federal condições, com todo o seu discurso sobre conservação ambiental, com todo o seu discurso sobre conservação da Amazônia, com toda a sua preocupação sobre a mudança climática, de fazer pelo menos a lição de casa aqui e controlar os incêndios neste país? Tudo bem, a gente sabe que isso não é uma tarefa tão singela e tão simples, mas aqui nós estamos falando de uma



área no Estado do Paraná que é passível de controle, sim, e de cuidado. No entanto, não é um incêndio ocorrendo ocasionalmente, um incidente, um episódio isolado no tempo e espaço. Nós temos visto, neste ano, sucessivos incêndios, que têm destruído esse bioma importante e, por outro lado, têm gerado uma série de... Não vou dizer incômodos, não. Têm atrapalhado a vida do cidadão do oeste do Paraná e comprometido a própria saúde da população da região, já que ela acaba sendo forçada a conviver com aquela fumaça constante, o que a gente sabe que, com o tempo, prejudica sensivelmente a saúde e o pulmão dos habitantes ali da região.

Então, o Governo Federal, que promove esse G20; o Governo Federal, que fala em crise climática; o Governo Federal, que quer ter uma liderança no combate ao CO₂, ao chamado aquecimento global, e enviou a maior delegação fora do próprio país-sede à COP, lá na Ásia, tem que fazer a sua lição de casa. E pode começar aqui por Guaíra, em dar uma atenção à população local e controlar esses incêndios numa área que é de gestão federal. Não adianta querer dar lição de moral para o mundo exterior quando não se faz aí a sua própria lição de casa. A população de Guaíra e da região está literalmente abandonada pelo Governo Federal, não só no tema das invasões indígenas, que não tem tido ali uma resposta da Justiça... E eu não estou dizendo aqui que a população indígena também não tenha os seus direitos, tem sim, mas a Justiça existe para isso, para dar uma solução à questão e não simplesmente uma postergação indefinida que pode levar a episódios de violência.

Agora, além disso, ao que nós estamos assistindo agora é um total descaso com a área federal do Parque Nacional de Ilha Grande, por parte desse Governo Federal, por parte desse Ministério do Meio Ambiente, que, fora o discurso externo, não tem apresentado resultados de preservação do meio ambiente no nosso próprio país.

Tomo a tribuna nesta data... Teria outros assuntos a falar, inclusive sobre o desempenho do Brasil nesse G20, que foi agora obscurecido pelas falas desastrosas da Primeira-Dama presidencial, mas faço a questão de subir à tribuna aqui para chamar a atenção da negligência que o Governo Federal tem tido em relação a Guaíra e em relação às suas próprias tarefas autoatribuídas, que é a conservação do meio ambiente. Precisamos preservar o Parque Nacional de Ilha Grande e o Governo Federal precisa fazer a sua parte e controlar os incêndios nessa região, não só para a preservação do meio ambiente, mas para a preservação da saúde da população.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Sergio Moro, que fez a sua fala.

De imediato, eu passo a palavra ao Senador Marcos do Val, remotamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Olá. Bom dia a todos.

Peço aí desculpas porque eu estou aqui fazendo plantão com a minha mãe, que está internada.

Bom, o que eu queria falar era para o Senador Girão, Presidente, se ele estiver aí presente, falar para o Girão que eu tenho todas as respostas das dúvidas dele referentes à questão da OEA. Eu vou falar para o Girão, para o Senador Girão, e assim se estende para todos os Senadores e se estende para todo o Brasil.

O que aconteceu é que, nas eleições presidenciais, o Presidente Biden interferiu nas eleições no Brasil. Interferiu junto com Alexandre de Moraes, que presidia o Tribunal Superior Eleitoral... Isso que eu estou falando não é em cima de achismo nem de ouvir dizer, é em cima de documentos, que vão ser apresentados a partir do dia 20 de janeiro, quando o Presidente Trump assumir a cadeira.

Então, o Presidente Biden, junto com Alexandre de Moraes, no Tribunal Superior Eleitoral, manipulando as redes sociais, e o Presidente Biden fazendo com que fosse dada toda a estrutura para que ele continuasse fazendo o que ele vem fazendo até hoje... Ou seja, a OEA, a Comissão Interamericana



de Direitos Humanos, o Tribunal Penal Internacional. Essas instituições, Senador Girão e Brasil, todas são conduzidas pelo Governo americano por causa da sua diplomacia, tanto é que recentemente o próprio Capitólio falou que, se a OEA não se movimentar, vai ter corte de verbas, ou seja, os Estados Unidos mantêm essas instituições.

E hoje, o Biden, que está na Presidência, está fazendo esse bloqueio, para que as nossas denúncias quanto às violações que o Alexandre de Moraes tem feito à Constituição e à nossa democracia, por abuso de poder, enfim, sejam blindadas pelo Governo Biden.

Então, eu aconselho que nem precisa, não adianta gastar energia e ficar preocupado com o que está acontecendo, porque o que está acontecendo é isto: o Presidente Biden, junto com o Alexandre de Moraes, deu um golpe de Estado no Brasil.

Essas instituições só vão ser libertadas quando se sentar na cadeira, no dia 20 de janeiro, o próximo Presidente da República, e com ele vai estar o Marco Rubio. Eu não preciso – e você também não, Senador Girão – ir lá para convencê-lo do que está acontecendo no Brasil, porque o Senador americano Marco Rubio, que vai ser o Secretário-Geral dos Estados Unidos, simplesmente acompanhou as investigações junto comigo desde o dia 18 de janeiro. Então não precisamos convencer o próprio Governo de absolutamente nada.

Tem a Deputada Salazar, que vai ocupar o lugar do Senador Marco Rubio, e ela é uma guerreira em cima disso, da questão de as nossas prerrogativas sendo violadas e dos direitos de liberdade de expressão para os brasileiros.

Eu tenho as minhas redes sociais fora do ar. Nunca, na história do planeta, um Senador da República teve o seu salário suspenso, e a gente vê juízes que cometem crimes, ilegalidades, que são afastados com a aposentadoria e continuam recebendo salário, mesmo oficialmente tendo cometido algum crime. E no meu caso não houve absolutamente nada, somente a tentativa de me censurar por conta de, exatamente, eu ter acesso a documentos que provam tudo o que eu tinha falado.

Desde 2023, eu tenho dito muitas coisas que agora começaram a aparecer. Também para fechar o assunto, para não me estender, a pedido do nosso Presidente que está presidindo hoje, o Paulo Paim, o Elon Musk também vem acompanhando, porque ele passou a ser o dono do Twitter, e no Twitter tem vários, mas vários documentos comprovando a manipulação das eleições perante o Alexandre de Moraes.

Então, a OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para todas essas o que compensa é fazer a denúncia, entrar na fila. Dia 20 de janeiro, aconselho o Brasil a comprar uma pipoca, reformar o sofá e se sentar. Podem cancelar a Netflix, porque vocês vão ver o que vai ser revelado a partir do dia 20 de janeiro: a comprovação de que Alexandre de Moraes e o Presidente Biden deram um golpe de Estado no Brasil, tirando o Lula. Os detalhes a gente vai esmiuçando ao longo do tempo.

Mas é isto: essas cortes interamericanas estão blindadas pelo Presidente Biden, que está blindando o Alexandre de Moraes. Eles não imaginavam que o Elon Musk ia comprar o Twitter e não imaginavam que o Presidente Trump iria ser eleito da forma como foi eleito.

Então, o jogo virou. Dia 20 nós vamos ver um novo cenário e a justiça sendo feita.

Muito obrigado, Presidente, e parabéns por essa iniciativa, no dia de hoje, com as crianças das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val, que foi rápido na sua fala, para assegurar a gente poder iniciar a sessão às 11h, com os nossos convidados.

Passamos de imediato ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estimados cidadãos e cidadãs que nos acompanham



pela TV Senado e pelas redes sociais, meu bom dia a todos.

Plenamente imbuído de inequívoco espírito de justiça e em claro tom de desagravo, venho a esta tribuna da Casa revisora da República para denunciar mais uma das ações que estão sendo perpetradas pelo atual Governo, o qual, após 22 meses de uma gastança desenfreada, agora finge querer implantar uma política séria e de corte de gastos, em que reuniões e tratativas são feitas na calada da noite, sem a participação dos setores envolvidos, e temperadas com certo sentimento de revanche.

Início minha argumentação apontando para a gastança que vem sendo feita com ONGs, Lei Rouanet, viagens, propaganda, despesas com o Judiciário, R\$1,5 bilhão em vacina que foi jogado no lixo, ou seja, um verdadeiro sumidouro dos recursos do erário público. E sempre lembrando que governo não produz dinheiro. Governo toma dinheiro de cada um de nós por meio dos impostos.

E isso tem contribuído para o aumento galopante do déficit fiscal do país, o aumento dos juros e da inflação.

Na semana passada, em meio à discussão do suposto pacote de corte de gastos que estamos aguardando, o Governo veio recorrer novamente ao Ministério da Defesa, pedindo que os militares da ativa e veteranos, bem como suas pensionistas, participem do esforço de ajuste de um Governo que só soube queimar dinheiro.

Considerando que a nossa plateia é eclética, julgo ser importante esclarecer algumas das características e idiossincrasias daqueles que adotam a profissão das armas. Preliminarmente ressalto que as Forças Armadas são instituições de Estado, mantidas por um contrato social para atender a uma demanda da sociedade brasileira por segurança e defesa. Assim, os militares são distinguidos dos servidores públicos, conforme a Emenda Constitucional nº 18, de 1998, e suas peculiaridades constam do §3º do art. 142 da Constituição Federal.

Nós soldados temos de estar permanentemente disponíveis para atender a nossas missões constitucionais, trabalhando em regime de dedicação exclusiva; e historicamente nunca tivemos remunerações elevadas, o que sempre comprometeu nossa capacidade de acumular patrimônio.

A profissão militar possui peculiaridades que, por vezes, são desconhecidas da maioria da população, tais como: execução de atividades com risco de vida; subordinação a rígidos preceitos de disciplina e hierarquia; possibilidade de sermos transferidos a qualquer momento, junto com as nossas famílias, para qualquer rincão do Brasil; obrigatoriedade da manutenção do vigor físico; proibição de participar de atividades políticas; proibição de sindicalização e greve; sem direito à hora extra; bem como restritos a outros direitos e garantias fundamentais.

A vida nas Forças Armadas é repleta de sacrifícios pessoais que atingem não só o militar, como também os seus familiares. Nós não nos aposentamos, somos transferidos para a reserva remunerada, onde podemos ser mobilizados em caso das necessidades legais previstas na Constituição Federal – estado de guerra, emergência ou comoção nacional. Logo, continuamos vinculados à Força, sujeitos ao Código Penal Militar e aos regulamentos disciplinares até atingirmos a idade de sermos reformados. Fica fácil perceber que aposentadoria é muito diferente de inatividade. O reformado desvincula-se totalmente da profissão, enquanto o militar na reserva permanece vinculado à instituição em disponibilidade, podendo ser convocado para o serviço ativo a qualquer momento.

Assim, é preciso entender que os militares não possuem ou fazem parte de um regime previdenciário, nem no Regime Geral, nem nos regimes próprios, mas, sim, integram um regime constitucional de proteção social que abrange a remuneração, a saúde e a assistência social, como forma de compensação e reconhecimento pelas severas imposições e especificidades da carreira militar.

A Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é constituída por um conjunto integrado de instrumentos legais e ações permanentes e interativas que visam a assegurar o amparo social a eles e a



seus dependentes, haja vista, conforme já coloquei, as peculiaridades da carreira. Faço questão de lembrar aqui que os militares não recebem auxílio por insalubridade e que o nosso tempo de serviço, não resta dúvida, é bem mais gravoso do que aquele dos civis.

Vou falar agora da pensão militar, injusto alvo de injúrias e narrativas de muita gente no nosso país. Primeiro, temos por dever de justiça pontuar não se tratar de regalia ou privilégio, mas em verdade um benefício que foi extinto em 2001, permanecendo incorporado tão somente àqueles militares e filhas que, à época, possuíam direitos adquiridos ou expectativa de direito. A perda de direitos anteriores resultou em um prejuízo remuneratório de 30% para todos aqueles que passaram para a inatividade após aquele ano.

Nós, militares, não somos os responsáveis pelo déficit fiscal do país e temos fornecido uma pesada cota de sacrifício para o ajuste das contas nacionais, não cabendo nova sobrecarga socioeconômica e nem perda dos poucos direitos compensatórios remanescentes. Considerando que a média de vida de um militar seja 80 anos, constatamos que contribuímos compulsoriamente para a pensão militar por aproximadamente 62 anos, incluído o período de inatividade até a morte, característica observada em poucas carreiras do estado. As esposas, em média, recebem a pensão por aproximadamente sete anos.

Militares continuam contribuindo para a pensão na inatividade. O recolhimento das contribuições tem como destino o Tesouro Nacional, não havendo, portanto, a capitalização ou a aplicação de regras atuariais de benefício nesse caso.

Caminhando para a conclusão, Presidente, preciso destacar que os militares têm, sim, que receber seu soldo integral até a morte, pois ficam à disposição do Brasil até atingirem a idade limite para a reforma, e nenhum Governo tem nada a ver com nossos pensionistas. Desde priscas eras, nós criamos o nosso próprio fundo de pensão, que hoje é gerido pelo Governo, que pega esse dinheiro e investe como? Nossas pensões não fazem parte do orçamento. Se o Governo administra mal o fundo, o problema não é nosso.

Não precisamos ter vergonha de nada. Temos, sim, regras especiais para a inatividade e defenderemos sempre a integralidade e a paridade.

Talvez, Presidente, senhoras e senhores, precisemos de uma guerra para que algumas pessoas entendam e sejam gratas pelo trabalho anônimo das mulheres e dos homens que defendem a pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hamilton Mourão, que ficou exatamente no tempo e deixou um minuto para mim ainda. Muito obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, o Senador Cleitinho – eu sei que ele é breve na fala –, para a gente poder iniciar a sessão, conforme já ajustado, às 11h, sobre o feriado nacional de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Um bom dia a todos os Senadores e a todas as Senadoras, à população que acompanha a gente aqui no Senado, à população que acompanha a gente também pela TV Senado, e aos servidores desta Casa.

Eu queria que...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Fique à vontade para o aparte.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador



Cleitinho, Presidente, se V. Exa. me permite e o Senador Cleitinho também, eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

– Senador Mecias de Jesus, para dar um informe, pelo que percebo, dos seus correligionários que estão visitando a Casa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.)

– Exatamente, Presidente Paim, Senador Cleitinho, nosso parceiro de partido, Senador Mourão, Senador...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sergio Moro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.)

– ... Sergio Moro, eu tenho a satisfação de anunciar aqui, Presidente Paim, a presença da Prefeita Marlene e do Prefeito Jairo. O Prefeito Jairo termina o mandato agora, elegeu a sua sucessora e está aqui acompanhado de vários Vereadores, cujos nomes vou citar aqui. Também o Prefeito Chiquinho Rufino está aqui acompanhado de Vereadores do Município de Mucajaí. Eu até gostaria de convidá-los para virem para cá, para a TV Senado cobrir todos aqui.

Eu vou dizer, Presidente, que Roraima passa por um momento de crescimento econômico e social justo, e a democracia permitiu com que pudéssemos eleger agora nestes municípios: do Município de Iracema, o Vereador Edimar Braga, que aqui está; o Vice-Prefeito Quico; o Vereador Gabriel Queiroz; a Vereadora Mirela; a Vereadora Valda; o Francisco da Conceição; o Daniel Paulo; o João Filho; o Nilson Vieira; o Vereador Sandro e o Gidalias. De Mucajaí, a Raquel; o Chiquinho Rufino, Prefeito de Mucajaí, de que já falei; o Vereador Júnior Mota; a Vereadora Comandante Elielma. E, do Município de Caracará, a Vereadora Keity.

São esses os nomes dos que fiz questão de trazer aqui ao Plenário do Senado Federal para conhecerem a Casa Alta do país, onde se tomam decisões importantes em favor do Brasil e do estado que nós representamos.

Obrigado, Presidente Paim.

Mais uma vez, meu querido Senador Cleitinho, receba o meu abraço e a nossa gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

Nós que agradecemos, Senador Mecias de Jesus, pelo registro que faz dos amigos do estado que vieram nos visitar.

Passo a palavra, de imediato, ao Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, vendo essa situação que está havendo agora, todo mês de novembro tem um *black friday*, eu vi isso aqui que me chamou a atenção e queria mostrar para toda a população brasileira, independentemente, você que é de esquerda, você que é de direita, você que não é nada... Isso aqui vai me chamar muita atenção e eu quero que chame a atenção sua também.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Queria mostrar isso para vocês aqui, gente, porque eu escutei essa conversa, eu acredito que isso vai ser mentira. A gente sabe que precisa demais fazer os cortes de gastos, e qualquer corte de gastos que venha aqui para os três Poderes aqui pode contar com o meu apoio, o Governo pode contar com o meu apoio em qualquer corte de gastos que venha para cortar dos três Poderes: do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Mas o que eu estou escutando aqui e me chama a atenção é falar que vai reduzir o salário mínimo. Isso está saindo em toda a imprensa, e eu não vi até agora o Governo soltar uma nota falando que isso é mentira. Como é que a gente vai fazer se o custo de vida cada dia aumenta mais? Está aqui a prova, isso aqui saiu em todas as mídias falando que o que o pessoal está mais procurando aqui é comida mais barata. Como é que



quer reduzir o salário do povo, gente? Tem que reduzir é o nosso, tem que reduzir os nossos privilégios, tem que reduzir a licitação de lagosta de 1 milhão que o Judiciário faz, tem que sair daqui! Então, espero humildemente que venha uma nota do Fernando Haddad, do Lula, falando que isso é mentira, que não vai reduzir o salário mínimo. Aonde está querendo chegar neste país aqui, gente? Porque a gente precisa valorizar o trabalhador, precisa aumentar o salário do trabalhador. Querem falar que vai reduzir, que o pacote de cortes de gastos vai vir para o trabalhador, para o salário mínimo? Eu acredito que isso é mentira, apesar que está vindo de toda a imprensa brasileira dizendo que um dos cortes pode vir ao salário mínimo. Como é que vai cortar o salário? Vamos fazer um *black friday* da política, gente? Está na hora de fazer um *black friday* da política. Está na hora de fazer um *black friday* para reduzir 50%, de 513 cair para a metade, que seja Senador também, de 80 cair para 40, de Vereador, de Prefeito – do Prefeito não tem jeito, não é?

Outra coisa, a gente precisa reduzir partido, o fundo eleitoral de 5 bilhões tinha que cair, não é? Disso aí ninguém fala, desses cortes de gastos ninguém fala! O que gasta com verba indenizatória, com cota parlamentar, isso aqui ninguém quer sentar, conversar e mostrar para a população brasileira. Eu estou disposto a fazer esse *black friday*. Agora, falar de corte de gastos e falar para mim que vai haver redução, *black friday* no salário da população, reduzir o salário mínimo, quando se gastou agora na “janjapalooza” 30 milhões, quando se está falando que vai vir um evento no ano que vem do Brics que vai gastar mais 50 milhões, que só com bebida é 1,5 milhão, desse *black friday* ninguém fala, ninguém quer conversar sobre isso!

Eu estou aqui realmente para defender o povo. O que eu brigo aqui é para o custo de vida do povo, do povo brasileiro melhorar. Hoje você pega um salário mínimo de R\$1.412, uma conta de água para pagar hoje de um trabalhador é R\$200, R\$300, uma conta de luz é a mesma coisa, conta de energia quase R\$300, fora que o trabalhador tem que pagar aluguel. Vai ao supermercado é isso aí, esse absurdo. Aí eu tenho que escutar aqui calado falar que vai reduzir o salário mínimo?

Eu espero que os Senadores aqui e os Deputados aqui briguem por isso. A gente vai voltar no final do ano o orçamento aqui e não vamos permitir isso, gente. Que façam outros cortes de gastos, que não venham fazer no lombo do povo brasileiro. Até porque é simples. Esqueça sua ideologia tanto de esquerda como de direita, ou você que não é nada. É só você parar para pensar: quem paga imposto? É o povo brasileiro. Você paga imposto rigorosamente, em dia. Sobre quase 50% de tudo que você consome, meu amigo, você tem que pagar imposto. Então, somos nós que administramos, os políticos. Aí, em vez de cortar da gente, os cortes de gastos, porque a incompetência é nossa, vai cortar do brasileiro que está pagando imposto, que está trabalhando, que está produzindo?

Eu canso de falar isso, eu falo isso com todo o respeito. O trabalhador, o empreendedor, ele é fonte de riqueza; nós, aqui, que somos fonte de despesa. Então, os cortes de gastos, gente, têm que vir é de cá; não é de lá não. Isso é uma matemática simples, isso é uma questão de coerência, de prudência. Tem que cortar é da gente; não é do trabalhador brasileiro.

Aí eu escutar isso a semana toda, falando-se que os cortes de gastos vão reduzir o salário mínimo? Eu acabei de mostrar uma matéria aqui que o custo de vida só aumenta, o custo de vida só aumenta! Vai a um supermercado hoje! Para um cidadão, um trabalhador que tem que pagar IPVA, IPTU... Vai a um supermercado para pagar uma compra normal! Para você fazer uma compra básica, hoje, são R\$300, R\$400 sem comprar picanha. Vocês têm noção disso para falar que vão reduzir o salário mínimo? Isso aqui é rir da cara do povo, isso aqui é dar um murro na cara do povo uma situação dessa!

E eu não vou ficar calado, eu vim aqui para defender o povo. Eu vejo aqui várias pautas importantes, questão de liberdade – “A gente tem que defender isso” –, questão ideológica, mas a minha maior defesa aqui é a população brasileira, a minha maior defesa aqui é o trabalhador. E eu não vou escutar isso calado.



Eu já estou fazendo essa mobilização aqui para você, trabalhador, saber que está querendo vir um corte de gastos aqui para reduzir o seu salário mínimo. Isso é uma afronta à população brasileira, e eu não vou permitir. Eu espero contar aqui com a ajuda de todos os Senadores, todos – de esquerda, de direita, de centro –, todos os 80 Senadores e os 513 Deputados para a gente não permitir isso. A *black friday* não tem que ser no lombo do povo brasileiro, do trabalhador; a *black friday* que venha no lombo da classe política, dos três Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo! Nós que somos fonte de despesa. O trabalhador, o empreendedor, o empresário são fonte de riqueza.

Quero finalizar aqui, Presidente. Eu não vou deixar... Eu vou ter que desmoralizar esse cidadão aqui, porque esse cidadão é um hipócrita, não é? Queria mostrar essa fala para vocês aqui, gente. Já estou finalizando, Presidente. Vou cumprir o horário aqui, fique tranquilo! Quero mostrar isso aqui para vocês, esse senhor, esse cidadão aqui.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sabe quem é esse cidadão aqui, gente? É o Felipe Neto. Sabe o que aconteceu com ele agora? Deixe-me mostrar para vocês aqui, agora. Olha que beleza, olha isso aqui. Querem ver? Deixe-me mostrar para vocês aqui, para finalizar aqui. Felipe Neto, gente: “Empresa de Felipe Neto recebeu 14 milhões em isenção fiscal”. E agora, Felipe Neto? Você falava tão mal do Governo, inclusive esse final de semana, no G20, você estava com a Janja, não é? E agora, Felipe Neto, seu hipócrita? O que você vai falar? Você acabou de ter uma isenção aqui de 14 milhões. Engraçado, Sr. Felipe Neto, que você, uns dias atrás – não é? –, uns anos atrás, colocou isso aqui: “Nunca recebi 1 centavo do governo...”

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... exceto possíveis campanhas publicitárias isoladas (como fiz pra a Caixa uns dez anos atrás). Não tenho cargo nenhum no governo. Só gasto dinheiro. Não aceito que paguem sequer passagem“. Isso aqui foi um tuíte que você fez algum tempo atrás, e agora você pega e tem uma isenção de R\$14 milhões.

Aí eu quero chamar a atenção da população brasileira, de você, que tem que pagar todos os impostos possíveis que você tem que pagar. O que esse Felipe Neto agrega para a sociedade brasileira? O que esse cara aqui faz de útil, a não ser ficar sentado no sofá com o telefone na mão, fazendo vídeo e enchendo o saco do povo brasileiro por 24 horas. Esse cara ainda não agrega nada para o país, que gera nada pelo... Sabe o que está acontecendo com ele? Vai ter uma isenção agora de R\$14 milhões. Esse mesmo que, há uns anos, vocês viram o que ele falou aqui de quem está administrando o país hoje. Você é um hipócrita, você é um demagogo.

Inclusive, quando eu peguei e aqui agora... na época da Olimpíada, eu questionei a questão de poder isentar...

(Interrupção do som.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Vou finalizar.

Inclusive, quando vieram as Olimpíadas, eu questionei aqui... Estou tenho um projeto protocolado aqui para poder isentar os medalhistas olímpicos de não pagar esses impostos. Você foi para a rede social dizendo o seguinte: “Por que só eles que podem?”. Criticando, achando ruim. E agora o que você vai para a rede social falar, Sr. Felipe Neto? Vai para a rede social falar... Não seja um hipócrita, não seja um demagogo. É isso que você é. Você ficou anos falando mal de quem administra o país hoje, e agora você está sentado do lado dessas pessoas para ter benefício. Essa é a verdade, e essa verdade tem que ser... A



gente tem que desmascarar você...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Senador.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... para você parar de ser hipócrita e ser demagogo.

Eu agradeço essa fala, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Esse foi o Cleitinho, que expressou o seu ponto de vista.

Encerramos a sessão; encerramento com convocação. A Presidência informa aos Senadores e Senadoras que está convocada a sessão especial hoje, às 11h, destinada a comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 05 minutos.)



Ata da 161ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 19 de novembro de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 19 minutos e encerra-se às 14 horas e 15 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Senhores e senhoras, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2024, de autoria desta Presidência e de outros Senadores – inclusive o Presidente do Senado –, aprovado pelo Plenário por unanimidade.

A sessão é destinada a comemorar o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, feriado nacional, que será amanhã.

Convido para compor a mesa desta sessão histórica...

Podem crer que essa luta é uma luta secular e ela acontece no dia de amanhã, o primeiro feriado em nível nacional em homenagem a Zumbi, à luta de todos aqueles que foram escravizados, discriminados e no combate a todo tipo de preconceito no nosso país.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados.

Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. (*Palmas.*) Ela está sempre com a gente nos grandes momentos.

Sr. Cleber Santos Vieira, Secretário substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, do Ministério da Educação. Não sei por que, Cleber, quando eu cito você... (*Palmas.*) (*Falha no áudio.*) ... tantos outros assessores que estão neste Plenário. Sr. José Maximino da Silva, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Já chegou? Está ali. (*Palmas.*)

E convido o meu colega – fomos Deputados Federais juntos, e ele foi também Ministro dos Direitos Humanos. Convido o Sr. Nilmário Miranda, que foi Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais de 1991 a 2003. (*Palmas.*)

Eu vou registrar, mas parece que ele não chegou ainda, havia confirmado, o Sr. Douglas Belchior, cofundador da Organização... Já chegou, viu? O Douglas não falha.

Convido, com muita satisfação, o Sr. Douglas Belchior, cofundador da Organização Não Governamental Uneafro Brasil e da Coalizão Negra por Direitos. (*Palmas.*)

Teremos convidados de forma remota. A Presidência informa que a sessão terá também a participação remota dos seguintes convidados.

Sra. Deputada Federal Reginete Bispo, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul.

Ficam aqui minhas palmas para ela. (*Palmas.*)

Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). (*Palmas.*)

E, por fim, um gaúcho lá do Rio Grande, um homem que faz parte dessa história e que vai participar conosco. Liguei para ele, e ele foi, na hora, muito gentil e disse: “Não, Paim, pode contar comigo”. Então, com muito orgulho, eu convido o Sr. Antônio Carlos Côrtes, advogado e um dos fundadores do Grupo Palmares – da criação daquele grupo, hoje temos um feriado. Grande Carlos Côrtes! (*Palmas.*)

Foi um grupo de estudantes da época que realmente tomou a linha frente. Infelizmente, só ele está vivo e nós vamos citar os que já faleceram.

Neste momento, convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus amigos e minhas amigas, em comemoração aos 200 anos do Senado Federal, foi lançado o documentário Senado, a História que Transformou o Brasil. É um informe produzido pela TV Senado e pela TV Cultura, com direção de Luiz Bolognesi, codireção de Laís Bodanzky e apresentação da atriz e



cantora baiana Larissa Luz.

Durante o lançamento, foi exibido o primeiro episódio da série, que explica como a política acontece no dia a dia e aborda o impacto para a política e para a vida social das brasileiras e dos brasileiros, das 18 vezes que o Parlamento brasileiro foi fechado; o papel do Senado na estabilização democrática; e a escuta das demandas da sociedade, seja de forma direta ou por meio de grupos organizados.

O segundo episódio será exibido na sexta-feira, dia 22/11, às 21h, e será sobre a conquista de direitos pela população negra, em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição do *trailer* da série.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Para assistir a toda a série, basta acompanhar as datas de lançamento pela TV Senado.

Neste momento, pessoal, foi destinado a mim fazer um pronunciamento.

O dia de hoje é um dia histórico. Vocês podem crer que a perseguição dessa data foi de muita batalha, por negros e brancos comprometidos com a liberdade e com o fim do racismo e do preconceito, e, por isso, farei esse pronunciamento na abertura. Espero que ele não seja muito longo, mas todos que estão aqui na mesa terão direito a usar a palavra também.

Senhoras e senhores, o Zumbi dos Palmares nos deixou um legado de resistência na busca por dignidade humana. Ele foi o líder da resistência do Quilombo dos Palmares. Foi preso, assassinado e esquartejado. Os escravocratas sabiam que tinham que apagar o pavio de pólvora que Zumbi deixou por onde passava no combate à escravidão.

Senhoras e senhores, o Zumbi dos Palmares nos deixou um legado de resistência na busca por dignidade humana. Ele foi o líder da resistência do Quilombo dos Palmares; foi preso, assassinado e esquartejado. Os escravocratas sabiam e tinham que apagar o pavio de pólvora que Zumbi deixou por onde passava no combate à escravidão. Ele queria a liberdade de todos. Zumbi sabia que a consciência é o primeiro passo para uma mudança que começa no indivíduo e se amplia coletivamente na percepção de que todos têm que ter direitos iguais. Queremos homens e mulheres livres, uma nação onde todos tenham, realmente, direitos assegurados.

Amigos e amigas, é amanhã. A expectativa foi longa! É amanhã, sim! Amanhã é 20 de novembro, é o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, uma conquista iniciada em 1971 por jovens estudantes universitários gaúchos, em Porto Alegre, onde fundaram o Grupo Palmares: Antônio Carlos Côrtes, Oliveira Silveira, Vilmar Nunes e Ilmo da Silva – apenas Côrtes está vivo, e vai participar desta sessão.

Esses jovens trabalharam para valorizar a luta, a resistência, a inclusão e a memória do povo negro, simbolizando a data do martírio de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, lá em Alagoas. Seu corpo está lá, onde está também o de Abdias Nascimento, na Serra da Barriga. Ambos são heróis da pátria, aprovados pelo Congresso Nacional.

O debate sobre a consciência negra, iniciado em Porto Alegre nos anos 70, se espalhou pelo Brasil.

A Senadora Serys Slhessarenko apresentou o Projeto 2.437, de 2004, que tratava do mês da Consciência Negra. Fui o Relator da matéria. No projeto original, tentei incluir o feriado nacional; infelizmente, não conseguimos. Ficou o 20 de novembro, Dia de Zumbi e da Consciência Negra, sem o feriado. Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou esse projeto.

O debate continuou. Apresentamos e perdemos novamente a transformação em feriado nacional. Somente em 2023, conseguimos aprovar e ver sancionada a Lei 14.759, transformando em feriado nacional o 20 de novembro. O Presidente Lula sancionou. O projeto foi de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.



Eu fui o Relator no Senado, e a Deputada Reginete Bispo, que vai falar também conosco, foi a Relatora na Câmara – ela, que eu digo com orgulho que é minha suplente. É minha suplente no Senado; ela já é Deputada Federal.

Assim, graças a esse trabalho coletivo de gerações, liderado pelo movimento negro, celebramos hoje o 20 de novembro como feriado em todo o Brasil.

Hoje, estamos realizando esta sessão histórica do feriado nacional Zumbi dos Palmares. Já citei aqui alguns nomes e destaco outros: Benedita da Silva; Carlos Alberto Caó, já falecido; Edmilson Valentim; e este que vos fala. Fomos nós que formatamos e lutamos, na Assembleia Nacional Constituinte, com a chamada lá Bancada Negra – que eram esses quatro.

Meus amigos e minhas amigas, por uma questão de justiça, lembro aqui que, desde a Constituinte, ao longo desses 40 anos, a Bancada Negra apresentou e reapresentou a proposta – e sempre fomos derrotados. Queríamos que 20 de novembro fosse feriado nacional.

Quantas e quantas vezes, ao argumentar que esse dia deveria ser feriado nacional, nos socorriamos, inclusive, de Martin Luther King, o grande líder dos Estados Unidos, que foi assassinado covardemente na sua luta pelo fim do preconceito e do racismo. Seu nome virou símbolo da liberdade em seu país, e virou feriado nacional lá nos Estados Unidos em sua homenagem.

Hoje, podemos dizer que Martin Luther King, Nelson Mandela, Abdias Nascimento e Zumbi dos Palmares podem bater os tambores lá no alto, pois o sonho se tornou realidade no Brasil: amanhã é feriado nacional!

Vida longa a Zumbi e a suas ideias... (*Palmas.*)

Por isso ele é o símbolo deste momento. Assim, quando lembrarmos dos heróis da pátria no Brasil, vamos lembrar sempre, e começaremos com os Zumbis.

Abdias, os Lanceiros Negros, no Rio Grande do Sul, que conseguimos aprovar, e o Presidente Lula sancionou. João Cândido, o Almirante Negro, aprovamos no Senado, mas infelizmente a Câmara ainda não aprovou. E tantos outros e outras que deram suas vidas pela liberdade e por direitos iguais.

Meus amigos e minhas amigas, fiz uma pequena retrospectiva até chegarmos a esse grande dia, que é amanhã.

Esta Casa estaria muito mais lotada, as galerias estariam lotadas, o Plenário estaria muito mais lotado. Tenho certeza de que jogariam flores aqui pela simbologia do dia, mas é que muita gente nossa – muita gente nossa –, militantes, referências, se deslocaram hoje lá para Alagoas, porque lá nós teremos o grande evento, amanhã, na Serra da Barriga. Muitos já estão lá, outros eu sei que irão ainda depois desse evento.

Vejamos... Viajamos no tempo, percorremos um caminho de mártires e heróis. Quero agora falar sobre o que estamos vivendo em pleno século XXI e as perguntas que faço a todos nós: como estamos enfrentando o racismo estrutural, as desigualdades e a exclusão social que persistem em nosso país? Como podemos fortalecer nossa conexão espiritual e resgatar nossa utopia de um país mais justo e humano, tão sonhado por Zumbi?

Sabemos que essa luta é nossa e que, se nós não fizermos, ninguém a fará por nós, mas precisamos de um projeto que vá além de governos, um compromisso de Estado a curto, médio e longo prazo.

Precisamos de um verdadeiro programa de crescimento, desenvolvimento e inclusão. Combater o racismo e as desigualdades sociais requer políticas públicas que realmente melhorem a vida das pessoas.

E o que são políticas públicas? São iniciativas planejadas, executadas pelo Estado para atender às demandas da sociedade, promover o bem-estar coletivo, garantir direitos fundamentais da cidadania para avançarmos nas políticas humanitárias.

Temos que estar no Orçamento da União para garantir, inclusive, porque até hoje não nos deixaram



aprovar o fundo para combater o racismo e todas as formas de discriminação.

Nossa Constituição de 1988 é uma das mais avançadas do mundo, mas precisa ser efetivada. Foi uma luta de gigantes. Nós fomos liderados pelo povo – eu estava lá –, o povo foi quem nos liderou. Fomos Constituintes.

Garantir o exercício pleno da cidadania é combater o racismo e a exclusão, é reduzir as desigualdades. Quando oferecemos serviços de qualidade para todos – saúde eficiente, com prevenção e atendimento médico adequado, exames de tratamento –, estamos combatendo as desigualdades.

O mesmo se aplica à educação: políticas inclusivas como cotas nas universidades públicas e também no serviço público, como temos hoje – aprovamos as cotas nas universidades, na Câmara e no Senado, e Lula sancionou, mas, no serviço público, estamos travando um embate ainda lá na Câmara. Aqui, aprovamos. A Câmara espero que, este ano ainda, aprove o relatório da Deputada Carol, certo? Certo –, elas corrigem as desigualdades e oferecem oportunidades a grupos marginalizados.

O que nós queremos é melhorar somente a qualidade de vida para todos os brasileiros: uma previdência justa, emprego digno, salário decente.

Amigos, a presença da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é fundamental. A lei foi aprovada há muito tempo, porém, segundo pesquisa do Geledés e Instituto Alana, 71% das secretarias municipais da educação realizam pouco ou nenhuma ação para implementar a Lei 10.639, de 2003, sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, promulgada há 20 anos como instrumento de combater o racismo.

Outra iniciativa, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288, de 2010, precisa ser regulamentado, respeitado e implementado na sua totalidade. Tive a honra de apresentar o projeto original dessa lei, mas todos contribuíram e, no final, construímos um projeto que atendeu grande parte do movimento, não a todos.

Lembro-me de uma fala do Presidente Lula quando ele a sancionou – Douglas, ele me disse ali no Itamaraty –, foi ali que ele sancionou: “Paim, eu sei que não há um grande entendimento no movimento negro em relação ao estatuto, mas escreva o que eu estou dizendo: se nós não sancionarmos agora o estatuto, daqui a cem anos, nós estaremos ainda buscando um projeto como esse”. E sancionou.

Calculem – eu estou na Presidência do Senado neste momento – se nós tivéssemos que aprovar o Estatuto da Igualdade Racial com o Congresso que nós temos hoje...

Quero destacar que vários Parlamentares colaboraram nessa construção. Entre eles, eu destaco o já falecido Senador Rodolpho Tourinho. Alguém pode dizer: “Mas Rodolpho Tourinho não era negro?” Sim, mas só tinha um negro aqui dentro, que era eu. E ele, Senador da Bahia – o movimento negro da Bahia fez um belo movimento –, relatou o projeto.

O combate ao racismo e à desigualdade passa também pela segurança pública. É urgente que aprovemos o projeto da abordagem policial.

Douglas, você participou da construção desse projeto da abordagem policial. Nós o aprovamos aqui e, infelizmente, está parado na Câmara dos Deputados. A Deputada Federal Reginete Bispo é a Relatora lá e está fazendo um esforço – eu digo – gigantesco, para aprovar o projeto ainda este ano.

Enfim, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, negros tem quatro vezes mais chance de serem mortos pela polícia do que brancos – eu queria falar só coisa boa, mas tenho que falar do mundo real que a gente vive, não é? Dados de 2023 mostram que 82,7% das vítimas de policiais são pretos e pardos. O perfil das vítimas é majoritariamente masculino e jovem.

Na questão de emprego e renda, moradia, saneamento básico, as políticas públicas são igualmente indispensáveis. Elas têm um impacto direto no enfrentamento ao racismo. O acesso a empregos formais e a políticas de geração de renda transforma a realidade de indivíduos e comunidades. Essas oportunidades



econômicas garantem dignidade, possibilitam o crescimento social e contribuem para a quebra do ciclo de pobreza, que atinge de forma mais grave a população negra. Estamos em um país, onde indígenas e comunidades quilombolas não têm o mesmo direito garantido àqueles que não são indígenas e quilombolas. Nós sabemos disso. Todos nós sabemos disso.

Por tudo isso que relatamos aqui e por muito mais que não tenho tempo e não vou relatar, nós temos a obrigação de fazer com que o feriado nacional de 20 de novembro seja não um feriado como os outros, mas um feriado diferente. É um dia para refletirmos em como melhorar a vida de todo o povo brasileiro, principalmente dos mais vulneráveis. Vamos parar para quê, amanhã, e por quê? Queremos que, no dia 20 de novembro, nós nos perguntemos: por que o racismo é tão forte no Brasil? Por que ele está em todas as partes? Por que há o feminicídio? Por que há as discriminações? Por que há a discriminação contra as pessoas com deficiência e contra os idosos? Por que o Brasil é o país que mais mata LGBTQIAP+? E as perguntas não param.

Nós temos que nos perguntar: por que há tantos milhões de pessoas com insuficiência alimentar, sendo que somos um dos maiores produtores de alimento do mundo? Por que a cada dez jovens que são assassinados no Brasil oito são negros? Por que as mulheres ganham, em média, 50% do salário dos homens e as negras em torno de 40%? Por que a lei que aprovamos... Eu persegui essa lei por um longo período e, enfim, conseguimos aprová-la com a parceria que fizemos com os ministérios e com o Governo Lula. Aprovamos a lei: homem e mulher na mesma função, o mesmo salário. É claro que a mulher negra seria contemplada, porque ela ganha, inclusive, menos salário do que a mulher branca. Pois bem, vejam a realidade: depois que se aprovou a lei, piorou. A lei inclusive multa, mas, infelizmente, nós temos que dizer que o quadro piorou. Por que milhões de brasileiros vivem em favela sem sequer saneamento básico? Por que tantas crianças sem escola? É de se perguntar, como diz a música, que país é este?

Vejam que mais de 2,7 milhões de crianças, de dois a três anos, estão fora da escola. Só vou citar alguns dados: creche e pré-escola, centenas de mães não conseguem retornar ao mercado de trabalho porque não tem creche. A instituição de cotas nas residências médicas é um avanço. Quero dar um destaque a isto: a instituição de cotas nas residências médicas é um avanço em termos de inclusão social.

Eu sei que estou falando muito, mas é um dia histórico. Eu perguntaria a cada um de vocês e pergunto a mim mesmo: quantas vezes vocês foram atendidos por uma médica ou um médico negro? Eu nunca fui. E não pensem que eu fui Senador ou Deputado a vida toda. Eu morava à beira do rio do Tega, um rio lá de Caxias do Sul, poluído. Nunca! Existem? Claro que existem, mas são exceções como somos nós que estamos aqui no Parlamento.

Por isso, quero aqui dizer que a instituição de cotas nas residências médicas é um avanço em termos de inclusão social e de correção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, reparação histórica.

E quero dar uma salva de palmas a essa iniciativa do Governo Lula! (*Palmas.*)

Eu sei que não é fácil, mas está lá, está buscando espaço. Trata-se de um importante processo de combate ao racismo e à discriminação. Quantas vezes, como eu disse, nós procuramos e não encontramos referências em outras áreas.

Quero ir ao finalmente porque, para falar desta causa, precisaria de duas horas para cada um de nós, mas eu vou para a parte final. Já passei aqui dez páginas.

Aqui, sobre saneamento e vida da mulher brasileira, tem dados importantíssimos.

Enfim, meus amigos e minhas amigas, vou para o encerramento dizendo: o Brasil e a democracia precisam de mais mulheres, mais negros, mais negras, mais indígenas na política, no Legislativo e no Executivo.

Reitero, senhoras e senhores: políticas públicas eficientes são instrumentos de combate à discriminação, ao racismo, à exclusão e às desigualdades. Elas garantem o acesso igualitário aos serviços essenciais de que



todos nós precisamos.

Encerro da seguinte forma: meus amigos e minhas amigas, como já disse um dia um grande líder mundial, só seremos uma grande nação quando todos se sentarem à sombra da mesma árvore, desfrutarem da mesma mesa e dividirem o mesmo pão, com negros, brancos, indígenas, homens, mulheres, LGBT, enfim, a nossa rica diversidade.

Termino só falando isto: vida longa ao 20 de novembro, feriado nacional da consciência negra, data do grande líder Zumbi dos Palmares!

Prezados amigos e amigas, finalizo de verdade, neste momento, estendendo o meu coração a cada um de vocês para, juntos, nós homenagearmos sempre, sempre figuras como Zumbi e o grande Abdias.

Divido com vocês algumas frases que escrevi.

[Abdias,] cortaram a tua carne,
despedaçaram teu corpo, sufocaram tua alma
Mas não enterraram a tua memória, a tua história, a tua verdade e o teu quilombo.

Todo negro que é negro sabe: eu e todos vocês que são negros e negras somos descendentes de quilombolas.

Sim, o quilombo do amanhã [com que você tanto sonhou, Abdias], onde todos sejam livres...
livres... livres do racismo[, dos preconceitos] e das discriminações.
O sangue das tuas veias banhou
a terra e fez luz [, Abdias] nas estrelas.
E assim, como sina estradeira, o amor dos que lutam derrota o ódio e a guerra...
E a paz [avança] e a harmonia semeadas

Abdias, você foi um semeador e, com certeza, o que brota são movimentos, com solidariedade, paz, amor, justiça e direitos iguais para todos.

No presente o caminho dos que
lutam, os que ousam e se revelam,
é iluminado por esse feixe
que brilha em nossos olhos e que faz nossos corações baterem fortes, como tambores em sonhos.
Ontem, um sol nascente, um lampejo de resistência.
Hoje, o grito [sim, o grito] que não se cala,
[o grito que quer] justiça que reluta [...] [avança e faz] a boa luta de nós outros em busca de
respeito e dignidade.
Quilombo de agora, Palmares feito de amor e de amorosidades, de paz e fraternidade...
Acreditar e estender a mão aos
que mais precisam, construindo um outro mundo possível.
A liberdade nos guia, trazendo
esperança e seus esperançares.
Enquanto a consciência pede passagem pela imensidão da humanidade...
... a igualdade desponta em novos ares, com a força eterna do [grande líder e herói] Zumbi dos
Palmares.

É amanhã, feriado nacional, Zumbi dos Palmares. Estamos com você. (*Palmas*).
Pronto.



Agora eu terminei.

Convido para compor a mesa desta sessão especial a convidada Sra. Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Ações Governamentais do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco. (*Palmas.*)

Temos três informes, que vou dar em seguida, a pedido do Senado.

Às vésperas do Dia da Consciência Negra, primeiro ano em que a data é feriado nacional, é uma honra estarmos juntos nesta sessão especial para anunciarmos dois lançamentos do Senado Federal.

O primeiro envolve o Programa de Visitação do Senado. A partir de agora quem vier conhecer a Casa poderá viver uma experiência – e eu vivi hoje pela manhã – imersiva, em um filme 3D. E, neste mês de novembro, teremos também o filme O Sonho de Abdias, que inaugura a visita especial em deferência ao grande Abdias Nascimento, primeiro Senador autodeclarado negro.

O Sonho de Abdias foi filmado no Plenário do Senado, com a participação de atores profissionais e servidores voluntários.

No filme, o personagem principal, Abdias Nascimento, é representado pelo ator Rocco Pitanga e conversa com a estudante Janaína vivida pela atriz Sophia Rosa. Ele fala sobre o sonho de um Senado mais representativo. Explica que antes dele outros estiveram aqui e exerceram o mandato, mas não foram reconhecidos efetivamente pela sua ação como negros.

Ele leva o público a uma experiência única, como se estivesse junto ao Senador Abdias.

Eu vi hoje de manhã o vídeo; e ele disse: “Qual era o sonho do Abdias?” – no vídeo. “O meu sonho é que um dia nós tenhamos neste país, que é continental, um Presidente da República negro”. Quem sabe – não é, Abdias? – o seu sonho vai ser realidade, ao longo dos anos? (*Palmas.*)

Muita juventude com muito fôlego está aí.

O Sonho de Abdias tem a duração só de sete minutos e vai ficar aberto à visitação aqui no Congresso Nacional, a partir do dia 23 de novembro.

A expectativa é de que sejam atendidas, em média, 1,5 mil pessoas a cada mês, com o uso de óculos especiais para aquele momento.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição do *trailer* do filme “O Sonho de Abdias”.

Agora eu não falo mais, pessoal, porque era o informe. O meu pronunciamento foi aquele longo ali e que eu pulei um pouco.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Informo aqui que tem outro lançamento que marca o mês da Consciência Negra: a exibição do documentário Quando Elas se Movimentam, da nossa TV Senado, selecionado para a 20ª Mostra de Cinema Negro.

O filme, dirigido pela premiada cineasta Susanna Lira, será apresentado no dia 28 de novembro. A história traz as trajetórias de Angélica, Antônia e Luana, três mulheres negras que, com sua força e resiliência, movimentam toda a nossa sociedade. Cada passo dessas protagonistas desafia uma estrutura profundamente desigual e reflete as mudanças e as lutas sociais no Brasil.

Agora, eu vou perguntar: é esta Luana ou é outra Luana? (*Pausa.*)

Mas eu vou também dar um destaque à Luana, que está na coordenação aqui dos trabalhos, aqui na mesa, em sintonia com seus colegas.

Por que eles botaram a Luana? Poderiam ter botado um dos que entrariam na mesma linha, não é? Mas botaram a Luana, porque a Luana é concursada e foi aprovada no Senado pela política de cotas, da qual nós todos somos autores. (*Palmas.*)

Por isso, Luana, receba o nosso abraço e parabéns pela sua história.



Só terminando, essas três mulheres são uma gaúcha, uma mineira e uma fluminense, mas poderiam ser de qualquer canto do país. Suas trajetórias de vida mostram o impacto das políticas públicas e das leis que lutamos para aprovar e fortalecer, todos nós que estamos aqui e tantos outros por este país.

A história de Angélica, a primeira universitária do Quilombo Júlio Borges, a jornada de Antônia, que foi de doméstica à juíza, e a atuação de Luana, que leva a negritude aos palcos e à arte, como assim fazia a sua avó, Chica Xavier. Representam conquistas, não só individuais, mas também coletivas, que atravessam o tempo e a resistência do povo negro. São vidas que nos lembram do quanto precisamos avançar, pois sabemos que as mulheres negras estão mais vulneráveis às desigualdades que ainda perduram no Brasil.

Esse filme é sobre vitórias isoladas, mas sobre conquistas que beneficiam a todos nós. São histórias que avançaram nas políticas, como a PEC das domésticas, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Igualdade Racial, marcos fundamentais que surgiram da luta de todos nós. Enfim, é o protagonismo de mulheres, como as que conheceremos nessa produção.

O documentário nos convida a refletir e a nos comprometer com essa mudança, porque, ao apoiarmos as lutas dessas mulheres, estamos contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, mais inclusivo e, sobretudo, mais humano.

Salva de palmas à luta das mulheres. (*Palmas.*)

Vamos em frente?

Ah, tem um trailerzinho da luta das mulheres aí, que a TV Senado vai botar no ar em seguida. Aí, é só um *trailer*.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para registro, registramos os países das Sras. e Srs. Embaixadores, representantes diplomáticos que estão conosco: Angola, Argélia, Canadá, Equador, França, Moçambique, Reino dos Países Baixos, Reino Unido, Trinidad e Tobago, Zâmbia.

Uma salva de palmas a todos os países. (*Palmas.*)

Se a pronúncia não foi perfeita, o culpado é o Paim, mas a intenção foi boa.

Quero também dizer que está conosco, representando o Ministério da Saúde, o Senhor Chefe da Assessoria para Equidade Racial em Saúde, do Ministério da Saúde, Luís Eduardo Batista. Bem-vindo! (*Palmas.*)

Está aqui também a Sra. Procuradora do Trabalho da Secretaria de Assuntos Legislativos, do Ministério Público do Trabalho, a Dra. Janine de Miranda. (*Palmas.*)

Também o Sr. Procurador do Trabalho e Diretor de Assuntos Legislativos, da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, Tiago Ranieri. (*Palmas.*)

A Sra. Coordenadora-Geral de Assuntos Parlamentares, do Ministério das Mulheres, Joseanes Lima dos Santos. (*Palmas.*)

O Sr. Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, do Ministério do Planejamento e Orçamento, Anderson Quack. (*Palmas.*)

O Sr. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), líder sindical Wilson Pereira. (*Palmas.*)

Um abraço para o Warley e todos os outros que fazem parte da sua equipe.

Também o Sr. Vice-Prefeito do Município de Vitor Meireles, Santa Catarina, Ivanor Boing. (*Palmas.*)

Agora vamos aos nossos oradores.



Neste momento, concedo a palavra, com muita satisfação, à Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, que terá o tempo, segundo acertado na mesa, de dez minutos cada um.

Permita que eu diga, Ilana, que você foi fundamental na ajuda ao povo gaúcho, acompanhou a Comissão em todas e coordena aqui a Liga do Bem, pela qual mandamos toneladas e toneladas de alimentos e roupas ao meu estado.

Obrigado.

A SRA. ILANA TROMBKA (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas – boa tarde, já entrando, passando do meio-dia.

Quero cumprimentar os membros desta mesa, a representante do Ministério da Igualdade Racial, a Sra. Bárbara Oliveira Souza; o Sr. Nilmário de Miranda, representando o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania; o Assessor do Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, o Sr. Cleber Santos Vieira; o Sr. Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Sr. José Maximino Silva; o Sr. cofundador da Uneafro Brasil, o Sr. Douglas Belchior; e a Sra. Presidente da UNE, Manuella Mirella.

Eu deixei ao final o senhor, Senador Paim, e eu vou dizer por quê. Porque não é só justo, não é simbólico, mas é necessário que o senhor presida esta sessão. É necessário que o senhor presida a sessão da véspera do primeiro feriado da Consciência Negra brasileira, 20 de novembro. É necessário que seja o senhor, porque o senhor talvez seja o representante símbolo das lutas dos negros e negras no Parlamento. Um símbolo que – e eu pessoalmente já lhe disse isso muitas vezes –, por decisão própria, ocupará por apenas mais alguns anos essa cadeira. Porque foi sua decisão, já comunicada ao povo gaúcho e ao PT, do Rio Grande do Sul, se afastar do cargo de Senador da República ao final deste mandato – um homem que está aqui há quase 40 anos, que viveu com a sua trajetória, com a sua força e com a sua ação todo esse movimento. Esse movimento foi de mulheres negras, como o documentário da TV Senado mostra, de homens negros e de todos aqueles não negros e não negras, como eu, que souberam se afiliar a essas iniciativas.

Não há dúvida de que, assim como Caó, assim como Abdias do Nascimento e assim como Zumbi dos Palmares, o seu nome está inscrito, não apenas na história deste Senado Federal, dessas cadeiras, deste Plenário, deste tapete azul, mas na história do Brasil. É uma honra para mim, e eu não posso deixar de me emocionar como gaúcha, como eleitora do senhor, em tê-lo como representante. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É um caminho comum.

A SRA. ILANA TROMBKA – É verdade, é um caminho comum, mas liderado por alguns, e o senhor, sem dúvida, é esse Líder.

Eu lembro, Senador, quando o meu pai me pediu que mandasse para ele o seu primeiro discurso desta tribuna, quando o senhor tinha sido eleito pela primeira vez Senador. Eu lembro o que o senhor disse naquele discurso: que uma professora lhe disse uma vez que o senhor nunca chegaria a lugar nenhum, mas que o senhor estava aqui. Não foi apenas que o senhor esteve aqui todo esse período, o senhor mudou o Brasil e mudou o mundo estando aqui. Esse é um reconhecimento de todos nós.

Veja, Senador, eu não escrevo os meus discursos. Eu falo apenas o que eu sinto. Eu sempre digo que é um risco, mas é isso o que eu sinto. Eu sinto como uma servidora do Senado Federal que, ao longo dos últimos 27 anos, desde que eu cheguei aqui, tem acompanhado a sua trajetória, e eu sinto como uma gaúcha. O senhor sabe, como eu, como o nosso estado é racista. Talvez seja exatamente por isso que o movimento Palmares começou lá – começou em Porto Alegre –, porque o senhor sabe que o Rio Grande do Sul é um estado conhecido, infelizmente, pelo seu racismo, pela pouca presença destacada de homens e



mulheres negras. Se isso mudou, não é graças somente ao senhor, é verdade, mas é graças à liderança do senhor. Por isso eu acho que neste dia, o seu lugar, a sua presença na principal cadeira do Senado Federal é muito importante.

Eu queria pedir a todos nós uma salva de palmas para o senhor. (*Palmas.*)

Bom, dito isso, eu preciso explicar a minha presença aqui e este lugar de fala de uma mulher branca, de uma mulher gaúcha, de uma mulher branca. Esse lugar é porque o Senado Federal, neste ano, completa 200 anos de sua criação, criado na Constituição de 1824.

Como todos vocês sabem, aquela foi uma Constituição em que os Constituintes eram todos homens brancos e ricos, e nem sequer aqueles Constituintes escreveram a Constituição de 1824, porque ela foi desfeita, e um grupo escolhido por D. Pedro escreveu essa Constituição que criou o Senado Federal.

O Senado Federal, 200 anos depois, se dedica a contar a sua história, porque ser cidadão brasileiro é conhecer a história da política, é conhecer a história dos seus Poderes, a história do Legislativo e a história do Senado Federal. Mas, ao contar essa história, ele não conta a história simplesmente pela ordem cronológica, conta a história pelos impactos desse bicentenário.

É por isso que hoje – não foi sem querer – vocês ouviram o Senador Paim, três vezes, falar de produtos do Senado Federal vinculados ao seu Bicentenário. Nós bem sabemos que, em 1824, o Brasil ainda era um país escravocrata. Nós sabemos que, em 1824, negros e negras não eram ouvidos, não eram sequer considerados seres humanos, mas nós sabemos que o Brasil tem que reconhecer essa dívida com o povo negro. O Brasil tem que compreender a reparação histórica, e o Brasil tem feito isso, não na velocidade que gostaríamos, mas tem caminhado para isso, e o Senado quer mostrar que está atento e, por isso, nesses produtos do Bicentenário do Senado Federal, a questão negra está presente. É por isso que, em um dos sete capítulos do documentário sobre o Bicentenário do Senado Federal, que começou a ser exibido no dia 15 de novembro e será exibido semanalmente pela TV Senado e pela TV Cultura, há um capítulo dedicado às questões de negros e negras. Mas, em todos os capítulos, negros e negras estão lá para dar a sua opinião; em todos os capítulos, negros e negras são consultados, porque parte do reconhecimento é trazer a voz e o espaço para negros e negras em todos os espaços que pudermos.

É por isso que o primeiro filme da série de pequenos filmes de sete minutos, como disse o Senador, de realidade virtual que nós vamos, de uma forma inédita, produzir traz Abdias Nascimento novamente neste Plenário. Novamente dialogando com as crianças, dialogando com a juventude, porque é nesse diálogo que nós vamos mudar o nosso país. Por isso, escolhemos abrir essa série com um produto para as crianças, com um produto que fala de Abdias Nascimento, que eu tive a honra de conhecer quando entrei no Senado Federal, quando ele ainda era Senador da República. Abdias Nascimento, aliás, era suplente de Darcy Ribeiro: só isso já pode mostrar o gigantismo daquela chapa carioca, uma chapa que trazia Darcy Ribeiro e Abdias Nascimento.

Acho que o Senado começa a mostrar a importância que dá a essa reparação histórica, de uma forma aprovando dezenas de produtos. Também não foi por isso que o Senador Paim, várias vezes, no seu discurso, disse: “Já foi aprovado no Senado, está na Câmara dos Deputados”, “Já foi aprovado no Senado, está na Câmara dos Deputados”, “Já foi aprovado no Senado...”

Esta Mesa Diretora e as duas últimas presididas pelo Presidente Rodrigo Pacheco – e o senhor também fala isto, Senador – têm sido pródigas em abrir este espaço e em trabalhar com a comunidade do Senado Federal em prol dessas causas. E, sob o ponto de vista da administração, que é do qual eu me encarrego, nós também temos feito o nosso trabalho e cumprido o nosso dever de casa, e prova disso são todos esses produtos. Nós produzimos, nós queremos difundir, e dependemos de cada um de vocês para auxiliar nessa difusão, na crença de que são produtos assim que fazem com que nós possamos levar à crença da dívida histórica e à importância da reparação para negros e negras.



Eu quero agradecer muito a possibilidade de fazer uso da palavra, e termino apenas, novamente, a partir da fala do Senador Paim, chamando a atenção: quando ele começou a fala, ele falou do corpo de Zumbi, que está na Serra da Barriga, em Alagoas; falou do movimento Palmares, que começou no Rio Grande do Sul; falou da Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso do Sul, que trouxe a primeira proposta de lei que criou o Dia de Zumbi dos Palmares, ainda não o feriado nacional; e falou do Senador Randolfe, então autor do projeto que conseguiu criar o feriado. E aqui eu falo de Alagoas, do Nordeste, falo do Rio Grande do Sul, falo de Mato Grosso do Sul, falo do Amapá e, portanto, falo do Brasil inteiro. Falo do Brasil de norte a sul, falo, literalmente, do Oiapoque ao Chuí, do Estado do Amapá, onde fica o Oiapoque, e do Estado do Rio Grande do Sul, onde fica o Chuí, porque essa é, realmente, uma questão nacional. É o Brasil, em todos os seus estados, em todas as suas capitais, nos quase 6 mil municípios, amanhã, parando. Parando para comemorar, talvez, comemorar a conquista que é o Vinte de Novembro, mas especialmente para refletir, algo que nós mulheres fazemos todo ano no Oito de Março – não é, Senadora Lídice? –, refletir sobre o quanto caminhamos, em que ponto estamos e aonde queremos chegar. E agora o Brasil também terá, obrigatoriamente, que parar e refletir, refletir sobre o que conseguimos, em que ponto estamos e aonde queremos chegar, e vai ser apenas na união de todos e todas que nós teremos alguma chance de chegar aonde devemos e merecemos.

Viva Zumbi dos Palmares!

Viva a liberdade de reconhecê-lo como herói da pátria!

E vivam os homens e as mulheres públicas brasileiras, que sabem se unir para fazer com que 20 de novembro seja, finalmente, feriado nacional!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Diretora Ilana Trombka!

Não vale porque ela me fez chorar aqui. Aí não vale! Aí não vale!

Deixe-me te dar um abraço.

Parabéns!

Eu queria registrar a presença, entre nós... Sabem que só há cinco Constituintes no Parlamento. Aqui, somos eu e o Renan. A Lídice da Mata está aqui com a gente, Constituinte, lutadora! (*Palmas.*)

Todas as causas que a gente pode falar que abraçamos ao longo das nossas vidas ela também abraçou. Não teve uma em que nós estivéssemos em trincheiras diferentes.

Lídice, nós vamos começar aqui na mesa, mas eu gostaria muito que você fizesse também uma falinha da tribuna, se a mesa concordar. (*Pausa.*)

A mesa concorda.

Agora, você dá uma mensagem aqui como Constituinte – ela, que é da Bahia, estado que tem uma ampla maioria de povo negro.

Eu queria dizer que antes eu falei o nome do Warley como líder dos aposentados, mas quero falar do Moacyr também. É o Warley e o Moacyr: o Warley, dos aposentados; e o Moacyr, líder da Nova Central.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Para discursar.) – Bom dia, todos os presentes.

Eu quero saudar essa mesa tão bonita também na figura deste baluarte da luta antirracista no Brasil, que é o nosso Senador Paim. Senador, Deputado Federal, sindicalista; marcou, portanto, toda a sua caminhada com alguns projetos vinculados à luta dos trabalhadores em nosso país, dos aposentados – previdência social – e à luta antirracista. É claro que tem muito mais bandeiras em que Paim se incorporou, mas eu tenho certeza de que essas três grandes bandeiras são marcas de toda a sua vida e atuação parlamentar. E eu fiquei ali participando como uma atriz coadjuvante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Não apoiada!

A SRA. LÍDICE DA MATA – ... nesse processo de luta que ele desempenha tão bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você foi uma guerreira em todos os momentos.

A SRA. LÍDICE DA MATA – Por coincidência, logo no período da pandemia, eu era Presidente da Comissão da Pessoa Idosa na Câmara dos Deputados, que, aliás, era Comissão do Idoso e foi transformada em Comissão da Pessoa Idosa por iniciativa do Senador Paim e por mim acatada na Câmara dos Deputados. E passamos a fazer muitas *lives* naquele período justamente em defesa dos aposentados brasileiros, do 14º para os aposentados brasileiros.

Mas ele me deu, com a sua marca de generosidade, acolhida pela mesa, a possibilidade de falar aqui rapidamente, e eu não quero, portanto, desfazer daqueles que já estavam preparados para falar. Vou apenas fazer uma saudação em nome da Bahia por esta data tão importante para todos os brasileiros, que é, pela primeira vez, nós termos o 20 de novembro como um dia de feriado nacional.

Não tenho dúvida de que foi uma grande conquista, Dra. Ilana, que acabou de falar, nossa Diretora-Geral do Senado, porque ela nasce de uma luta do movimento negro brasileiro para ter protagonismo, para que a história não se referencie apenas nos governantes da época que viraram referência da Abolição, como a Princesa Isabel, mas que ela faça justiça à luta dos negros que se revoltaram, que resistiram, que lutaram contra a escravidão no Brasil, que tem em todos nós a marca referenciada...

(Soa a campanha.)

A SRA. LÍDICE DA MATA – ... de Zumbi, do Quilombo dos Palmares.

E, por coincidência, para vocês verem que tem sempre alguma dificuldade, a Bahia sempre ficou acusada de, sendo o estado mais negro do país, não ter um feriado no dia 20 de novembro, embora nós parássemos sempre e nos manifestássemos sempre, justamente porque todo o estado tem uma cota máxima de feriados e nós já havíamos preenchido a nossa em função de termos, mais do que alguns estados, alguns feriados estaduais religiosos.

Não aceito a brincadeira de que a Bahia é preguiçosa ou não gosta de trabalhar, que muitos fazem. Muito pelo contrário, nós transformamos a festa no fazer, no trabalho e na sobrevivência de muitos e muitos negros e negras que aprenderam o caminho da economia criativa como um grande vetor de resolução de suas vidas.

Mas esse primeiro Vinte de Novembro, portanto, para nós, baianos, tem esse gosto especial. É a primeira vez que nós teremos um feriado no dia 20 de novembro e esse feriado... *(Palmas.)*

... vai ser marcado, companheiros, por uma grande manifestação no bairro da Liberdade, que é também onde nós temos lá a presença tão forte da população negra, é um bairro surgido das ocupações, como quase todos os bairros periféricos de Salvador, do próprio povo, e que vai conquistando o seu reconhecimento e o direito à moradia.

Esse bairro negro é o bairro onde está justamente o terreiro que gerou, que originou o bloco Ilê Aiyê e que registra para o mundo e para o Brasil a luta antirracista na cultura, no carnaval da Bahia, num bloco onde só os negros podem participar desde o início da sua existência, que serve de referência, a saída do Ilê, que é feita também com um rito religioso da religião afro-brasileira em um momento muito singular, em que os pombos brancos, que para nós significam a paz também, são soltos e aí, sim, o bloco sai levando alegria, mas levando também a luta e a marca da luta para todo o povo da Bahia.

Tem um trequinho de uma das músicas do Ilê que diz: “Um abraço negro, um sorriso negro traz felicidade”. E também diz que o negro é a raiz da liberdade, então da liberdade nos dois sentidos, a liberdade principalmente nesse sentido extraordinário do ser humano ser livre totalmente e de não



aceitarmos nenhum tipo de submissão de qualquer ser humano à escravidão e à opressão, mas, também, se referindo à própria liberdade, que é o bairro onde nós vamos nos manifestar.

Então, um grande abraço para todos. Viva o dia 20 de novembro, hoje feriado, como uma conquista do povo negro que vem conquistando novos espaços, que a gente não apenas mais se referencie, Paim, à discriminação permanente, à violência permanente contra a juventude negra, mas, também, com as vitórias que foram realizadas e com as vitórias que ainda hoje são realizadas.

A Câmara dos Deputados vai fazer, está fazendo, uma exposição toda sobre a moda do povo negro como uma referência desse novo momento, de uma economia criativa no Brasil, que tem a presença forte, a contribuição total da população negra do nosso país.

Viva a liberdade, portanto, do nosso povo negro.

Grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Lídice da Mata. É Deputada Federal, foi Constituinte, foi Senadora – grande Senadora também, o que eu não tinha falado antes.

De imediato, vamos, então, aos nossos convidados que estão à mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Cleber Santos Vieira, Secretário substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

E, na sequência, nós vamos ter o grande líder de todo esse movimento, que é o Sr. Antônio Carlos Côrtes, advogado e um dos fundadores do Grupo Palmares.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para discursar.) – Bom dia a todos, a todas as pessoas que estão presentes e também àquelas que estão acompanhando a TV Senado.

Quero cumprimentar a mesa, na figura, principalmente, do Senador Paim, esse grande Parlamentar, esse grande ativista, mas, sobretudo, essa grande referência para todos nós que lutamos por um mundo mais justo, pautado nos direitos humanos, na devida e verdadeira igualdade racial. Então, meus cumprimentos aqui, em nome do Ministério da Educação.

Estou aqui na difícil missão de representar a Secretária Zara Figueiredo, que também deixou o abraço ao senhor. Ela, nesse momento, está no G20. Foi designada para participar de uma mesa lá no G20, então está lá, mas deixa a representação e o carinho que tem pelo senhor. É essa honra enorme.

Então, quero cumprimentar também meus colegas aqui de mesa, Dra. Ilana; a representante do MIR, Sra. Bárbara; Deputado Nilmário Miranda, essa referência para nós nos assuntos de memória e verdade, ex-Ministro de Direitos Humanos também; o José Maximino da Conaq; Manuela Mirella, que participará remotamente; e o companheiro Douglas Belchior, da Uneafro e outras organizações.

Bom, eu gostaria de iniciar, como todos que me antecederam, saudando esse dia 20 de novembro como feriado nacional. De fato, é uma data histórica, por todos os motivos que já foram relatados aqui, e para pensar – eu sou historiador –, pensar também, numa perspectiva histórica, sobre o que significa isso.

Em 1995 eu era um estudante de graduação e eu lembro quando o movimento negro deu uma tarefa para nós organizarmos em cada universidade, em cada instituto, caravanas para se deslocarem a Brasília e realizar a Marcha da Consciência Negra, a Marcha Zumbi, dos 300 anos de Zumbi.

E aquilo foi um marco importante. Dali saiu o reconhecimento do Estado brasileiro de tudo aquilo que praticou durante a escravidão. Pela primeira vez, o então Presidente, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu a existência do racismo, e foi um marco mesmo. Houve a construção do grupo de trabalho interministerial, e logo depois tivemos tudo aquilo que sabemos: Conferência de Durban, a eleição do Presidente Lula, início do primeiro Governo e das leis todas que vieram em torno do antirracismo, a Lei nº 10.639, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas no serviço público, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e tantas outras que nós conquistamos ao longo desse processo.



Eu costumo dizer que, se nós observarmos o Projeto de Lei nº 1.332, do então Senador Abdias do Nascimento, de 1983, temos isso como um roteiro, um roteiro de luta institucional, porque organizou a luta do ponto de vista simbólico. Lá, ele falava da importância do ensino da história e cultura afro-brasileira; ali ele falava das cotas no serviço público; ali ele falava da necessidade de maior diversidade nas empresas, de uma maneira, inclusive, que ia além daquilo que conseguimos fazer. Por exemplo, do ponto de vista da língua estrangeira, o projeto de lei dizia que o iorubá tinha que constar como obrigatoriedade de língua estrangeira por considerar a maioria da população brasileira como afro-brasileira. Então, Abdias do Nascimento é uma referência.

Eu tive a honra de ser convidado pela Secretária Zara para trabalhar no gabinete da Secadi. E, no ano passado, uma das primeiras tarefas que eu assumi, ainda no começo de fevereiro, foi retomar o Programa Abdias Nascimento de Desenvolvimento Acadêmico, principalmente voltado para a mobilidade internacional de estudantes negros e negras que estão na pós-graduação.

Eu lembro que, na primeira conversa, a Profa. Mercedes, então Presidenta da Capes, falou: “Topa?”. Eu respondi: “Agora”. Então, foi a primeira nota técnica que eu escrevi no terceiro Governo Lula e, lá no gabinete, foi a retomada do Programa Abdias Nascimento.

Esse programa foi criado em 2013 com R\$10 milhões. Nós o reconstruímos com R\$260 milhões por determinação do Ministro Camilo, por determinação da então presidência da Capes e por determinação da Secretária Zara Figueiredo. Ele está em plena vigência. Temos estudantes espalhados por várias universidades do mundo afora: países africanos, países da América Latina, países europeus. Estamos, então, em pleno desenvolvimento desse programa, e foi uma forma de a gente recuperar a memória do Abdias dentro da Secadi – um programa que tinha sido extinto pelo Governo anterior. Então, eu gostaria de deixar registrado.

E neste Vinte de Novembro, eu acho que, do ponto de vista do Ministério da Educação, a principal contribuição, o principal presente a esse primeiro feriado nacional do Vinte de Novembro, é a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, que nós chamamos lá de Pneerq.

A Pneerq foi publicada pela Portaria nº 470, assinada pelo Ministro Camilo Santana no dia 14 de maio de 2024. A data escolhida, 14 de maio, não foi uma data aleatória; ela diz respeito exatamente ao dia seguinte, ao 13 de maio, e representa tudo aquilo que precisamos fazer ainda para a verdadeira abolição no Brasil.

Então foi publicada a Pneerq, e nós temos algumas realizações, algumas entregas que são significativas no sentido de apresentá-las à sociedade brasileira. Uma delas é uma demanda, e, no discurso do Senador Paim, ele se referiu a uma pesquisa que indica todos os problemas que têm relação com a implementação da Lei 10.639. É importante lembrar que essa foi a primeira lei assinada pelo Presidente Lula no seu primeiro mandato, publicada no dia 9 de janeiro de 2003.

Nós lançamos 250 mil vagas para formação de professoras e professores nas redes educacionais no Brasil afora. São 250 mil vagas. Só pela Capes, através da Universidade Aberta do Brasil, são 150 mil vagas que abrimos este ano – as inscrições, inclusive, estão abertas – e, para isso, o Ministério da Educação está investindo R\$28 milhões.

Isso é parte da Pneerq. A Pneerq reúne um volume total de recursos nunca antes visto: na ordem de implementação da Pneerq, são R\$2 bilhões; são R\$2 bilhões que estão aí sendo investidos para a implementação dela. Um pouco de para onde é que vão esses recursos eu falei, mas eu queria dizer de um presente – porque eu acho que todos os pesquisadores, todos os militantes cobraram isso por muito tempo –, que é o monitoramento da Lei 10.639.

Você sabe, Senador Paim, que, em 21 anos – a lei é de 2003 –, nunca o Estado brasileiro, numa



perspectiva governamental, de Governo Federal, havia realizado uma pesquisa, havia realizado um monitoramento para saber como cada um dos 5.650 municípios existentes no Brasil, como cada um dos 27 estados existentes no Brasil têm implementado essa política, essa lei ao longo de 21 anos. Nós realizamos isso entre 21 de março... Também escolhemos a data de 21 de março, que, para nós, é muito simbólica, do ponto de vista do combate internacional à discriminação racial.

Começamos a fazer esse diagnóstico perguntando, através do Sistema de Monitoramento do MEC, oficialmente, a cada uma das redes, como elas, nesses 20 anos, implementaram a lei. Perguntamos algumas coisas: “Como está a institucionalização...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... isto é, existem regras, existem leis, existem normas; “Como está o processo de formação em cada município neste Brasil; “A gestão escolar se preocupa com essa questão da Lei 10.639; “Como está a questão da produção e distribuição do material didático e paradidático antirracista na educação; perguntamos a questão do financiamento, isto é, se o município ou estado investe, e quanto investe, nas políticas educacionais voltadas para as relações raciais; e, por fim, em sexto lugar, a avaliação e o monitoramento.

Nós tivemos uma taxa de resposta de 98% nos municípios; portanto, nós temos uma pesquisa abrangente, que revela o posicionamento de 5.474 redes municipais de educação no Brasil. Nunca, desde 2003, quando a lei foi criada, havia sido realizado um monitoramento oficial.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – São dados, portanto, do Estado brasileiro. Tivemos, ao mesmo tempo, todos os estados preenchendo essa pesquisa.

Estou concluindo, então, para dizer que esse painel, com o monitoramento, foi lançado ontem, numa reunião que tivemos com toda a imprensa, com os jornalistas dos principais veículos da imprensa brasileira – valorizando, obviamente, os jornalistas negros e as jornalistas negras que acompanharam o processo de divulgação. O painel está completamente disponibilizado na página oficial do MEC, onde todos os dados daquilo que foi declarado podem ser consultados.

Para concluir: obviamente, nós fizemos algumas inovações nesse processo. A resposta a essas perguntas que fizemos só poderia ser cadastrada no sistema Simec pelo Secretário de Educação, pelo seu CPF e assinatura eletrônica. Isto é, ele tem que se responsabilizar por aquilo que ele declarou.

Nós tivemos, na construção desse processo, quatro parcerias fundamentais: primeiro a Undime, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; segundo, o Consed, que é o conselho dos secretários estaduais de educação; e, por fim, sobretudo, da Copeduc, que reúne, portanto, os procuradores vinculados ao Ministério Público que cuidam da pauta educacional; e da Atricon, que é dos tribunais de contas estaduais.

Temos, inclusive, acordos de cooperação técnicos com essas duas instituições, Atricon e Copeduc, a partir das quais o monitoramento se faz não apenas por aquilo que está sendo declarado, mas também pelo cumprimento efetivo do que está sendo declarado.

Então, com isso, eu encerro as palavras. Eu acho que era uma expectativa muito grande da sociedade brasileira, daqueles que atuam na educação, seja como militantes, seja como professores, seja como pesquisadores...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... de se ter uma anotação dessa.



Para terminar, então, acho que é uma responsabilidade de quem está na gestão, quem é militante, quem é pesquisador e quem, portanto, está aí atuando nessa agenda.

Cada geração tem e assume suas responsabilidades. A minha geração assumiu algumas responsabilidades e, felizmente, nesta sessão de hoje, nós temos a possibilidade de estarmos sendo liderados por alguém que assumiu essas responsabilidades em várias frentes, deixando um legado muito importante para a continuidade da nossa luta, que é o Senador Paulo Paim.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Cleber Santos Vieira. Parabéns por todo o histórico e pelos fatos e atos que o Ministério da Educação está cometendo e fazendo neste momento.

De imediato... Antes, eu quero registrar a presença da representante da Comunidade Bahá'í do Brasil, Sra. Luiza Cavalcanti Maria Nascimento. Seja bem-vinda.

Concedo de imediato, com muita satisfação, a palavra ao Sr. Antônio Carlos Côrtes, advogado, e um dos fundadores do Grupo Palmares.

Côrtes, satisfação enorme te ouvir neste momento, você que é um dos jovens daquela época, que ainda está em plena atividade, fundador deste grupo fundamental, Palmares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CÔRTEES (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Exmo. Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, Exmos. Senadores que presentes estão, autoridades já citadas pelo protocolo, os representantes de autoridades, senhoras, senhores, povo negro do meu Brasil.

Vivenciamos uma sessão histórica, vivenciamos no país um momento de história e, assim como o Abdias tinha um sonho, este sonho que nós do Grupo Palmares tínhamos, pensávamos que não iríamos conseguir realizar em vida.

Efetivamente, eu dedico este momento aos meus saudosos irmãos do Grupo Palmares, *in memoriam*, eles que não estão entre nós, mas ajudaram a plantar a semente: Ilmo da Silva, presente; Vilmar Nunes, presente; Oliveira Ferreira da Silveira.

Na fundação do Grupo Palmares, lá em 1970, nobre Senador, amigos, irmãos que nos assistem, comporta um discurso histórico: nós éramos seis, mas, como estratégia de sobrevivência, quatro colocaram a cara para bater e dois ficaram ocultos, porque, caso a ditadura nos eliminasse, esses outros dois ocultos dariam sequência ao nosso trabalho. Os ocultos: Jorge Antônio dos Santos e Luiz Paulo Assis Santos. Coincidência ou não, esses estão vivos; e daqueles quatro que botaram a cara para bater restamos nós.

Eu lembro os versos do Geir Campos, um poeta mineiro – Minas que tem a comunidade negra tão rica, tão grande. Diz o operário, do Geir Campos:

Operário do canto, me apresento
sem marcas ou cicatriz, limpas as mãos,
[...]
aberto o peito, e – e [...] [mostro o] documento – a palavra [...] [de acordo com] o pensamento.
[...]
há um [...] som [...] [de búzios no mar] do meu canto
[...]
se há mais quem cante cantaremos juntos;
[...]
[...] [Mas só canto] quando [...]
[eu vejo] nos olhos dos [...] [meus irmãos] a esperança.

E é esta esperança que eu vejo nos olhos dos irmãos. E eu vou contar um pouquinho da história



desse Grupo Palmares.

Eu era estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, único aluno negro daquela turma, e tinha um professor chamado Pereira Leite, de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Ele tratava os seus alunos todos como “doutor”.

Um dia ele chegou em aula e disse: “Dr. Côrtes, o senhor sabia que a Lei Áurea era composta apenas de dois artigos? Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil; e, Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Em seguida, passou um filme na minha cabeça para saber, como disse o antecessor da tribuna, o dia 14 de maio de 1888 seria o quê? O que aconteceria com aqueles 5 milhões de negros – trazidos em campos de concentração flutuantes, que eram os navios negreiros – que aportaram no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro? Nada! Deram a eles a rua da amargura, a legislação penal, o braço pesado da lei.

E eu que já era rato de biblioteca encontrei na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul o livro *O Quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro, um historiador baiano. E ali eu procurava a data de nascimento de Zumbi. Não encontrei, mas encontrei a data da morte de Zumbi: 20 de novembro de 1695, naquela região onde está Alagoas, onde está Pernambuco. E aquele jovem, então, inquieto que nós éramos, fizemos a leitura de um trinômio, eu especialmente.

Nos anos 50, o Brasil disputava a Copa do Mundo de Futebol no Maracanã, e quis o destino que o Brasil, no jogo com o Uruguai – com o Maracanã superlotado, e os brasileiros todos prontos para fazer uma festa –, o Obdulio Varela faz o gol no final do jogo. A culpa coube ao Barbosa, como sendo um dos principais responsáveis, assim como o Juvenal e o Bigode, pela derrota do Brasil. No futebol eram onze os integrantes, mas aqueles três pagaram o pato. E a mídia da época, envenenando os torcedores, passou a dizer que o negro não servia para a decisão, que o negro amarelava. Naquele momento, em 1950, Pelé ao ver o Dondinho, o seu pai a chorar, ele disse: “Não chora, não, pai, eu vou lhe dar uma Copa do Mundo.” Veio a Copa de 1954, com somente dois negros, Didi e Djalma Santos, e aquela pecha contra a comunidade negra, contra os jogadores negros, continuou.

Veio a Copa de 1958, na Suécia, onde, entre os titulares iniciais, somente Didi era negro. Começaram os jogos, e o Brasil não ia bem, fazendo com que os brancos titulares – Nilton Santos, Bellini, Gilmar e Zito – foram ter com o Paulo Machado de Carvalho, Chefe da Delegação, e o Vicente Feola, técnico: “Olha aqui ó, se não botar os negros, nós não vamos adiante.” Estavam no banco Garrincha, Pelé e Djalma Santos. Com o ingresso desses três, o Brasil começou a mudar a trajetória. O próprio Pelé, então com 16 anos, dava balãozinho nos gringos, dribles, enfim; Garrincha enlouquecendo os russos, e o Brasil se sagrou campeão mundial de futebol, rasgando aquela história de que o negro era incompetente no futebol, e o Pelé pôde chegar ao Dondinho e dizer: “Pai, está aqui a Copa do Mundo que eu lhe prometi.”

Então, dentre as origens que me levou a despertar essa coisa da consciência negra, da luta do Grupo Palmares, em 1970, estava o futebol, mas estava também a Carta de William, de 1712, nos Estados Unidos, onde um escravocrata, um empresário, estabeleceu teses, ensinando aos demais proprietários de escravos em como manter a escravização do negro o tempo todo. E ele dizia: “Não misturem aqueles que são de Angola, aqueles que são de Moçambique, aqueles que são de Luanda, enfim, para que eles não se organizem, não se estruturam em luta”. É a Carta de William, de 1712.

E o terceiro momento que me instigou, que me provocou, já em 1966: o Partido dos Panteras Negras, dos Estados Unidos, o de punhos fechados, lutava pela educação; lutava para acabar com o assassinato, pela polícia, dos jovens negros; lutava por diminuir o fosso da desigualdade social.

Com tudo isso, a leitura do livro do Edison Carneiro, a nossa primeira reunião do Grupo Palmares, mais formalmente assim, porque, até então, a gente se reunia na Esquina Democrática – a hoje Esquina Democrática, mas, na época, era Rua da Praia e Borges de Medeiros, a Rua dos Andradas – e nem



imaginava que estava criando também a Esquina Democrática. Ali, começamos a entabular sobre a história do Brasil. O Jorge Antônio dos Santos, que está vivo lá em Salvador, era um dos mais indignados. Naquele momento, articulava-se o Grupo Palmares, ainda sem nome.

A primeira reunião aconteceu na casa do Prof. Oliveira Ferreira da Silveira, na casa do sogro dele especificamente, o Prof. José Maria, um professor Negro da UFRGS, casado com a Profa. Aracy, que nos acolheu e nos incentivou também. Ali, ainda não se tinha o nome de Grupo Palmares.

A segunda reunião, mais formal, aconteceu na casa dos meus pais, na Rua dos Andradas 849, Rua da Praia, no Centro de Porto Alegre, onde o meu pai, que era zelador da Loteria do Estado do Rio Grande do Sul e contínuo, e minha mãe, Isolina dos Santos Côrtes – o meu pai, Egydio Ribeiro Côrtes –, com medo de que a ditadura nos prendesse nas ruas, abriram a porta da sua casa, a sala, para que a gente fizesse a reunião ali. E, ali, o grupo decidiu, então, por uma sugestão nossa, em função do livro, que se chamaria Palmares.

A partir daquele momento, começou a nossa perseguição. Nos nossos atos, nas nossas manifestações, tínhamos antes que levar à Polícia Federal e à censura o roteiro da nossa programação para que eles a liberassem. E passamos a ser monitorados a partir dali. Eu e o Oliveira da Silveira fomos chamados a depor para dizer o que era esse Grupo Palmares, porque fizeram a ligação com o Grupo VAR-Palmares.

Em 1978, o embrião do MNU, do Movimento Negro Unificado, em São Paulo, abraçou aquilo que veio a ser, eu diria, a grande explosão, porque nós não conseguíamos aqui, na imprensa do Rio Grande do Sul, divulgar o que a gente estava realizando, mas tinha um jornalista gaúcho, vivo ainda, Alexandre Garcia, nascido em Cachoeira do Sul, que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Travou lá. Não foi aqui.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CÔRTEZ – trabalhava no *Jornal do Brasil*, e colocou quatro linhas no jornal, dizendo: “Quatro universitários negros de Porto Alegre...” (*Falha no áudio.*)

Aquilo caiu como um rastilho de pólvora. Nossos irmãos de São Paulo se sentiram sacudidos, lá em 1978.

Depois, nos anos 80, em Salvador, num evento também da comunidade negra, decidiram que seria o Dia da Consciência Negra aquele 20 de novembro – não 13 de maio, e, sim, 20 de novembro – de Zumbi dos Palmares!

Depois, a marcha de Brasília de 1995.

Como já foi dito também pelos antecessores, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a D. Ruth Cardoso, começou a evolução na inclusão do campo socioeducativo.

Depois, a Conferência de Durban, na África, onde se debateram políticas para estabelecer formas de sobrevivência na intolerância racial no mundo todo.

Em 2003, políticas afirmativas, com o sentido de desaguar também na Lei 10.639, de 2003, para que a história da África fosse contada dentro dos currículos escolares e também a história do negro no Brasil, porque não era possível que aquele negro que foi escravizado, que fez a economia brasileira no que diz respeito à cana-de-açúcar, ao café, ao algodão, às charqueadas passasse, como disse o Clóvis Moura, de excelente escravo a ser mau cidadão a partir do dia 14 de maio.

Os avanços aí estão, mas são muito aquém diante da contribuição que o negro brasileiro deu ao Brasil. As políticas ainda são muito tímidas.

Encaminhando para o meu encerramento, agradeço ao Senador Paim, ao Randolfe Rodrigues, que foram ter com o Presidente Lula para transformar este 20 de novembro em feriado, um coroamento de



uma luta de mais de 50 anos, mas não um feriado pelo feriado, mas uma data de reflexão, uma data para estabelecer as políticas públicas em todos os sentidos.

Não é possível que os negros não possam estar presentes nas câmaras municipais, nos legislativos, na Câmara dos Deputados, no Senado!

Que nós pudéssemos ter vários pains, e não sendo a exceção que confirma a regra; que nós pudéssemos ter tantas beneditas na Câmara dos Deputados; que nós pudéssemos ter homenagens aos alceus collares – nossos zumbis de hoje.

Antonio Candido, o principal crítico brasileiro de todos os tempos, o intelectual, disse que *O Navio Negreiro*, escrito pelo Castro Alves, era o inverso da história.

No meu livro *Grupo Palmares*, lançado agora dia 14, na feira do livro, eu narro a história do Grupo Palmares, valorizando as pessoas que nos entrevistaram, porque eu transcrevo aqui as principais entrevistas concedidas ao longo destes 50 anos.

O Navio Negreiro, que eu vou resumir, diz mais ou menos o seguinte – peço aos irmãos que fechem os olhos e imaginem:

'Stamos em pleno mar...

[...]

Era um sonho dantesco... o tombadilho

[...]

Tinir de ferros... estalar de açoite...

Legiões de homens negros como a noite,

Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas

Magras crianças, cujas bocas pretas

Rega o sangue das mães:

Outras moças, mas nuas [...]

No turbilhão de espectros arrastadas,

Em ânsia e mágoa vãs!

[...]

Um de raiva delira, outro enlouquece,

Outro, que martírios embrutece,

Cantando, geme e ri!

[...]

Senhor Deus dos desgraçados!

Dizei-me vós, Senhor Deus!

Se é [...] [mentira]... se é verdade

Tanto horror perante os céus?!

[...]

Quem são estes desgraçados

Que não encontram em vós

Mais que o rir calmo da turba

[...]

Dize-o tu, severa Musa,

Musa libérrima, audaz!...

São os filhos do deserto,



Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
[...] [Antes] fortes, bravos.
Hoje míseros [...] [e escravizados]
Sem luz, sem ar [...]...
[...]
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja [...]
De teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
[...]
Varrei os mares, tufão!...
[...]
[...] Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Parabéns, Dr. Antônio Carlos Côrtes, advogado e um dos fundadores da Palmares.

Permita-me, Côrtes, que eu peça aqui neste Plenário, também, uma salva de palmas para alguém que você lembrou aí, Alceu Collares, Governador do Estado e Deputado Federal.

Antes de eu chegar aqui, ele que defendia a questão do salário mínimo. Pois quase que ele passou para mim.

Alceu Collares, fica aqui o nosso carinho e o nosso respeito.

Que bom, Côrtes, que foi você que lembrou.

Uma grande salva de palmas para o ex-Senador e ex-Deputado Federal Alceu Colares. (*Palmas.*)

Registro a presença do Sr. Presidente de honra do Instituto Brasileiro de Direito e Defesa da Cidadania, Sr. Márcio Alexandre da Silva Pinto.

Passo a palavra agora, porque estamos ajustando aqui na mesa, devido às agendas dos nossos convidados, ao Sr. Douglas Belchior, cofundador da Organização não-Governamental Uneafro Brasil e também da Coalizão Negra por Direitos.

Douglas, você tem nos ajudado muito aqui no Senado em todos os projetos que apresentamos e fizemos a boa mobilização juntos.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para discursar.) – Senador, obrigado pelo convite.

Um bom dia a todos e todas que estão aqui.

Sou Douglas Belchior. Sou professor de História e sou do Movimento Negro Uneafro Brasil, em São Paulo.

A Uneafro Brasil compõe uma rede, uma grande articulação nacional do Movimento Negro, que é a Coalizão Negra Por Direitos. Falo hoje em nome da Uneafro.

Quero cumprimentar meus colegas de mesa: a Sra. Ilana, a Sra. Bárbara, o Sr. Nilmário, grande companheiro, o Cleber, meu grande amigo e companheiro, que está no MEC, José Maximino, da Conaq, talvez a maior organização negra do país, que reúne as 6 mil comunidades quilombolas de todo o país.



Muito respeito por vocês.

A minha Deputada Reginete Bispo, que está remota, lá no Rio Grande do Sul. Estivemos juntos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vai falar em seguida aqui também.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Vai falar em seguida e vou ouvir atentamente.

A Manuella Mirella, companheira da UNE, e o Professor, que deu uma aula, agora, Antônio Carlos Côrtes, impressionante. E como é incrível o resgate da memória, como é importante o resgate da memória! Estamos aqui para falar disso – não é? Sobre memória.

Paim, eu já falei várias vezes, Senador, sobre a sua importância, como é uma honra para nós poder conviver com o senhor, que é uma figura já histórica, viva, saudável, com muitos e muitos anos ainda para viver e colaborar com a gente.

Mas é uma honra conviver com o senhor, conviver com Benedita da Silva, conviver com os nossos mais velhos, que vieram primeiro e colocaram essa história toda para acontecer.

O Prof. Antônio Carlos falou agora que são óbvios, são evidentes os avanços, mas os avanços são muito menores do que o tamanho da contribuição que o nosso povo deu para que este país existisse como ele existe hoje. E o papel do movimento social, o papel da sociedade civil organizada é empurrar a história para frente.

Então, nós estamos aqui, claro, para reconhecer, para elogiar, mas, sobretudo, para empurrar à frente, para empurrar governos, sejam eles governos de esquerda, governos de centro, governos de direita. Seja quem for o gerente desta máquina chamada Estado, precisa ser empurrado para levar à frente políticas de direitos. Esse é o papel, e a gente tem que entender o papel de cada um aqui.

E a gente tem o Parlamento como um grande formulador e mediador desses poderes também. A gente tem, dentro do Parlamento brasileiro, uma descompensação do ponto de vista do equilíbrio das forças políticas brasileiras. A gente tem o Parlamento ocupado majoritariamente por Parlamentares que representam setores que não acham importante o avanço de políticas de direitos para a população negra. E isso não é uma coisa, um acontecimento de agora, não é uma situação temporária ou temporal, deste momento nosso.

Tem sido assim na história. A população negra nunca teve grande representação política, numericamente falando, no Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado, o que faz com que o papel que os nossos representantes têm cumprido nestes espaços seja mais importante ainda, porque nós somos extrema minoria nestes espaços, apesar de sermos maioria populacional. E essa minoria nestes espaços tem tido uma atuação absolutamente valorosa, importante, incrível, histórica, que resulta nos avanços que a gente tem.

Agora, de novo, Prof. Antônio Carlos, o senhor me lembrou Malcolm X, quando ele diz que não é possível cravar um punhal de nove polegadas nas costas de uma pessoa, arrancar esse punhal três polegadas para fora e chamar isso de avanço. O punhal continua lá, o sangue continua correndo, a ferida continua aberta.

É disso que se trata quando a gente fala sobre avanço para a vida do povo negro brasileiro, que continua sendo base da pirâmide social, maioria dos mais pobres, dos miseráveis, dos que passam fome, dos que moram na rua, dos que não têm acesso à educação, dos que dependem drasticamente de serviços públicos para sobreviver.

E daí vem a importância e a grande contradição que nós temos em falar do Estado brasileiro, porque o Estado brasileiro é historicamente o maior algoz da vida do povo brasileiro e do povo negro, em especial. O Estado brasileiro é o maior criminoso contra direitos humanos no Brasil. O Estado é criminoso, o Estado



brasileiro tem uma gênese genocida.

Mas, ao mesmo tempo, nós, como movimento e sociedade civil, olhamos para o Estado e dizemos: “Olhem, este Estado tem que ser forte, ele tem que ser forte para garantir direitos, ele tem que ser garantidor do direito à sociabilidade, à vida digna, à cidadania”.

Então, há uma contradição em si quando a gente olha para o Estado e quer que esse Estado cumpra um papel contrário à sua própria gênese. É dessa contradição que a gente está falando, e é necessário lidar com essa contradição; é importante, é necessário, e é por isso que a gente ocupa estes espaços.

É importante que o Estado reconheça o seu papel violador histórico, porque é disso que se trata. O Estado brasileiro tal qual a gente conhece é fruto de uma concertação que visou manter as coisas como sempre estiveram pós-escravidão; é disso que se trata, após 400 anos ou 388 anos de um regime violento, a mais violenta experiência de escravização de seres humanos e a mais longa, terminada em 1888, formalmente.

Em 89 daquele século, há a Proclamação da República. A Proclamação da República é um grande acordo nacional para manter as coisas como sempre estiveram: os donos das fazendas como donos das instituições, em maioria nas instituições, em todas as instituições brasileiras formadas naquela virada de século. Tem uma reforma na Constituição, especialmente nas leis penais, que vai reduzir a idade penal para oito anos, se eu não estiver errado, em 1890.

Na República, quando ela surge – a República de concidadãos iguais em direitos –, a gente vai ter o exercício do sufrágio universal, do direito ao voto. O direito ao voto é censitário, ou seja, só vota quem tem patrimônio; mulheres não votam, só vão conquistar esse direito na década de 30; e analfabetos não votam. Ora, quem eram os analfabetos?

Está aqui, Paulo Paim, de novo, remontando ao seu papel histórico: pessoas analfabetas só terão direito a voto a partir da Constituição de 1988, cem anos depois. Se nós população negra brasileira sempre fomos... Vou reformular. Nós população negra brasileira nunca fomos menos de 70% do total de analfabetos do Brasil; até hoje: nós somos cerca de 75% dos analfabetos brasileiros. Eu não sei exatamente o número em que nós estamos hoje, mas deve ter uns 10 milhões de analfabetos no Brasil. Não sei se esse número aumentou ou diminuiu neste momento, mas ainda é muita gente analfabeta, e nós somos a maioria de tanta gente analfabeta, que, hoje, desde 1988, tem direito facultativo ao voto.

Eu poderia dizer, portanto, que a população negra brasileira só teve direito a votar – aliás, a participar do processo político –, como cidadão, com direito ao sufrágio universal, a partir de 88 do século XX, cem anos depois da abolição da escravidão. Vou repetir o punhal do Malcolm X e a observação do Prof. Antônio: é muito aquém do que nós fizemos, do que nós merecemos, do ponto de vista de direitos.

Eu vou ler dados de agora, porque nós estamos aqui para falar de Vinte de Novembro, de Zumbi dos Palmares, de luta. Para que serve essa memória, uma memória construída na porrada, uma memória construída na insistência? Porque, antes de esse feriado ser um feriado nacional, como hoje a gente o inaugura, ele já era feriado em quantos municípios brasileiros? Ele já era feriado em quantos territórios brasileiros? Há quanto tempo nós o celebramos?

Estamos, já há 40 anos, celebrando o Vinte de Novembro, construindo organicamente, de baixo para cima, essa data. Então é disso que se trata, e é muito importante ter pessoas no Parlamento que vão dar vazão para esse trabalho orgânico, cotidiano, diário, que pessoas negras constroem todos os dias. Mas é importante lembrar...

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... o que é o Estado, o papel do Estado, a quem ele serve e a contradição da nossa atuação.



Hoje, Senador Paulo Paim, nós temos números para dar sentido a esse feriado, porque a gente tem que se levantar amanhã cedo, assim como a gente faz no Natal, no Ano Novo, nos aniversários, ligar para as pessoas que a gente conhece, ama, olhar para a nossa família em casa e dizer: “Feliz dia Vinte de Novembro para você!”. Nós temos que construir essa cultura. “Feliz dia de Zumbi para você!”. Esse dia representa a luta histórica do nosso povo pela vida, e esse feriado faz sentido hoje mais do que nunca. Sabe por que ele faz sentido hoje mais do que nunca? Porque, em 2023, 4.025 pessoas foram mortas por policiais no Brasil – esse é um dado da Rede de Observatórios de Segurança que foi divulgado nessas semanas que passaram.

Dessas 4.025 pessoas mortas pela polícia, mortas pelo Estado brasileiro, o Estado, aquele ente histórico, o maior violador de direitos humanos no Brasil, o maior criminoso, o maior algoz do povo negro brasileiro; esse Estado, que matou 4.025 pessoas no Brasil ano passado diretamente... Não indiretamente, porque indiretamente matou muito mais; estou falando mortas a bala por uma pessoa fardada em nome do Estado, 4.025. Destas, 3.169 pessoas tinham dados disponibilizados de raça e cor. Ou seja, quase mil não tinham esse dado. Das que tinham, as 3.169, 87,8% eram pessoas negras. Portanto, eu posso dizer que quase 90% do esforço da atuação policial no dia a dia do seu trabalho é um esforço...

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... para matar pessoas negras.

Este feriado faz sentido por esse dado, que é o dado mais drástico, mais violento, mais explicador – essa palavra é feia, mas existe, não é? –, que nos ajuda mais a compreender o que é o Brasil. O Brasil precisa ser visto, lido e compreendido pelos números da violência que ele produz, da negação de direitos que ele produz.

Os policiais no Brasil matam sete pessoas negras por dia. Nós temos sete Georges Floyds por dia assassinados pela polícia. Eu não estou falando da violência generalizada, que também é racista, porque é óbvio que não é só a polícia que mata, os números de violência e homicídio são muito maiores. Existe um processo de violência generalizada, as pessoas que têm armas no Brasil matam pessoas negras.

Tem pesquisa – eu não tenho o número aqui exato, mas tem pesquisa – que demonstra isso, certo? Assim, a maioria esmagadora, talvez... E esse negócio é meio cabalístico, porque é sempre 70-30, a gente pode resumir em 70-30, para bem e para mal, entendeu? Do ponto de vista do acesso a direitos, 30% no máximo somos nós. Do ponto de vista de ser alvo da violência, 70% somos nós, é quase sempre essa média.

Então, veja, existe uma violência generalizada. Vítimas de armas de fogo no Brasil, quem morre? Pessoas negras, no mínimo 70%. Não é só a polícia que mata, certo? Os que têm acesso a armas fazem uso dessa arma para quê?

E tem outras dimensões disso, porque não se mata só com armas de fogo no Brasil. Existem outros tipos de violência direta, violência direta que mata. Eu não estou falando aqui da não assistência médica, por exemplo, no serviço público de saúde, que é outra contradição. Outra contradição, porque...

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Cara, como é que a gente vai falar mal do SUS? Não pode. O SUS é uma experiência radical, fundamental, é importantíssimo, e 90% de quem usa serviço de saúde pública são pessoas negras. Sem o SUS, negros não têm acesso a tratamentos de saúde no Brasil. Olhe o Estado aí como garantidor de direitos, entende? O mesmo Estado violador é aquele que... Pô, se não for ele, a gente não tem acesso.

A cada três horas, uma pessoa negra é executada por um homem de farda no Brasil. Essa guerra



permanente, cotidiana, não comove o nosso país. Não comove. Continua a não comover.

Eu poderia gastar todo o meu tempo aqui discorrendo sobre dados que a gente já conhece, sobre o que significa a presença negra do ponto de vista do acesso à saúde pública, do acesso à moradia, ao saneamento básico, vamos recortar esses dados... Todos... Não há...

A Marta Harnecker, que é uma historiadora ou filósofa, uma escritora latino-americana maravilhosa...

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... escreve no primeiro Governo Lula, ainda, um livro chamado *Os Desafios da Esquerda Latino-Americana*. Há uma brincadeira que ela faz no livro, uma frase que eu nunca vou esquecer, em que ela diz que a esquerda latino-americana e a esquerda brasileira em especial erram pelo excesso de diagnóstico e a ausência de terapêutica. Eu vou repetir a Marta Harnecker, porque nós temos o diagnóstico; nós temos, ele é conhecido. Ele é conhecido porque o movimento negro produz os dados, porque os intelectuais, os nossos especialmente produzem os dados. Esses dados são divulgados, nossos aliados conhecem os dados, os nossos adversários conhecem os dados, a imprensa divulga os dados. Não há segredo em relação a nada disso. Isso não tem sido dito agora nos últimos 20 anos...

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – ... que é o meu tempo de militância, ou 30 anos, que é o meu tempo. Não! Nossos mais velhos estão aqui lembrando que fazem isso há 50 anos, e antes deles, os mais velhos que eles faziam isso desde a abolição da escravidão. Durante todo o período da escravização, a gente teve rebeliões gritando pelo direito à vida do povo negro brasileiro.

Então, por que a gente não faz se a gente sabe? Porque há a reafirmação diária permanente da desumanização do nosso povo. Não tem outra explicação. Diante dos dados, diante da experiência empírica, diante da realidade que é esfregada na nossa cara todos os dias, se o Governo não faz, se o Estado não faz, se os gestores não fazem, é porque eles topam que pessoas negras sejam mortas todos os dias. Eles aceitam, e alguns deles festejam isso.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – O dia Vinte de Novembro é feriado nacional a partir de amanhã, graças à luta de pessoas que devem ser lembradas para sempre e devem receber estátuas e homenagens em vida, como é o caso do nosso Senador Paulo Paim.

O dia Vinte de Novembro precisa ser para lembrar e para causar revolta, senão ele não vai servir para nada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentos ao líder da comunidade negra que tem feito palestras em inúmeros lugares, o Douglas Belchior, que é também, com a sua juventude, uma referência já para nós pela forma de atuar.

Parabéns!

Concedo a palavra de imediato ao Sr. Nilmário Miranda, Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, no período de 1991 a 2003, mas que foi Ministro dos Direitos Humanos.

Conversamos muito naquela época e ele continua atuando nessa área.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar essa mesa que representa bem o povo brasileiro aqui hoje, e também quero



fazer uma homenagem ao Senador Paim.

Eu cheguei como Deputado Federal em 1990 – em 1991, na verdade – e lá conheci esse gigante, Paulo Paim. Nós vínhamos da Constituinte, onde gigantes como ele – Lula, João Paulo Pires, que nós perdemos agora – representaram o povo trabalhador brasileiro, independentemente de raça ou cor, todos os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olívio Dutra, permita-me, naquele tempo era Deputado Constituinte. Olívio Dutra é uma lenda também.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Luiz Dulci...

Eu considero que a década de 90 foi a década dos direitos humanos, apesar de que eu fui Ministro na década seguinte, quando nós criamos o Ministério da Igualdade Racial, o das Mulheres, o dos Direitos Humanos, o de Desenvolvimento Social.

Por que a década de 90? Porque ali nós fizemos uma coisa fantástica que é a positivação do direito – os grandes princípios constitucionais e a Constituição eram baseados nos 30 artigos da Declaração Universal –, e ela foi uma década que tirou do papel os princípios gerais fundamentais, mas transformou-os em leis para possibilitar que, depois, virassem cidadania, virassem política pública.

É por isso que hoje, quando a gente cria secretarias e ministérios, fala “direitos humanos e cidadania”, porque não basta ser só direitos humanos. Cidadania é o exercício dos direitos tornados políticas públicas, por exemplo, e você foi um campeão disso, como Deputado e como Senador. Teve essa visão, essa lucidez e nos ensinou isto: que não basta ter um princípio geral, não basta ter um tratado, um pacto, uma Constituição... Isso é fundamental, mas não basta. Você tem que ter a política pública. Você, mais do que isso, também trabalhou com a ideia do estatuto, de conectar todas as políticas públicas e todos os princípios positivados. Isso é muito importante.

Marcou a história: você honrou Abdias, honrou Zumbi, honrou João Cândido – que você citou aqui –, honrou todos esses; então, eu queria prestar esta homenagem também ao militante, negro, Deputado e Senador Paulo Paim.

Olha, pessoal, acho que nós estamos aqui, hoje, na véspera de um feriado. Por que é um feriado tão importante? Porque o feriado – antes – do povo negro era o Treze de Maio. Por mais que a gente não queira fazer injustiça com ninguém, o Vinte de Novembro é do povo negro que conquistou os seus direitos, de forma muito cruenta, muito valente, como foi dito aqui por vários companheiros que me antecederam, e com muita violência inclusive, enfrentando muita violência. Por isso é que o feriado é importante, porque o Brasil tem tantos... Às vezes, a gente reclama do excesso de feriados, mas esse aí é justiça pura com a história, com a memória e com a verdade do povo brasileiro.

Eu aqui represento, no ministério, Macaé Evaristo. Ela antecedeu o Cleber no Secadi (MEC), muitos anos atrás, em um dos governos passados, e hoje é nossa Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ela também está lá no G20. Aliás, bela manhã também, não é? A gente abriu os jornais, os noticiários, e viu as notícias do G20, aquela foto espetacular do Presidente Lula liderando dezenas de países num pacto mundial para os 773 milhões de pessoas que não têm o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. A maioria é de negros, não é, Douglas? A gente sabe disso. A esmagadora maioria.

Mas, Dra. Ilana, a senhora falou que, apesar de não ser negra... Mas olha só: a nossa Constituição fala que todos são iguais perante a lei. Foi a primeira Constituição brasileira multiétnica e multirracial, multicultural. Então, quem é racista é o branco. O branco que rompe com o racismo incorpora o que tem de melhor a humanidade. Não é isso?

Quem é machista, quem provoca o feminicídio, a violência contra a mulher, são os homens. Então, se os homens, se os brancos, se todos não abraçarem a luta contra o racismo, a misoginia, nós não vamos entrar nunca na verdadeira democracia.



Por isto que é importante, neste dia de hoje, Senador Paim, estarmos celebrando esse feriado de amanhã. Ele é um aperfeiçoamento da democracia brasileira, e é por isto que nós lutamos. Então, viva o Brasil! Viva a democracia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Nilmário Miranda, Deputado Federal, Ministro dos Direitos Humanos, que fez uma viagem rápida aqui até a Constituinte. Bons tempos aqueles, de muito combate, mas foi uma Constituição avançada para a época, muito avançada.

Concedo a palavra neste momento à Deputada Federal Reginete Bispo, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul.

É com você, Reginete!

A SRA. REGINETE BISPO (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, meu querido amigo e conterrâneo Senador Paulo Paim. É uma alegria poder estar contigo neste momento participando desta sessão solene.

Eu quero aqui também cumprimentar o Douglas Belchior, ali representando o movimento negro.

Um grande abraço, Douglas!

E também cumprimento o meu amigo Antônio Carlos Côrtes, que fez esse depoimento lindíssimo contando a história de luta e de resistência do nosso povo e como se constitui o dia 20 de novembro como essa data tão potente e importante no nosso país.

Saudando vocês, eu saúdo todos os demais componentes da mesa e quem está nos acompanhando, e quero dizer, Senador Paulo Paim, que o Brasil vive um momento histórico com essa data de Vinte de Novembro. É um momento histórico porque, além de reconhecer a importância e a presença do povo negro e toda a sua história de luta e de resistência, também é um momento de afirmação desse reconhecimento e afirmação da nossa identidade, da nossa cultura e da nossa luta.

Então, estar aqui hoje, 19 de novembro, véspera do dia 20 de novembro, nesta sessão para tratar desse tema, é mais que uma celebração; é, juntos e juntas, reafirmar o nosso compromisso com a luta por justiça, por liberdade e por igualdade no nosso país.

E celebrar essa data lembrando de Zumbi dos Palmares, essa figura tão enigmática na nossa história e no nosso país... Porque eu me lembro das minhas primeiras séries iniciais, e a história nunca deixou de contar a história de Zumbi dos Palmares. Todos nós aprendemos, conhecemos essa figura na sala de aula. Obviamente, não era esse Herói da Pátria que era apresentado. Era um homem negro, escravo – não era “escravizado”, era “escravo” –, que fugia junto com os negros, fugia da escravidão. E, inclusive, a história contava que ele se suicidou diante dos exércitos holandeses e portugueses – diante do exército holandeses e portugueses ele se suicidou. Só mais recentemente – e aqui, então, faço referência aos que vieram antes de nós, o Antônio Carlos, o Oliveira Silveira e tantos outros que o Côrtes anunciou – foi que essa figura, essa história, a verdadeira história foi resgatada.

Quem foi Zumbi dos Palmares? Foi um homem negro que lutou em defesa de um território, Quilombo dos Palmares, que poderíamos dizer que foi uma epopeia; uma epopeia do povo negro no Brasil, porque a nova historiografia, de Clóvis Moura, Décio Freitas... Clóvis Moura já afirmava, no seu livro sobre Palmares, que Quilombo dos Palmares foi a primeira república independente das Américas. Por que foi a primeira república independente das Américas? Porque tinha uma legislação, tinha uma Constituição e tinha instituições públicas que organizavam a vida do povo. Vejam bem, essa experiência, para nós que ainda lutamos, Douglas, com muita força contra o racismo estrutural, contra um Estado que nos deixa à margem, resgatar essa história, resgatar essa experiência de organização, de luta e de um território, de um quilombo onde todos eram bem-vindos – porque ali não eram só negros que viviam; ali viviam pequenos camponeses que eram abandonados pelo Estado, ali viviam povos indígenas que também lutavam contra



a escravidão, contra a dominação no período... Então, resgatar o Zumbi dos Palmares é resgatar essa história. A partir de Zumbi, nós resgatamos tantas outras figuras, como a Dandara, como Tereza de Benguela e tantas outras que lutaram veementemente contra a escravidão no nosso país, porque Zumbi dos Palmares lutava contra a escravidão e em defesa do povo negro naquele período.

Também é importante lembrar que, para as organizações negras, a figura de Zumbi dos Palmares foi uma força, uma potência para fortalecer a organização e a articulação do povo negro, porque a verdadeira história passa a ser resgatada.

E eu não podia deixar de fazer referência, Senador, à importância do senhor como Deputado Federal, da Benedita da Silva e de tantos outros que, na Constituinte, conseguiram colocar na Carta Magna artigos e proposições que são fundamentais para nós negros, como o art. 5º que diz, pela primeira vez, que todos somos iguais perante a lei independentemente da cor, do sexo ou da religião.

Isso é um avanço incrível!

Também foi na Constituição de 1988 que vocês conseguiram colocar – aqui saudando o Maximino – o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da regulamentação e devolução dos territórios quilombolas, das terras quilombolas, em nosso país, e, a partir desse artigo, houve, na minha opinião, uma mudança radical sobre o uso da terra, sobre o entendimento do uso da terra, porque as comunidades quilombolas, assim como os povos indígenas, fazem o uso coletivo da terra, mas, também, colocou no centro do debate agrário deste país que os quilombos e que o povo negro têm uma herança e que têm direitos sobre territórios e sobre a terra. Então, isso é fundamental.

Eu sei da contribuição de vocês, dos nossos pouquíssimos Parlamentares negros que estavam lá junto com outros que foram solidários e que são solidários na luta antirracista em nosso país.

Em decorrência disso, quero e vou fazer referência à Marcha Zumbi dos Palmares, para ver como essa figura do Zumbi dos Palmares, esse homem histórico, está presente na luta do dia a dia. Foi em 1995 a primeira marcha do povo negro à Brasília, celebrando os 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares. Para mim, essa marcha, em 1995, é um marco histórico na luta antirracista, porque é a primeira vez que um chefe de Estado recebe o povo negro.

Vejam, já havia decorrido mais de 100 anos, 110 anos, da abolição de escravatura e, pela primeira vez, um Chefe de Estado recebe o povo negro, na época o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que fez algumas coisas, mas a partir daquele momento, quando o Presidente, por reivindicação do movimento social, constituiu o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) se começa a discutir pela primeira vez a possibilidade de políticas públicas voltadas para essa população que havia sido esquecida, que havia sido abandonada pelo Estado brasileiro. E ali, com o GTI, se produz muita coisa. Ali vão se consolidando, em 2003, já então com o Presidente Lula, processos importantes como as cotas raciais no ensino superior brasileiro, que foi um avanço que a população negra, especialmente a juventude negra, abraçou e, hoje, as universidades públicas e algumas privadas do nosso país têm uma presença maciça da juventude negra, da população negra.

Foi ali, nesse grupo de trabalho, que se aprofundou e se levou adiante o programa nacional de saúde da população negra, tão fundamental. E, hoje, se nós avançamos, se o Sistema Único de Saúde avançou nas políticas públicas em relação à população negra vem em decorrência dessa grande mobilização nacional. Muitos já falaram aqui, mas é importante destacar a Lei 10.639, que foi a primeira lei sancionada pelo Presidente Lula que trata das relações étnico-raciais, sobretudo da história da diáspora africana, no sistema de ensino público e privado do nosso país.

É bem verdade que temos problemas na implementação, mas são problemas que precisam ser superados. Na legislação, o Estado brasileiro já reconheceu a importância dessa política pública. E, Senador, é importante destacar ainda – o Côrtes já falou, o Douglas Belchior reafirmou, e eu reafirmo –:



tivemos avanços, saímos da invisibilidade. Hoje qualquer pauta nacional tem que colocar a pauta racial, porque não existe uma democracia efetiva, não tem como pensar o Brasil, não tem como pensar políticas públicas sem colocar no centro a maioria do povo brasileiro, que somos nós negros, 64% da população.

Para enfrentar as desigualdades sociais, temos que enfrentar a desigualdade racial. E este é o grande desafio que está colocado para nós hoje: superar as desigualdades – política, econômica e social. E nisso tem que estar no centro a população negra.

Nós, recentemente, na Câmara, no Congresso Nacional, debatemos a reforma tributária e debatemos legislações fundamentais para o nosso país. Como entra o enfrentamento ao racismo, ao racismo estrutural no nosso país? É colocar nesses temas, nessas pautas, a situação, a condição da população negra, da população pobre e marginalizada do nosso país. A gente tem conseguido alguns avanços nesse sentido, mas não o suficiente para superar as desigualdades.

Outro tema – não querendo me alongar – que é fundamental que a gente enfrente: o Estado brasileiro, mesmo os governos progressistas, não têm tido a força e a determinação necessária para enfrentar o tema da letalidade policial, Senador. Nós colocamos agora, como prioridade, no Vinte de Novembro, no mês da consciência negra, aprovar projetos que são determinantes para a melhoria das condições de vida do povo negro, e um deles é o projeto de lei de sua autoria, junto com o Movimento Negro, que trata da abordagem policial.

Não é mais admissível, não é possível que a gente aceite uma polícia tão letal para o povo negro, tão violenta para o povo negro, embora a gente saiba da importância da segurança pública. Nós queremos uma segurança pública cidadã, que respeite todos e todas, de acordo com o art. 5º da Constituição, independentemente da cor, da religião ou da classe social.

E, para finalizar, eu quero dizer que essas mudanças, essas transformações ocorrem fundamentalmente pela motivação, pela determinação, pela resistência do povo negro, das mulheres negras. E nós precisamos ter essa chama viva, presente, se queremos avançar. Saímos do denunciismo e partimos para as políticas públicas. Começamos a ocupar espaços de poder, ainda que mínimos, mas determinantes, assim como foi a presença do senhor, Senador, na Constituinte, e da Deputada Benedita da Silva.

Para fazer grandes mudanças, eu sei que a nossa presença hoje, ampliada no Congresso Nacional, deve fazer muito mais do que já foi feito, o que dois, três fizeram, nós podemos fazer e muito mais.

O movimento social, não só o movimento negro, mas o movimento social, os setores da sociedade comprometidos no enfrentamento ao racismo, na implementação de políticas públicas que superem as desigualdades, devem estar mobilizados e atentos a essa agenda, a essas pautas que tratam do enfrentamento ao racismo estrutural.

E, para finalizar, eu quero dizer da minha alegria, da honra e do orgulho que eu tenho. Talvez este, que vai me acompanhar para o resto da vida, seja o mais importante, poder estar junto com o senhor, Senador, junto com o Antônio Carlos Côrtes, junto com Oliveira Silveira, junto com Zumbi dos Palmares, ao instituir essa data do dia 20 de novembro como feriado nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Eu, que fui Relatora do projeto na Câmara dos Deputados – o senhor foi Relator no Senado e eu fui Relatora na Câmara do Deputados... Você não imagina o orgulho e a honra que eu sinto por ter feito parte desse processo de constituição desse feriado, que, na minha opinião, passa a ser um dos maiores feriados nacionais, talvez o mais importante, porque resgata a história do Brasil e resgata a história do povo brasileiro.

Parabéns, Senador, por esta sessão. É um orgulho estar aqui. O nosso mandato, a nossa luta, a nossa militância estão a serviço do Brasil, a serviço da democracia, a serviço do povo brasileiro – especialmente do povo negro. Porque, se o povo negro melhora sua condição de vida, é a condição de vida do povo brasileiro que melhora.



Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, minha querida Reginete Bispo. Deixe-me que lhe diga que eu tenho muito orgulho de dizer que você foi minha suplente. Viajamos o estado todo para que eu me elegeisse Senador e, em seguida, você se elege Deputada Federal e está fazendo um belíssimo trabalho.

Na lei da abordagem policial, de nossa autoria aqui, você é Relatora lá; no feriado de Zumbi, fui Relator aqui, e você, Relatora lá. Você está fazendo um excelente trabalho, demonstrando todo o potencial e a capacidade da mulher negra, principalmente. Você defende essa causa com muito carinho e com muito respeito. Eu sei que você abraça a todos, mas sua história de vida é linda, e você sabe o que estou dizendo.

Parabéns, parabéns, parabéns!

Palmas para você. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. José Maximino da Silva, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O SR. JOSÉ MAXIMINO DA SILVA (Para discursar.) – Inicialmente, eu gostaria de deixar o meu boa-tarde a todos, todas e “todes”, e falar da grata alegria, da grata satisfação por hoje estarmos nesta Casa, num dia tão celebrativo, num dia festivo, onde estamos comemorando o feriado nacional alusivo ao Dia Nacional de Zumbi e ao Dia da Consciência Negra.

Este é um espaço de suma importância porque, nesta Casa, responsável por gestar tantas leis, hoje, nós estamos celebrando mais uma conquista da pauta racial, porque nós temos aqui, dentro desta Casa, pessoas, a exemplo do Senador Paulo Paim, que, além de negro, faz questão de honrar a nossa luta, de honrar a nossa trajetória e, a partir do trabalho que ele desenvolve com outros companheiros e companheiras aqui, nós verdadeiramente nos sentimos representados. Então, esse dia, esse feriado é uma conquista da população negra e – por que não dizer? – é uma conquista também da população negra quilombola.

Também aproveito para cumprimentar todos que compõem a mesa – a Sra. Ilana; a Bárbara; o Nilmário, que estava conosco; o Cleber; o Douglas Belchior –, a Manuella e o Côrtes, figuras que no dia de hoje nos proporcionaram uma aula, uma memória, uma vivência, uma experiência sem precedentes. Eu me sinto muito feliz de poder estar aqui, enquanto Conaq, compartilhando, vivenciando essa construção e tendo a oportunidade de, juntamente com vocês, também fazer parte dela, também fazer parte dessa luta, porque isso é muito importante.

Eu não poderia deixar aqui de falar um pouco da Conaq em si, dessa entidade negra quilombola que é um dos maiores movimentos da América Latina hoje e que sempre tem lutado na defesa da população negra, na defesa da população quilombola.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas é uma entidade de classe de âmbito nacional, representativa das comunidades quilombolas. Foi fundada em 12 de maio de 1996, durante o momento de avaliação do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que aconteceu em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, naquele momento tendo como representantes nove estados. A criação da Conaq impulsionou o movimento quilombola no cenário nacional, reconhecido como um dos mais ativos agentes do movimento negro do Brasil contemporâneo, e introduziu um debate sobre a pluralidade étnica do país.

A luta pela garantia de direitos territoriais é central para o movimento quilombola. A noção de terra coletiva, presente nas comunidades quilombolas, desafia o modelo de propriedade privada e exige que o Estado repense sua estrutura agrária, reconhecendo o caráter étnico da ocupação territorial. Sua missão é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável,



pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo.

Eu não poderia deixar de, aqui nesta fala, fazer referência a uma das grandes referências nossas de quilombola, que tanto nos inspira nessa luta, que é o Nêgo Bispo, quando ele diz que “Nós somos o começo, o meio e o começo”. A gente não considera o fim, porque a nossa luta é contínua, a nossa luta é ancestral; nós resistimos para existir, e é de suma importância que tenhamos um espaço como este, para que possamos não só debater a política, mas nós estamos aqui também lutando pela garantia da existência de uma população que, por muito tempo, foi invisibilizada e que, por muito tempo, ficou de fora do alcance da política.

Se hoje nós conseguimos ocupar um espaço como esse e debatemos entre nós com o alcance de tantos que nos ouvem neste momento, é devido a essa resistência, essa luta contínua de pessoas que acreditam nessa história e que se colocam a serviço de todo esse movimento.

É importante, antes disso, numa sociedade em que muitas vezes nós só aparecemos em números, em estatísticas que não representam de fato a nossa história, a nossa identidade... O censo de 2022 nos dá uma visibilidade maior, quando diz que nós somos 1,5 milhão de quilombolas aqui no Brasil, onde nós somos mais de sete mil quilombos, onde estamos presentes em 1.696 municípios; e, dos 27 estados, nós estamos presentes em 24 deles.

Então, nós temos números, números que devem fomentar, incentivar ainda mais a política para que ela chegue na base e de fato alcance o nosso irmão, a nossa irmã que se encontra lá no território.

Eu não poderia deixar também de dizer que essa nossa sobrevivência hoje e essa nossa resistência hoje, Senador Paulo Paim, passa pela regularização e titulação dos territórios quilombolas. Nós queremos garantir o que está na Constituição Federal, no seu art. 68. Nós queremos cumprir o que está no Decreto 4.887, de 2003.

Nós queremos ter a garantia de permanecer no espaço onde os nossos ancestrais estiveram primeiro; muito antes até de este país ser chamado de República, nós já existíamos; nós já trabalhávamos para que este país crescesse.

Hoje, nós lutamos contra uma força maior que tenta nos expulsar e tenta implantar ainda um tipo de escravidão, não permitindo que a gente permaneça nos nossos espaços. Por isso que, num dia de celebração como esse, é inevitável a gente trazer à pauta essa discussão; e dizer que é extremamente importante a titulação dos nossos territórios.

Esta Casa precisa assumir um compromisso. Os Parlamentares que aqui se fazem presentes, que também foram eleitos com o voto da população quilombola deste país precisam dar um retorno, precisam fazer uma prestação de conta.

É inaceitável que em pleno século XXI, ano de 2024, a gente ainda tenha que lutar pelo direito à vida, pelo direito de existir, onde há uma força contraditória, uma força que vem ao nosso encontro querendo simplesmente nos disseminar, nos acabar. Isso não é permitido. Nós também merecemos viver. Nós também merecemos ter lá o nosso território, o nosso espaço, onde está lá a nossa energia, a nossa ancestralidade, a nossa identidade, o local para a gente fazer a nossa roça, garantir o sustento dos nossos familiares, e garantir também a existência das gerações que vão vir e que vão dar continuidade a essa luta.

É por isso que, num dia celebrativo – como já foi dito – e festivo a gente não pode deixar de, muitas vezes, clamar por esse reconhecimento, clamar por essa ajuda e cobrar do Estado brasileiro, que, na maioria das vezes, é tão violador dos direitos dessa população quilombola, que ele também possa ser garantidor da conquista do nosso território.

(Soa a campanha.)



O SR. JOSÉ MAXIMINO DA SILVA – Hoje, pelos estudos que nós temos, em se tratando da titulação dos territórios, pelo que nós temos de comunidade identificada, se for continuar no rito que está, nós iremos gastar em torno de 2 mil anos para essa titulação. Nós não temos 2 mil anos mais.

Nós queremos a titulação do nosso território já, e nós queremos a titulação do nosso território com urgência para garantia da nossa resistência e da nossa sobrevivência enquanto população. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, parabéns, José Maximino da Silva, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Parabéns pela exposição e pela cobrança. Precisamos da titulação da terra dos quilombolas. Eu vejo isso no meu próprio estado, como é a luta dos quilombolas.

Conte sempre com a gente, viu?

Passo a palavra agora à Sra. Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Ações Governamentais do Ministério da Igualdade Racial, representando aqui a Ministra Anielle Franco.

A SRA. BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA (Para discursar.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes, boa tarde às pessoas que nos acompanham pela TV Senado.

Quero saudar com grande carinho, admiração e com grande companheirismo nessa nossa luta histórica o grande Senador Paulo Paim, que coordena hoje, que preside esta sessão solene, que faz menção e que celebra o Dia da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares e a tantas lutadoras e lutadores da nossa história negra no país.

É a primeira vez que a gente tem oficialmente o Dia da Consciência Negra, que vai ser celebrado amanhã. É um marco histórico da nossa luta, e eu queria fazer eco às falas que me antecederam não só aqui nesta mesa, mas às falas que nos antecederam na nossa história, pensando que a luta negra é necessariamente uma luta de uma longa caminhada.

É exatamente a partir do princípio do Adinkra Sankofa, que fala que “retomamos o passado para ressignificar o presente e construir o futuro”, é com esse olhar, a importância simbólica que tem o Vinte de Novembro, que é enorme para nossa luta negra, para as políticas de igualdade racial e para todos os direitos negros que estão assegurados, além de ser uma data fundamental para refletirmos sobre os grandes desafios estruturais que a população negra vivencia no Brasil.

Estou aqui hoje representando a nossa Ministra Anielle Franco, que está numa agenda no G20, no Rio de Janeiro. Acho que hoje também é um dia que simboliza esse acordo global contra a fome e contra a pobreza, em que o Brasil tem tido um papel de liderança muito importante, muito estratégico.

Nossa Secretária-Executiva, Roberta Eugênio, hoje está na Serra da Barriga, outro lugar muito simbólico para este momento que a gente está celebrando, está refletindo, e ao qual está dando visibilidade.

E aí eu queria voltar para um ponto acerca do Prof. Antônio Carlos. Quero parabenizar muito a iniciativa de o Prof. Antônio Carlos ter voz e espaço nesse lugar e trazer a relevância que o Grupo Palmares, no início dos anos 70, teve para essa conquista.

Quero trazer um pouco, inclusive, da minha trajetória pessoal. Eu sou filha de um militante do movimento negro, que foi um dos fundadores da primeira organização do movimento negro de Brasília, que é o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (Ceab), de onde saíram Carlos Moura, que foi o primeiro Presidente da Fundação Cultural Palmares, a Profa. Glória Moura, o Prof. Nelson Inocência e tantas referências nacionais hoje da luta negra.

Eu pequenininha ali ouvia sobre Zumbi, sobre Dandara, sobre Akotirene, e como isso nunca dialogou com o que eu via na escola, com o que eu via na televisão. A gente percebe, nessa caminhada – aí, de novo, voltando ao princípio de beber do passado, ressignificar o presente e construir o futuro –, como



várias das lutas históricas do movimento negro têm hoje impacto na televisão. A gente hoje vê ainda uma presença negra muito aquém do que temos por direito e por representatividade nesses espaços, mas já há uma presença negra importante na TV, nos espaços televisivos, no Congresso, ainda com muitas falhas, mas são conquistas também importantes de a gente celebrar e lhes dar visibilidade.

O mesmo acontece, obviamente, na instância do Governo Federal. E, nessa caminhada, a Deputada Reginete Bispo fez uma fala muito importante, trazendo o simbólico que foi a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, e a criação do grupo de trabalho que envolveu, na época, os vários ministérios setoriais da área de políticas sociais e muitos movimentos negros. Inclusive, a Conaq surge em decorrência da Marcha Zumbi, desse encontro, do GTI, e da pauta que as comunidades negras rurais e quilombolas traziam pelo direito à terra e por tantos outros direitos que historicamente foram violados.

A partir desse GTI, foi então amadurecido muito o olhar para a importância das políticas de igualdade racial, que na época ainda não existiam de forma estruturada, para além de algumas iniciativas culturais realizadas pela Fundação Cultural Palmares. E é exatamente em 2003 que a gente tem um grande marco disso. Então, hoje, em 2024, a gente tem mais de 21 anos de oficialização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que é uma política fundamental para que possamos avançar na estrutura do Estado brasileiro, na consolidação dos direitos para a população negra.

E a Política de Igualdade Racial traz vários marcos importantes. Agora no G20, inclusive, uma dessas entregas simbólicas feita foi o lançamento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18, por uma iniciativa voluntária do Governo Federal do Brasil, do Estado brasileiro, de apresentar um objetivo de desenvolvimento sustentável voltado para a igualdade racial. Isso é um marco histórico, é um marco que, inclusive, pode vir a inspirar outros países a também seguirem nessa luta e a trazerem esse olhar qualificado para a promoção da igualdade racial na implementação de políticas públicas.

Um outro marco que eu queria trazer para o Vinte de Novembro é como o Brasil tem desenvolvido um papel fundamental, do ponto de vista da política internacional, no campo da igualdade racial. Este ano a gente foi um dos organizadores – nós com o Governo Federal, juntamente com o Governo da Bahia e com a União Africana – da 1ª Conferência da Diáspora Africana nas Américas, em Salvador, nos dias 28 e 29 deste ano, exatamente fazendo essa integração da União Africana com a Diáspora Africana nas Américas e trazendo, pela primeira vez, a voz oficial da Diáspora Africana nas Américas no contexto do Congresso Pan-Africano.

A gente está chegando, então, ao 20 de novembro com, obviamente, desafios muito estruturais, mas também muitos ganhos nacionais e internacionais de visibilidade desta pauta, e o Vinte de Novembro celebra muito isso.

O que a gente vinha falando da importância de dar maior visibilidade, de que uma das lutas históricas do movimento negro é exatamente romper com o apagamento, com a invisibilidade, com o silenciamento das lutas negras, da cultura afro-brasileira, de uma educação antirracista, enfim, o Vinte de Novembro sendo oficializado como feriado nacional traz esse marco tão importante para essa caminhada.

Destaco alguns pontos da Política Nacional de Igualdade Racial que dialogam muito com o que disse o nosso querido Douglas Belchior, que, infelizmente, não pôde estar mais aqui conosco, trazendo alguns elementos-chave dos desafios ainda presentes para a Política de Igualdade Racial como as altas taxas de letalidade entre a juventude negra.

É por isso, inclusive, que foi criado o Plano Juventude Negra Viva, que reafirma o compromisso do Governo Federal em tentar alavancar esse processo. Uma das conquistas do Juventude Negra Viva é exatamente a diretriz do Ministério da Justiça para uso das câmeras corporais. A gente vem acompanhando os dados e sabe da importância que a implementação desse equipamento traz para a redução das taxas de homicídio e para segurança dos próprios policiais e da população.



O Pronasci Juventude também traz um olhar importante nesse campo, além de iniciativas de educação, como o nosso companheiro Cleber destacou, iniciativas de fomento ao esporte, à prática desportiva, à convivência comunitária.

A gente tem alguns avanços também no Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Quilombos (PNGTAQ), que é tão importante para a Quilombo Brasil e para assegurar o uso sustentável dos territórios e ampliar também o acesso aos territórios para as comunidades quilombolas no Brasil.

Faço destaque a uma última das políticas de igualdade racial que também dialoga muito com o modelo de execução das políticas públicas no Brasil que é o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que estabelece uma articulação fundamental com Governadores e com Prefeitos para implementação da Política de Igualdade Racial lá no município, lá no estado. E a gente sabe o quanto é importante que essa política chegue à ponta.

(Soa a campanha.)

A SRA. BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA – E a federalização vem muito materializada por esse Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Enfim, para fechar a minha fala, eu sei que a gente está no fim desta importante sessão solene, eu rememoro um pouco o que a nossa querida Beatriz Nascimento trouxe, fazendo alusão exatamente à importância de que a gente se veja representado nos espaços de poder, se veja representado nos espaços de representação simbólica, nos espaços educacionais, nos livros didáticos, enfim, trazendo a importância que o Vinte de Novembro tem como uma simbolização da visibilidade dessa identidade negra, dessa resistência negra, dessa luta negra.

Abrem-se aspas: “É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos”.

(Soa a campanha.)

A SRA. BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA – Com essa fala de Beatriz Nascimento, eu agradeço pela oportunidade de o Ministério da Igualdade Racial compor esta sessão solene tão importante, em celebração do Vinte de Novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares e a todas as lideranças negras da nossa história – vivas, ou que já foram para a ancestralidade.

Quero agradecer, mais uma vez, ao nosso querido Senador Paulo Paim pelo convite, pela parceria e pela luta diária por mais direitos para a sociedade brasileira.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Sra. Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Ações Governamentais do Ministério da Igualdade Racial, representando aqui a nossa querida Ministra Anielle Franco.

Parabéns, Doutora.

A SRA. BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegamos ao final.

Por mim, eu ficaria um pouco mais.

Deixem-me contar para vocês, em um minuto.

Feriado na quarta. Quando tem feriado na quarta é difícil ter atividade de votação de matéria na quinta e na sexta. Daí me disseram: “Mas por que você vai à Brasília se o feriado é na quarta?”. Eu digo:



“É exatamente por causa disso que eu vou, porque é feriado na quarta”. Esta sessão, pessoal, é uma sessão histórica. Mas poder dizer que, amanhã, vai ter um feriado nacional em todo o país devido à história de Zumbi... Eu estou aqui lembrando dos Lanceiros Negros do Rio Grande do Sul. Na Guerra dos Farrapos, foi permitido a eles, escravos, de 1835-1845, que seriam libertos quando a guerra terminasse. E, quando a guerra terminou, recolheram as armas deles, que seriam libertos, e eles foram massacrados, porque o rastilho de pólvora da liberdade ia se espalhar por todo o país se eles libertassem os guerreiros do Rio Grande do Sul.

Então, hoje, aqui, eu lembro deles e, ao mesmo tempo, digo para vocês que foi difícil, mas eu peleei desde que eu cheguei aqui: “Um dia eles vão ser heróis da pátria!”. Felizmente, apresentamos o projeto, conseguimos aprovar, o Presidente Lula sancionou e, hoje, os Lanceiros Negros, heróis da Guerra dos Farrapos, estão inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, Lei nº 14.795, com origem nesse projeto.

Palmas aos Lanceiros Negros! (*Palmas.*)

Quantos lanceiros negros estão neste país?

Mas eu quero deixar aqui um pedido também, para terminar. Eu não vou ler, não.

Quem não lembra de João Cândido, o Almirante Negro? Casualmente, também gaúcho. Não é nenhum bairrismo isso, não é?

Ele liderou a Revolta da Chibata. Por quê? Eles tratavam os negros, naquela época, na Marinha – eu tive muita conversa com a Marinha –, na base do chicote. E o João Cândido disse: “Não, ninguém aqui mais vai apanhar de chicote por motivo nenhum, e não tem que apanhar de forma nenhuma”. Num contingente em que 90% eram negros, centenas de marujos apanhavam e seus corpos eram retalhados pela chibata.

João Cândido liderou a Revolta da Chibata e eu o coloquei aqui como herói da pátria. Aprovei aqui no Senado. Por isso que alguém disse – foi você que falou, Ilana? – “no Senado aprovou, no Senado aprovou”. Também esse aprovamos no Senado. Agora, a Câmara não votou. Faço um apelo para que a Câmara vote: justiça!

E termino com esta frase. E assim ele se eternizou, por João Bosco e Aldir Blanc, na canção O Mestre-Sala dos Mares, na qual eles escrevem e cantam: “Salve o navegante negro, que tem por monumento as pedras pisadas do cais”. Salve o Almirante Negro, João Cândido.

Eu faço um apelo à Câmara dos Deputados que vote ainda este ano; é possível.

E, por fim, eu vou pedir também que eles votem a política de cotas no serviço público. Nós já aprovamos aqui há meses e meses, já aprovamos nas universidades, depois eles aprovaram lá, e, tudo bem, foi sancionado pelo Presidente; e aí? E a política dos servidores públicos? A política de cotas não foi votada.

Agora, eu termino mesmo, porque esta aqui – olhem – não é nem uma folhinha, é meia folhinha, se vocês me permitirem, porque eu gosto demais desta aqui.

Agora, eu vou falar um pouquinho do Abdias, mas vou terminar com o Zumbi; são quatro ou cinco frases. Foi um poema que eu escrevi para ele.

Tua vida, Abdias, foi dedicada à causa da nação negra. O nosso povo há de contar a tua história. Os poetas vão se lembrar de ti, falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada, exemplo para todos nós. Um homem que viveu à frente do seu tempo. Abdias Nascimento...

E aqui eu fiz agora um ajuste, porque quem escreveu pode ajustar, não é? Eu boto aqui na última estrofe:

Abdias Nascimento e Zumbi nos deixaram uma lição de vida, de sonhos, de igualdade, de



rebeldia e de amor, e não de ódio.

Vida longa ao Abdias Nascimento, vida longa às ideias de Zumbi dos Palmares e Abdias.

Encerramos aqui. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Nós encerramos a sessão, e a Manuella conseguiu entrar agora.

Como a gente faz, técnica? Posso reabrir? (*Pausa.*)

Está bom.

Concedo a palavra, neste momento, à Manuella Mirella, que eu tinha anunciado há um tempo atrás, no início da sessão, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Manuella, você conseguiu, e sabe por que eu também abri para você entrar agora? Eu praticamente reabri a sessão. Porque, na política de cotas, você estava aqui, ao lado de todos nós, corpo a corpo, e trouxe um time de estudantes aqui para ajudar a fazer com que a política de cotas nas universidades fosse aprovada, e na do serviço público vocês também estavam aqui.

A palavra é tua. (*Pausa.*)

Vamos lá, Manuella.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Agora foi.

Está todo mundo me ouvindo? (*Pausa.*)

Queria saudar esta sessão solene na pessoa desse amigo dos estudantes, o Senador Paulo Paim.

Senador, eu fiz questão... Estou aqui correndo entre uma agenda e outra e também correndo para construir o Vinte de Novembro aqui em São Paulo, onde estou, mas não poderia deixar de participar deste espaço.

Amanhã, 20 de novembro de 2024, será a primeira vez que será feriado nacional. É uma luta na qual a gente segue, a luta do povo negro, há anos e anos no Brasil, o país no qual mais da metade da sua história é construída à base da escravidão, é construída à base da exploração do povo negro.

A gente dá um recado, e o recado de amanhã é ir às ruas, com muita coragem e ousadia, para lutar contra esse racismo estrutural que insiste em nos matar diariamente.

Mas, Senador, não vou aqui me prolongar muito, porque o pouco da parte que consegui ouvir, inclusive esse final, me emocionou bastante, quando o senhor cita tanto o Abdias, como tantos outros guerreiros e guerreiras que lutaram para que eu estivesse aqui hoje.

Eu queria agradecer ao senhor, Senador, em nome de todos os estudantes brasileiros, porque nós sabemos a batalha que travamos, tanto na Câmara e no Senado Federal, quanto nas ruas e nas universidades do Brasil, pela aprovação da renovação, ampliação e aperfeiçoamento da Lei de Cotas. A gente falou com cada Senador, com cada Deputado, com cada estudante deste Brasil, porque nós sabemos que foram as cotas que transformaram a cara da universidade.

Eu sou fruto da política pública da Lei de Cotas. Inclusive, fui a primeira da minha família a ingressar no ensino superior público e a me formar. Graças à Lei de Cotas, sei como ela é fundamental para que a gente consiga dar oportunidade para um povo que tanto sofre e que tanto é perseguido.

O nosso recado segue firme. Assim como dizia Zumbi, assim como dizemos no movimento negro:

“Por menos que conte a história
Não [...] [se esqueça] meu povo
Se Palmares não vive mais
Faremos Palmares de novo“.

E tenha certeza, Senador, de que nós estudantes brasileiros seguiremos lutando não só por uma universidade livre do racismo, mas também por uma sociedade mais justa, uma sociedade onde nós



possamos ocupar qualquer que seja o espaço, espaço de poder, de decisão, na política. E são Parlamentares como você, como vocês, que nos dão esperança de que um novo futuro é possível, de que um novo país é possível, um país de igualdade, de respeito e de fraternidade, um país livre do racismo e dessa estrutura que tanto nos oprime.

A gente quer ver mais mães, Senador, de família chorando, felizes, com seus filhos ingressando na universidade e menos mães chorando com os corpos dos seus filhos nas mãos, porque foram acertados por uma bala perdida ou foram encontrados pelo mundo do crime. Muitos acham que a juventude negra só serve para as más estatísticas, para a cadeia, para o cemitério, mas nós dizemos que não.

Graças à Lei de Cotas e a políticas públicas que nos alcançam, nós teremos mais negros e negras engenheiros, cientistas, professores, trabalhadores e trabalhadoras, para reconstruir este país, que tem a nossa cara, que tem a nossa cor.

Então, viva o dia Vinte de Novembro, viva Zumbi, viva a consciência negra, e amanhã é dia de luta!

Meus parabéns, Senador e todo mundo que está aí compondo essa mesa e participando dessa sessão tão bonita! Contem com os estudantes brasileiros e com a União Nacional dos Estudantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente da Une, parabéns pela sua fala que fechou com... Como é que a gente fala? Com taça de ouro, com medalha de ouro! Você falou pela juventude e falou com uma tranquilidade, com uma propriedade que emocionou também a todos nós.

Vida longa, vida longa à juventude brasileira! Parabéns!

Parabéns, mais uma vez, a você, à nossa juventude e a todos vocês que ficaram até este momento aqui, heroicamente, porque amanhã é um dia de festa, é um dia de alegria, é um dia de reflexão, é um dia de apontar para frente, como aqui ela disse muito bem.

Tinha um fórum de Porto Alegre que dizia: “O novo mundo é possível”.

Está encerrada a nossa sessão. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 15 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL

SF/24626.05759-96

Ofício nº. 070/2024/BLRESDEM

Brasília, 19 de novembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática solicita a seguinte substituição na **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ**:

Senador **Randolfe Rodrigues** (PT/AP), como **suplente**, em substituição ao Senador **Jaques Wagner** (PT/BA).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
PSD-MA

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6423139984>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Térreo – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6741

Deferimento



A Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes Requerimentos de missões oficiais:

- nº 684, de 2024, do Senador Beto Martins, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar da Missão Internacional "Santa Catarina Day", evento produzido e organizado pelo Governo de SC e pela FIESC, em Santiago, Chile, de 17 a 19 de novembro de 2024; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País no período de 15 a 19 de novembro (Ofício nº 0767/2024 – PRESID);

- nº 686, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar da Missão Internacional ao Uruguai: experiências educacionais de transformação digital, tempo integral e parcerias público-privadas (PPP), em Montevideo, Uruguai, de 21 a 22 de novembro de 2024; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País no período de 19 a 24 de novembro (Ofício nº 0773.2024-PRESID).

- nº 699, de 2024, do Senador Cid Gomes, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar de Missão de Estudo (fact-finding tour) sobre Hidrogênio Verde em Berlim, na Alemanha, de 24 a 29 de novembro de 2024; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País no período de 23 de novembro a 1º de dezembro (Ofício nº 0836/2024 – PRESID);



Discurso encaminhado à publicação



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP**Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM*

SF - 1

19/11/2024

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em vez de anunciar cortes significativos e duradouros nos gastos, o governo gasta em festividades culturais sem público e, ainda passa vergonha com xingamentos da Primeira-Dama na COP 20. Não é vergonha alheia. É vergonha nossa.

Com a pressão do Banco Central sobre a necessidade de uma política fiscal sólida, o Governo Lula mantém um discurso de gastos, ignorando os impactos econômicos e ameaçando a estabilidade financeira do país.

Se o Brasil fosse uma orquestra, o maestro estaria perdido no compasso.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central emitiu mais que um alerta; mostrou que a desafinação era grande e audível.

A batuta do maestro foi um pedido desesperado por seriedade fiscal.

Sras. e Srs. Senadores, a decisão de elevar a taxa Selic para 11,25% ao ano, mostra o engajamento do Banco Central em controlar a inflação, mas o discurso de membros do governo – especialmente do Presidente – parece seguir uma trilha sonora própria, desafinada e alheia às graves implicações econômicas de seus atos.

A realidade é clara: a inflação acumulada já rompeu o teto da meta para 2024, com projeções alarmantes que indicam um futuro de mais juros e menos crescimento.

E, o Banco Central, em tom quase pedagógico, nota por nota, relembra que apenas uma abordagem séria e estrutural pode estabilizar a dívida e dar fôlego à economia.

Contudo, o discurso do governo é permeado de promessas de gastos sem critério, é desafinado, o que inevitavelmente conduz o país a uma deterioração das expectativas econômicas.

A realidade é clara: a inflação acumulada já rompeu o teto da meta para 2024, com projeções alarmantes que indicam um futuro de mais juros e menos crescimento.

Mesmo assim, o Banco Central, em tom de maestro, quase pedagógico, relembra que apenas uma abordagem séria e estrutural pode estabilizar a dívida e dar fôlego à economia.

Contudo, o discurso do governo é permeado de promessas de gastos sem critério, o que inevitavelmente conduz o país a uma deterioração das expectativas econômicas. É nota para tudo quanto é lado e a sinfonia só desafina.

O Banco Central não está pedindo cortes superficiais ou meros adiamentos de despesas; ele clama por uma mudança estrutural – uma revisão completa de uma política fiscal inchada e ineficaz, que hoje opera em contraponto com os esforços de controle monetário. Mas enquanto o BC defende o uso responsável dos recursos e a necessidade de uma política fiscal austera, o governo prioriza eventos e promessas populistas.

E nessa dança caótica, quem paga o preço é o cidadão Brasileiro, cuja renda já é corroída pela inflação crescente.

Senhoras e Senhores, é curioso observar como, em vez de assumir a responsabilidade e endereçar a crise fiscal, o governo opta por uma narrativa dissonante que ignora a necessidade de ajustes profundos.

Sabemos que nos bastidores, o Ministro da Fazenda e o Vice-Presidente reafirmam um compromisso raso com a responsabilidade fiscal, enquanto o Presidente Lula adota uma postura de festa e gastos, insistindo em financiar projetos valiosos que não cabem em um orçamento que já está no limite.

A ironia de discutir financiamento para festas culturais em um momento de contenção fiscal é apenas mais uma nota dissonante em uma partitura do maestro que deveria priorizar o equilíbrio e a sustentabilidade econômica.

Não tem batuta ou não sabe como usá-la. É maestro de mentirinha. Notas dissonantes não são boas para o ouvido, a não ser que sejam tão bem agregadas que a



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP**Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM*

SF - 2

19/11/2024

dissonância nos traga algo a sentir e a pensar. Não é o caso, essa nota que ora temos que ouvir não é música, é barulho ensurdecedor.

O resultado dessa postura paradoxal é a criação de uma espiral de descrédito. Os investidores, atentos ao desenrolar dessa incoerência política, reagiram elevando a curva de juros futuros e o Tesouro paga um preço altíssimo para financiar sua dívida.

Atenção: em vez de promover um ambiente de segurança para os investidores, o governo flerta com políticas irresponsáveis que minam a confiança e afastam o capital necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O Banco Central, por sua vez, avisa que, caso o governo continue no ritmo atual, prolongará o ciclo de alta de juros, uma medida impopular, mas indispensável para controlar a inflação quando o executivo se recusa a fazer sua parte e aposta na festa.

A recente valorização do dólar e a maxidesvalorização do real são provas concretas de que o mercado já vê o Brasil como um risco maior. A inflação de demanda e a de serviços superam os índices aceitáveis, enquanto o Banco Central se vê obrigado a monitorar o impacto dos salários nos preços com uma atenção crescente.

O cenário atual exige não apenas palavras e promessas, mas ações decisivas e cortes reais nos gastos públicos.

A ata do COPOM é um lembrete claro de que, sem uma política fiscal austera, o Brasil continuará no ciclo vicioso de inflação e juros elevados, condenando o crescimento econômico a um estado de limitação permanente.

Ao ignorar esse aviso, o Governo Lula se arrisca a perpetuar a insegurança econômica e a inviabilizar a sustentabilidade fiscal do país.

Assim, enquanto o Banco Central soa o alarme com um rigor técnico e analítico, a resposta do governo, permeada por uma mistura de discursos desconectados e celebrações superficiais, revela uma incapacidade perturbadora de lidar com a realidade fiscal.

E assim, o país segue tocando uma sinfonia desastrosa. E a cada nota vem um novo desvio. E a cada som um roteiro da irresponsabilidade. E o futuro da sinfonia de um Brasil mais rico, próspero e democrático se torna ainda mais longe e sombrio.

Senhoras e Senhores, e sobre esse Brasil longe e sombrio que quero aqui dizer sobre esse brasileiro que se matou ou foi morto em frente o nosso STF.

Quero aqui dizer que para demonizar um brasileiro e sua família, basta uma reportagem sem informações, basta um cidadão desesperado a se colocar como alvo e, no mesmo roteiro, sua ex-esposa há quilômetros também se queimar.

É estranho, muito estranho.

Essa história tem que ser contada com a realidade. Essa história está muito mal contada.

Tenho certeza de que se essa morte, suicídio, ou seja lá como se deu, de fato seja investigada, alguns aqui nesse país terão que dar explicações e se curvar ao povo brasileiro.

Mas, tem mais.

Só para lembrar: enquanto a Primeira-Dama festeja um evento sem povo, chama o Francisco de bestão, e ainda coloca Brasil em uma situação delicada na diplomacia ao xingar um futuro Ministro dos EUA, a cabelereira Débora, mãe de dois filhos menores, ainda está presa há quase dois anos, acusada pelo Ministro Moraes do STF de ser uma terrorista, por ter escrito uma frase com batom na estátua em frente ao STF.

A frase, Senhoras e Senhores, foi dita, não por Débora, mas pelo hoje Presidente do STF, o Ministro Barroso.

Ele falou: “perdeu, mané”. Ela, apenas a copiou com o seu batom na estátua em frente ao STF, local de trabalho do Ministro boquirroto.



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP**Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM*

SF - 3

19/11/2024

Hoje, ele preside o STF. Ela está presa como terrorista há mais de dois anos.

A arma do ministro é o STF. A dela é o batom.

Sr. Presidente, essa Casa de leis precisa se posicionar para o povo brasileiro e fazer sua parte em prol da segurança, justiça e da paz em nosso país.

Sr. Presidente, diga e faça.

Para finalizar, como cidadão brasileiro, representante da população nessa Casa Maior, quero aqui dizer a todos os brasileiros, cujos votos elegeram Senadores de seu estado que entrem em contato com eles e peçam-lhes que atuem em nome do povo brasileiro, antes que alguém lance mão desse nosso país que sempre foi nosso, próspero e justo.

Aqui estão seus representantes na Casa Maior desse país. É aqui que está a representação das instituições legais e institucionais. Faça valer o seu voto.

Obrigado.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5791, DE 2019

Institui a Política Nacional de Cuidados.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1828376&filename=PL-5791-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5791/2019 [1 de 13]



Institui a Política Nacional de Cuidados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Cuidados, destinada a garantir o direito ao cuidado, por meio da promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, consideradas as múltiplas desigualdades.

§ 1º Todas as pessoas têm direito ao cuidado.

§ 2º O direito ao cuidado de que trata o *caput* deste artigo compreende o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado.

Art. 2º A Política Nacional de Cuidados é dever do Estado, compreendidos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências e atribuições, em corresponsabilidade com as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir as suas políticas, em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 3º A Política Nacional de Cuidados será implementada, de forma transversal e intersetorial, por meio do Plano Nacional de Cuidados.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Avulso do PL 5791/2019 [2 de 13]



Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Cuidados:

I - garantir o direito ao cuidado, de forma gradual e progressiva, sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre quem cuida e quem é cuidado;

II - promover políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado com qualidade para quem cuida e para quem é cuidado;

III - promover a implementação de ações pelo setor público que possibilitem a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado;

IV - incentivar a implementação de ações do setor privado e da sociedade civil, de forma a possibilitar a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares de cuidado;

V - promover o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores remunerados do cuidado, de maneira a enfrentar a precarização e a exploração do trabalho;

VI - promover o reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho não remunerado do cuidado, realizado primordialmente pelas mulheres;

VII - promover o enfrentamento das múltiplas desigualdades estruturais no acesso ao direito ao cuidado, de modo a reconhecer a diversidade de quem cuida e de quem é cuidado; e

VIII - promover a mudança cultural relacionada à organização social do trabalho de cuidado.



CAPÍTULO III DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - cuidado: trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas;

II - organização social do cuidado: forma como o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil se inter-relacionam para prover cuidado e forma pela qual os domicílios e os seus membros dele se beneficiam;

III - corresponsabilidade social pelos cuidados: compartilhamento de responsabilidades pelos atores sociais que possuem o dever ou a capacidade de prover cuidado, incluídos o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil;

IV - corresponsabilidade entre homens e mulheres pelos cuidados: compartilhamento de responsabilidades pelo cuidado, de forma equitativa, entre mulheres e homens;

V - múltiplas desigualdades: desigualdades sociais estruturadas em diversas dimensões de exclusão e de subordinação com base em critérios de classe, sexo, raça, etnia, idade, território e deficiência que operam na estruturação e na reprodução das desigualdades sociais e da experiência de vida das pessoas e dos grupos sociais;

VI - universalismo progressivo e sensível às diferenças: efetivação da garantia do direito ao cuidado, de



forma gradual e progressiva, consideradas as desigualdades estruturais; e

VII - trabalhadoras e trabalhadores não remunerados do cuidado: pessoas que exercem o trabalho de cuidado nos domicílios, sem vínculo empregatício e sem obtenção de remuneração.

CAPÍTULO IV DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Cuidados:

I - respeito à dignidade e aos direitos humanos de quem recebe cuidado e de quem cuida;

II - universalismo progressivo e sensível às diferenças;

III - equidade e não discriminação;

IV - promoção da autonomia e da independência das pessoas;

V - corresponsabilidade social entre homens e mulheres;

VI - antirracismo;

VII - anticapacitismo;

VIII - anti-idadismo;

IX - interdependência entre as pessoas e entre quem cuida e quem é cuidado;

X - direito à convivência familiar e comunitária;

XI - parentalidade positiva;

XII - valorização e respeito à vida, à cidadania, às habilidades e aos interesses das pessoas; e



XIII - promoção do cuidado responsivo.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES

Art. 7º São diretrizes da Política Nacional de Cuidados:

I - a integralidade do cuidado;

II - a transversalidade, a intersectorialidade, a consideração das múltiplas desigualdades e a interculturalidade das políticas públicas de cuidados;

III - a garantia da participação e do controle social das políticas públicas de cuidados na formulação, na implementação e no acompanhamento de suas ações, programas e projetos;

IV - a atuação permanente, integrada e articulada das políticas públicas de saúde, assistência social, direitos humanos, educação, trabalho e renda, esporte, lazer, cultura, mobilidade, previdência social e demais políticas públicas que possibilitem o acesso ao cuidado ao longo da vida;

V - a simultaneidade na oferta dos serviços para quem cuida e para quem é cuidado, reconhecida a relação de interdependência entre ambos;

VI - a acessibilidade em todas as dimensões;

VII - a territorialização e a descentralização dos serviços públicos ofertados, considerados os interesses de quem cuida e de quem é cuidado;

VIII - a articulação interfederativa;

IX - a formação continuada e permanente nos temas de cuidados para:



a) servidoras e servidores federais, estaduais, distritais e municipais que atuem na gestão e na implementação de políticas públicas;

b) prestadores de serviços que atuem na rede de serviços públicos ou privados; e

c) trabalhadoras e trabalhadores do cuidado remunerados e não remunerados, incluídos os familiares e comunitários; e

X - o reconhecimento e a valorização do trabalho de quem cuida e do cuidado como direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres, respeitada a diversidade cultural dos povos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso I do *caput* deste artigo, a integralidade do cuidado compreende o atendimento das demandas e das necessidades de cuidado das pessoas em todas as dimensões, como receptoras e provedoras do cuidado, considerados os contextos social, econômico, familiar, territorial e cultural em que estão inseridas.

CAPÍTULO VI DO PÚBLICO PRIORITÁRIO

Art. 8º A Política Nacional de Cuidados terá como público prioritário:

I - crianças e adolescentes, com atenção especial à primeira infância;

II - pessoas idosas que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;



7

III - pessoas com deficiência que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;

IV - trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado; e

V - trabalhadoras e trabalhadores não remunerados do cuidado.

§ 1º As múltiplas desigualdades serão consideradas para definir o público prioritário da Política Nacional de Cuidados.

§ 2º A ampliação do público prioritário da Política Nacional de Cuidados poderá ser realizada de forma progressiva, consideradas as necessidades de apoio e de auxílio, as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado e as novas demandas relativas ao cuidado.

CAPÍTULO VII DO PLANO NACIONAL DE CUIDADOS

Art. 9º O Poder Executivo federal elaborará o Plano Nacional de Cuidados, na forma prevista em regulamento, no qual serão estabelecidos ações, metas, indicadores, instrumentos, período de vigência e de revisão, órgãos e entidades responsáveis.

§ 1º O Plano Nacional de Cuidados buscará a consecução de seus objetivos por meio de ações intersetoriais nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e renda, cultura, esportes, mobilidade, previdência social, direitos humanos, políticas para as mulheres, políticas para



a igualdade racial, políticas para os povos indígenas e para as comunidades tradicionais, desenvolvimento agrário e agricultura familiar, entre outras.

§ 2º O Plano Nacional de Cuidados disporá, no mínimo, sobre:

I - garantia de direitos e promoção de políticas públicas para a pessoa que necessita de cuidados e para as trabalhadoras e os trabalhadores não remunerados do cuidado, incluídos a criação, a ampliação, a qualificação e a integração de serviços de cuidado, os benefícios, a regulamentação e a fiscalização de serviços públicos e privados;

II - estruturação de iniciativas de formação e de qualificação para as trabalhadoras e os trabalhadores não remunerados do cuidado, inclusive estratégias de apoio ao exercício da parentalidade positiva;

III - fomento à adoção, pelos setores público e privado, de medidas que promovam a compatibilização entre o trabalho remunerado e as necessidades pessoais e familiares de cuidados;

IV - promoção do trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores remunerados do cuidado, incluídos a garantia de direitos trabalhistas e de proteção social, o enfrentamento da precarização do trabalho e a estruturação de programas de formação e de qualificação profissional para essas trabalhadoras e esses trabalhadores;

V - estruturação de medidas para redução da sobrecarga de trabalho não remunerado que recai sobre as famílias, em especial sobre as mulheres, com a promoção da corresponsabilidade social e entre homens e mulheres;



VI - políticas públicas para a transformação cultural, relativas à divisão racial, social e entre homens e mulheres do trabalho, para o reconhecimento e a valorização de quem cuida e do cuidado como trabalho e direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres;

VII - estruturação de iniciativas de formação destinadas a servidoras e servidores públicos, a prestadores de serviços de cuidados e à sociedade; e

VIII - aprimoramento contínuo de dados provenientes de estatísticas e de registros administrativos sobre o tema para subsidiar a gestão da Política Nacional de Cuidados e para reconhecer e mensurar o valor econômico e social do trabalho de cuidado não remunerado.

§ 3º O Plano Nacional de Cuidados será implementado por meio da atuação intersetorial e da articulação interfederativa e da integração entre as redes pública e privada de serviços, programas, projetos, ações, benefícios e equipamentos destinados à garantia do direito ao cuidado.

Art. 10. A União buscará a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à abordagem multissetorial e intersetorial no atendimento dos direitos das pessoas que recebem e exercem o cuidado e oferecerá assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distrital e municipais de cuidados que articulem os diferentes setores.

CAPÍTULO VIII DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Art. 11. O Poder Executivo federal disporá sobre a estrutura de governança do Plano Nacional de Cuidados, suas



competências, seu funcionamento e sua composição, por meio de regulamento, observada a intersetorialidade, a articulação interfederativa, a participação e o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Cuidados deverá ser implementado de forma descentralizada e articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão celebrar convênios ou instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem as pessoas que precisam de cuidado.

Parágrafo único. As entidades públicas e privadas deverão atuar em estrita observância aos princípios, às diretrizes e aos objetivos que orientam a Política Nacional de Cuidados.

CAPÍTULO IX DO FINANCIAMENTO

Art. 13. A Política Nacional de Cuidados será custeada por:

I - dotações orçamentárias do orçamento geral da União consignadas aos órgãos e às entidades da administração pública federal participantes do Plano Nacional de Cuidados, observada a disponibilidade financeira e orçamentária;

II - fontes de recursos destinadas por órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, observada a disponibilidade financeira e orçamentária;



11

III - recursos provenientes de doações, de qualquer natureza, feitas por pessoas físicas ou jurídicas, do País ou do exterior; e

IV - outras fontes de recursos nacionais ou internacionais, compatíveis com o disposto na legislação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 163/2024/SGM-P

Brasília, 18 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.791, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Política Nacional de Cuidados”.

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1732, DE 2022

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2190373&filename=PL-1732-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1732/2022 [1 de 4]



Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 5º

.....

§ 3º O repouso anual previsto no § 1º deste artigo poderá ser fracionado em períodos de, no mínimo, 10 (dez) dias, a pedido do médico residente, nos termos do regulamento.

§ 4º O regulamento a que se refere o § 3º deste artigo disporá sobre o fracionamento do repouso anual para as demais residências na área de saúde.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 161/2024/SGM-P

Brasília, 18 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.732, de 2022, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento".

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.932, de 7 de Julho de 1981 - LEI-6932-1981-07-07 - 6932/81

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6932>

- art5

Avulso do PL 1732/2022 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4932, DE 2023

Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codeor=2343259&filename=PL-4932-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4932/2023 [1 de 8]



Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 7º-A, 7º-B e 7º-C:

“Art. 7º-A Até que o funcionamento e a supervisão de prestadoras de serviços de ativos virtuais sejam disciplinados pelos órgãos ou entidades de que trata o art. 6º, a pessoa jurídica que execute quaisquer dos serviços previstos no art. 5º desta Lei deverá:

I - constituir-se no País;

II - identificar seus clientes e manter seus cadastros atualizados;

III - manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ativos virtuais, ou qualquer ativo passível de ser



convertido em dinheiro que ultrapassar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhe permitam atender ao disposto neste artigo;

V - cadastrar-se e manter cadastro atualizado no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);

VI - atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, na forma e nas condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas;

VII - comunicar ao Coaf, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a proposta ou a realização:

a) de todas as transações referidas no inciso III, acompanhadas da identificação de que trata o inciso II deste *caput*;

b) das operações que possam constituir sérios indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou com eles relacionar-se;

VIII - comunicar ao Coaf, mensalmente, a não ocorrência de propostas, de transações ou de operações passíveis de serem comunicadas nos termos do inciso VII deste *caput*.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará os infratores às



penalidades previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, a serem aplicadas pela entidade de que trata o art. 6º desta Lei, independentemente da edição de regulamento específico sobre as atividades das prestadoras de serviços de ativos virtuais.”

“Art. 7º-B Qualquer transferência de moeda nacional ou estrangeira entre usuário e prestadora de serviços de ativos virtuais, ou entre esta e aquele, deverá ser feita por meio de conta mantida em nome do usuário em instituição autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, resguardada a possibilidade de os usuários utilizarem essas contas para receber e remeter recursos de e para titulares diversos, observada a disciplina estabelecida pelos órgãos ou entidades de que trata o art. 6º desta Lei.”

“Art. 7º-C Os recursos disponíveis em conta e os ativos virtuais titularizados pelos clientes que se encontrem em depósito ou em custódia, direta ou indireta, das prestadoras de serviços de ativos virtuais:

I - constituem patrimônio separado, o qual não se confunde com o patrimônio da prestadora de serviços de ativos virtuais;

II - não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da prestadora de serviços de ativos virtuais nem podem ser objeto de arresto, de sequestro, de busca e apreensão ou de qualquer outro ato de constrição judicial em função de obrigações



de responsabilidade da prestadora de serviços de ativos virtuais;

III - não compõem o ativo da prestadora de serviços de ativos virtuais, para efeito de falência ou de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV - não podem ser dados em garantia, interna ou externa, em obrigações assumidas pela prestadora de serviços de ativos virtuais; e

V - devem ser restituídos aos titulares nas hipóteses de falência ou de liquidação judicial ou extrajudicial ou em qualquer regime de concurso de credores, na forma prevista na legislação vigente.

Parágrafo único. A totalidade do patrimônio da prestadora de serviços de ativos virtuais responderá pelos prejuízos que ela causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou por administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do patrimônio separado.”

Art. 2º A Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I - realizar operações no Sistema Financeiro Nacional, no Sistema de Consórcios, no Sistema de Pagamentos Brasileiro e a prestação de serviços de ativos virtuais em desacordo com princípios previstos em normas legais e regulamentares que regem a atividade autorizada pelo



Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 162/2024/SGM-P

Brasília, 18 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.932, de 2023, da Câmara dos Deputados, que " Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários".

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro - 9613/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9613>
- Lei nº 13.506, de 13 de Novembro de 2017 - LEI-13506-2017-11-13 - 13506/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13506>
- Lei nº 14.478, de 21 de Dezembro de 2022 - LEI-14478-2022-12-21 - 14478/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14478>



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 18/11/2024 10:50:06.773 - Mesa

DOC n.1523/2024

Of. nº 235/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

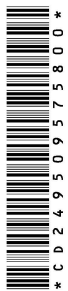
Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 10.493, de 2018 (PLS nº 206/2007), do Senado Federal, que “Altera os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, define sua zona de amortecimento e amplia a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249509575800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



Apresentação: 19/11/2024 14:38:29.130 - Mesa

DOC n.1537/2024

Of. nº 588/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo do Senado Federal e enviado à sanção o Projeto de Lei nº 2.597, de 2024, da Câmara dos Deputados (PLC nº 29/2017), que “Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244367915500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



* C D 2 4 4 3 6 7 9 1 5 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 19/11/2024 14:38:29.130 - Mesa

DOC n.1539/2024

Of. nº 593/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 1.205, de 2024, do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os subsistemas esportivos privados, e revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé)".

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247663353100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



* C D 2 4 7 6 6 3 3 5 3 1 0 0 *

Ofícios da Câmara dos Deputados

- Of. nº 235, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2007 (nº 10.493, de 2018, na Câmara dos Deputados).

- Of. nº 588, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2017 (nº 2.597, de 2024, na Câmara dos Deputados).

- Of. nº 593, de 2024, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 1.205, de 2024.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



Parecer aprovado em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 129, DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2755, de 2022, do Senador Angelo Coronel, que Institui o Dia Nacional do Nordeste.

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senadora Daniella Ribeiro

RELATOR ADHOC: Senador Styvenson Valentim

12 de novembro de 2024



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.755, de 2022, do Senador Angelo Coronel, que institui o *Dia Nacional do Nordeste*.

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Relator "ad hoc": Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 2.755, de 2022, do Senador Angelo Coronel, que institui o Dia Nacional do Nordeste.

A proposição compõe-se de dois artigos, dos quais o art. 1º institui o Dia Nacional do Nordeste, a ser celebrado anualmente no dia 8 de outubro, prevendo o art. 2º a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

Na justificção, refere-se o autor à grandeza natural, cultural e econômica da região Nordeste do Brasil. Ao ressaltar seu povo trabalhador e orgulhoso de suas origens, relata os atos discriminatórios de que tem sido alvo, em particular por ocasião das últimas eleições, considerando, ao cabo, que os nordestinos devem ser homenageados e enaltecidos com a proposta efeméride.

O projeto de lei foi encaminhado à CE, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>



II – ANÁLISE

Compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, conforme o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, XII, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados, em 5 de novembro de 2019, com participação do ex-presidente Jair Bolsonaro, de deputados e deputadas, do Senador Wellington Dias, da Sra. Edilane Oliveira, idealizadora do evento “Maior São João do Cerrado” e de representantes da Casa do Maranhão, da Casa do Ceará e da Associação Cultura Amigos do Piauí, em que se celebrou o Dia Nacional do Nordeste.



gx2024-09584

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>



Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Por fim, não restam dúvidas sobre o mérito do projeto, ao propor homenagear, com um dia nacional, o povo nordestino, que tanto contribuiu para construir esta Nação nos âmbitos social, cultural, político, econômico e científico.

Os nordestinos e nordestinas que expulsaram os holandeses e franceses; que pegaram em armas por nossa independência; que tantas vezes clamaram por liberdade e justiça para o nosso povo, por vezes tributando a própria vida; que enfrentaram e ainda enfrentam bravamente as agruras da seca; que contribuíram com suas pujantes expressões artísticas e literárias para dar rosto a nossa nacionalidade; esses cidadãos e cidadãs brasileiros, de tanta história e de tanta glória, passada e presente, são, ainda, vítimas de discriminação em seu próprio País.

Portanto, a instituição do Dia Nacional do Nordeste visa, a um só tempo, contribuir para sanar as injustiças cometidas contra esse povo e enaltecer sua natureza aguerrida e resiliente.

Cabe, contudo, um breve reparo à redação do PL, para que faça correta referência às mulheres nordestinas.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.755, de 2022, com a emenda de redação a seguir:

Emenda nº 1 - CE

Substitua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 2.755, de 2022, a expressão “do Nordeste” pela expressão “do(a) Nordeste(a)”.

Sala da Comissão,



gx2024-09584
Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>



5
4

SF/24054.72647-57

, Presidente

, Relatora



gx2024-09584
Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

66ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO		5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
CARLOS VIANA		7. ALAN RICK	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	8. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
CID GOMES		9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
NELSINHO TRAD		3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO	
RANDOLFE RODRIGUES		5. SÉRGIO PETECÃO	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	
PAULO PAIM		7. JAQUES WAGNER	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	8. HUMBERTO COSTA	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. BETO MARTINS	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES		4. WILDER MORAIS	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		5. MARCOS ROGÉRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL
OTTO ALENCAR
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

WEVERTON



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>

Página 2 de 2

12/11/2024 11:45:47



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticacao-legisl/140231250>
Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns



OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 12/11/2024									
* Presidente não votou									
Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0									
Quórum: TOTAL 14									
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)									
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)				
JUSSARA LIMA				1. IRAPJÁ	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS				2. LUCAS BARRETO					
TERESA LETHÃO				3. VAGO					
PAULO PAIM				4. DANIELLA RIBEIRO					
AUGUSTA BRITO				5. SÉRGIO PETECÃO					
RANDOLFE RODRIGUES				6. FÁBIO CONTARATO					
VANDERLAN CARDOSO				7. JAQUES WAGNER					
NEISINHO TRAD				8. HUMBERTO COSTA					
ZENALDE MAIA				9. VAGO					
WELLINGTON FAGUNDES				10. VAGO					
CARLOS PORTINHO									
EDUARDO GIRAÔ									
ASTRONAUTA MARCOS PONTES									
JAIME BAGA TOLI									
ROMÁRIO									
LAFÉRCIO OLIVEIRA									
DAMARES ALVES									
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática									
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática				
PROFESSORA DORINHA SEABRA				1. IVETE DA SILVEIRA	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	ABSTENÇÃO
RODRIGO CUNHA				2. MARCIO BITTAR					
ERAIM FILHO				3. SORAIA THRONICK					
MARCELO CASTRO				4. ALESSANDRO VIEIRA					
VENEZIANO VITAL DO REGO				5. LÉILA BARROS					
CONFÚCIO MOURA				6. PLÍNIO VALEIRO					
CARLOS VIANA				7. ALAN RICK					
STYVENSON VALENTIM				8. ZEQUINHIA MARINHO					
CID GOMES				9. VAGO					
IZALCI LUCAS				10. VAGO					
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)									
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)				
DAMARES ALVES				3. HAMILTON MOURÃO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	ABSTENÇÃO
LAFÉRCIO OLIVEIRA				2. DR. HIRAN					
ROMÁRIO				1. ESPERIDÃO AMIN					
JAIME BAGA TOLI				5. MARCOS ROGÉRIO					
ASTRONAUTA MARCOS PONTES				4. WILDER MORAIS					
EDUARDO GIRAÔ				3. ROGERIO MARINHO					
CARLOS PORTINHO				2. BETO MARTINS					
WELLINGTON FAGUNDES				1. EDUARDO GOMES					
EDUARDO GIRAÔ									
ASTRONAUTA MARCOS PONTES									
JAIME BAGA TOLI									
ROMÁRIO									
LAFÉRCIO OLIVEIRA									
DAMARES ALVES									

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 2755/2022 nos termos do relatório apresentado.

Comissão de Educação e Cultura - Senadores





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 2755, DE 2022

Institui o Dia Nacional do(a) Nordestino(a).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do(a) Nordestino(a), a ser celebrado anualmente no dia 8 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2024.

Senador FLÁVIO ARNS, Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2755/2022)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 12/11/2024, FOI APROVADO EM DECISÃO TERMINATIVA O PROJETO COM A EMENDA Nº 1 - CE (QUÓRUM: 14; SIM: 13; NÃO: 0; ABSTENÇÕES: 0).

12 de novembro de 2024

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1402312150>



PROJETO DE LEI Nº 2.755, DE 2022

Altera Institui o Dia Nacional do Nordeste.

Recebido o Ofício nº 441, de 2024, da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 22/11/2024 a 28/11/2024.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 441/2024/CE

Brasília, 18 de novembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 2755/2022.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, em reunião realizada em 12 de novembro – o Projeto de Lei nº 2755, de 2022, de autoria do Senador Angelo Coronel, que *“Institui o Dia Nacional do Nordestino”*, com a Emenda nº 1-CE (Emenda de Redação).

Respeitosamente,

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4435, DE 2024

Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4435/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24582.53545-22

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário, a ser celebrado, anualmente, no dia 22 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O câncer hereditário representa um importante desafio de saúde pública no Brasil e no mundo. Estudos indicam que, aproximadamente, 10% de todas as neoplasias têm origem em alterações genéticas herdadas, configurando síndromes de predisposição hereditária ao câncer. No triênio de 2023 a 2025, são esperados 704 mil novos diagnósticos de câncer no Brasil, excetuando-se o câncer de pele não melanoma, o que significa que cerca de 50 mil desses casos serão hereditários. Esses números revelam a gravidade da questão e a necessidade urgente de conscientizar a população e promover políticas voltadas para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado dessa condição.



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3827105667>

Avulso do PL 4435/2024 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24582.53545-22

Pessoas com predisposição genética ao câncer possuem um risco até dez vezes maior de desenvolver a doença em comparação à população geral. Além disso, são frequentemente diagnosticadas em idades jovens e podem apresentar múltiplos tumores ao longo da vida. A detecção precoce dessas alterações genéticas é feita por meio de análises moleculares, como o sequenciamento de DNA, que, desde 2012, faz parte da cobertura obrigatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). No entanto, apesar de sua inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS), a linha de cuidado que integra o aconselhamento genético e o teste molecular ainda se encontra em desenvolvimento, o que evidencia a necessidade de maior mobilização para ampliar o acesso a esses serviços.

O reconhecimento da predisposição hereditária ao câncer é fundamental não apenas para o tratamento eficaz dos pacientes, mas também para a implementação de estratégias preventivas que podem beneficiar toda a família. Medidas como mudanças no estilo de vida, rastreamento intensivo, quimioprevenção e cirurgias redutoras de risco são alternativas que podem reduzir significativamente a mortalidade associada ao câncer hereditário. A criação de um dia dedicado à conscientização sobre esse tema permitirá, portanto, que mais pessoas tenham acesso a informações relevantes, ampliando a compreensão dos riscos e incentivando o diagnóstico precoce.

Ainda que o câncer hereditário seja uma questão de grande importância, o conhecimento sobre essa condição na sociedade brasileira é limitado. A criação do Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário tem o objetivo de promover um diálogo entre a comunidade, os profissionais de saúde e as instituições, ampliando o alcance de campanhas educativas e esclarecendo a população sobre a importância do diagnóstico e do tratamento precoce. Além disso, busca-se integrar esforços na formulação de políticas



gx2024-09214
Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3827105667>

Avulso do PL 4435/2024 [3 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24582.53545-22

públicas que possam beneficiar milhares de famílias em todo o território nacional.

A escolha do dia 22 de novembro para essa celebração não é aleatória. Trata-se da data de fundação da Rede Brasileira de Câncer Hereditário (ReBraCH), uma organização sem fins lucrativos comprometida com o avanço das pesquisas e ações relacionadas ao câncer hereditário no Brasil. O reconhecimento desta data reforça a importância da união de esforços entre a sociedade civil e o poder público para reduzir o impacto social do câncer e promover a saúde de forma abrangente e eficaz.

Por essas razões, esta proposição visa instituir o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário, com o propósito de fomentar o conhecimento, estimular o diagnóstico precoce e mobilizar ações em prol de uma sociedade mais informada e consciente sobre os riscos e a prevenção do câncer hereditário.

Pedimos, portanto, o apoio dos nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO GIRÃO**



gx2024-09214
Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3827105667>

Avulso do PL 4435/2024 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4438, DE 2024

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispensar atletas profissionais de estágio obrigatório em curso superior de educação física.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4438/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24321.28597-55

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispensar atletas profissionais de estágio obrigatório em curso superior de educação física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....
§ 4º Fica dispensado o estágio obrigatório em curso superior de educação física para os atletas profissionais, nos termos do projeto pedagógico do curso.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a experiência prática acumulada pelos atletas profissionais ao longo de suas carreiras, apresentamos proposta para dispensá-los da obrigação de realizar estágio curricular obrigatório de curso superior de educação física.

Com efeito, os atletas profissionais, ao longo de suas carreiras, desenvolvem um conjunto de habilidades técnicas, táticas, físicas e psicossociais que são diretamente aplicáveis à educação física e à ciência do esporte. Essa vivência prática oferece uma formação única e extensa em diversos aspectos do esporte, muitas vezes superior ao aprendizado teórico-prático oferecido em estágios supervisionados acadêmicos.



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6048712130>

Avulso do PL 4438/2024 [2 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Além disso, atletas de alto rendimento participam de um ciclo contínuo de treinamento, competições e preparação física, o que equivale a anos de experiência prática em ambientes controlados e supervisionados por profissionais renomados, como treinadores, preparadores físicos e fisiologistas. Esse ambiente oferece uma formação complementar intensa que, na maioria dos casos, não é replicada em estágios curriculares, o que justifica, assim, a dispensa.

Ademais, atletas profissionais possuem rotinas extenuantes e altamente demandantes que envolvem longos períodos de treinamento, viagens e competições. A obrigatoriedade de realizar estágios curriculares pode se tornar inviável para muitos atletas que já precisam conciliar a carreira esportiva com os estudos acadêmicos. Desse modo, a flexibilização dessa exigência facilitaria o acesso à formação superior sem comprometer o desempenho atlético ou sobrecarregar o estudante com uma carga incompatível com sua profissão.

Acreditamos que a formação acadêmica em educação física, embora fundamental, não deve desconsiderar o valor do conhecimento prático, especialmente aquele adquirido por atletas de alto nível. Muitos cursos já possuem mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos em experiências profissionais prévias, e estender essa lógica aos atletas profissionais representa uma forma de reconhecimento dessa bagagem prática acumulada ao longo dos anos de carreira.

É importante mencionar que a dispensa do estágio não comprometerá a qualidade da formação acadêmica, já que o conhecimento prático dos atletas será avaliado e aproveitado conforme critérios estabelecidos pela instituição de ensino no projeto pedagógico do curso.

A proposta também visa fortalecer o vínculo entre a prática esportiva e a teoria acadêmica, criando uma integração mais harmoniosa entre os dois campos. Ao dispensar os atletas do estágio curricular, cria-se uma oportunidade de valorizá-los como futuros docentes ou gestores esportivos com profundo conhecimento prático, incentivando a continuidade de suas carreiras no esporte por meio de uma formação acadêmica compatível com sua experiência profissional.



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6048712130>

Avulso do PL 4438/2024 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24321.28597-55

Precedentes em outras profissões e regulamentações que reconhecem a experiência prática como substituta de estágios obrigatórios fortalecem o argumento de que os atletas podem ser dispensados dessa exigência. Em diversos contextos, a prática profissional já é utilizada como critério de dispensa de atividades acadêmicas práticas, desde que devidamente comprovada. Assim, os mesmos princípios poderiam ser aplicados ao curso de educação física, em benefício dos atletas.

Ainda, a dispensa dos estágios obrigatórios para atletas profissionais em cursos de graduação em educação física não só reconhece a experiência prática adquirida ao longo de suas carreiras, como também facilita o acesso à formação superior por parte de um grupo que enfrenta desafios únicos no campo acadêmico.

Em conclusão, pedimos apoio aos nobres Pares para aprovar esta medida, que visa valorizar o conhecimento prático e técnico, promover a inclusão educacional e garantir que o ingresso desses profissionais no campo acadêmico seja uma transição justa e equilibrada.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6048712130>

Avulso do PL 4438/2024 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 - Lei do Estágio (2008) - 11788/08

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11788>

- art2





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4439, DE 2024

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4439/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24488.69285-31

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a *Lei Geral do Esporte*, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 99.**

§ 1º

II –

q) promova curso de conscientização para atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento necessário para a transição de carreira, conforme disposto no art. 99-A desta Lei.

.....” (NR)

“**Art. 99-A.** A organização esportiva formadora implementará programas de conscientização e apoio à transição de carreira para os atletas em formação, visando prepará-los para o encerramento de suas atividades esportivas.

§ 1º A organização esportiva formadora oferecerá aos atletas, a partir dos 16 (dezesseis) anos de idade, curso de conscientização sobre a limitação temporal da carreira esportiva e as possíveis dificuldades encontradas na transição para outras atividades profissionais.

§ 2º O curso a que se refere o § 1º deste artigo abordará, entre outros temas:



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2944163203>



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24488.69285-31

I – a importância da formação educacional paralelamente à carreira esportiva;

II – a necessidade de planejamento financeiro que contemple o período pós-carreira;

III – alternativas de carreira após o término das atividades esportivas, incluindo a atuação em áreas correlatas ao esporte;

IV – o impacto psicológico da transição de carreira e as formas de obter suporte emocional adequado.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com este projeto de lei buscamos corrigir uma lacuna significativa na formação de atletas no Brasil, ao instituir como dever das organizações esportivas formadoras a conscientização dos jovens atletas sobre a limitação temporal de suas carreiras esportivas e o necessário planejamento para a transição de carreira.

Sabe-se que a carreira de um atleta profissional, por sua natureza, é relativamente curta. De fato, muitos atletas encerram sua trajetória esportiva ainda na faixa dos 30 aos 40 anos, com uma expectativa de vida ativa significativamente maior pela frente. No entanto, o cenário que muitos encontram ao se deparar com o fim da carreira esportiva é de grande incerteza quanto ao futuro profissional, visto que, em muitos casos, o foco exclusivo na formação esportiva deixou em segundo plano a educação formal e o planejamento de alternativas de carreira.

A realidade aponta que a falta de preparo para essa transição tem levado atletas aposentados a enfrentarem dificuldades econômicas e emocionais. De acordo com pesquisas realizadas por diversas instituições esportivas, muitos atletas não conseguem se reinserir no mercado de trabalho com facilidade, enfrentando, além das limitações profissionais, impactos psicológicos, como a perda de noção de sua própria identidade, depressão e dificuldades de adaptação a uma nova rotina.

Diante disso, torna-se imprescindível que as organizações esportivas assumam um papel mais ativo na formação integral de seus atletas, indo além do treinamento físico e técnico, preparando-os para uma realidade



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2944163203>

Avulso do PL 4439/2024 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24488.69285-31

pós-carreira no esporte. Dessa forma, o projeto propõe a criação de cursos obrigatórios, a serem oferecidos a atletas em formação a partir dos 16 anos de idade, nos quais os jovens atletas receberão orientações sobre o planejamento financeiro, as opções de carreira fora do esporte, a importância de investir na educação formal e as ferramentas para lidar com os impactos psicológicos dessa transição.

Acreditamos que a proposta se alinha com o princípio da responsabilidade social que deve permear a atuação das entidades esportivas. Com efeito, ao assegurar que os clubes formadores ofereçam esse tipo de suporte aos seus atletas, garantimos que o jovem esportista seja preparado não apenas para o sucesso dentro do esporte, mas também para uma vida produtiva e equilibrada fora dele.

Além disso, o projeto é uma resposta às crescentes demandas por uma formação mais completa e sustentável no ambiente esportivo, em consonância com o desenvolvimento pessoal e social dos atletas. Países como Noruega e Austrália, que possuem planos para a transição de carreira no esporte, relatam uma redução nos índices de abandono precoce dos estudos entre jovens atletas e melhores índices de sucesso na reintegração ao mercado de trabalho após o encerramento da carreira esportiva.

Assim, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto, que busca, de forma equilibrada, conciliar a excelência esportiva com a formação integral do indivíduo, permitindo que o jovem atleta tenha uma visão clara e responsável sobre o seu futuro. Entendemos que, ao instituir uma política de preparação para a transição de carreira, estamos promovendo a dignidade e o bem-estar de milhares de jovens que ingressam nas categorias de base com o sonho de se tornarem atletas profissionais, mas que, inevitavelmente, enfrentarão o término de suas carreiras esportivas.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2944163203>

Avulso do PL 4439/2024 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.597, de 14 de Junho de 2023 - Lei Geral do Esporte (2023) - 14597/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14597>

Avulso do PL 4439/2024 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4449, DE 2024

Institui a obrigatoriedade para que as empresas de apostas informem os usuários sobre os riscos associados aos jogos de azar.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4449/2024 [1 de 5]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/24491.76443-43

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Jader Barbalho)

Institui a obrigatoriedade para que as empresas de apostas informem os usuários sobre os riscos associados aos jogos de azar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória que as empresas de apostas informem os usuários sobre os riscos associados aos jogos de azar.

Art. 2º Todas as empresas que oferecem jogos de azar, seja através de páginas na internet, aplicativos ou em lojas físicas, deverão apresentar comunicado claro e ostensivo com os seguintes dizeres:

Parágrafo único: “Jogos de azar podem causar dependência, sérios problemas financeiros, ansiedade, depressão e transtornos psicológicos.”

Art. 3º O comunicado estabelecido no artigo 2º deverá ser apresentado de forma destacada, com utilização de fonte em caixa alta e legível, em linguagem clara e objetiva, de modo que possa ser lida e compreendida por qualquer pessoa.

Art. 4º As empresas de apostas que utilizam páginas na internet ou aplicativos deverão disponibilizar espaço para incluir o comunicado estabelecido no artigo 2º, também de forma clara, destacada, legível e compreendida por qualquer pessoa.

Art. 5º O comunicado estabelecido no artigo 2º deve ser incluído também nas propagandas, mídias publicitárias, impressos,



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1820305363>

Avulso do PL 4449/2024 [2 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/24491.76443-43

entre outros, que forem utilizados pelas empresas que oferecem jogos de azar na divulgação de seus produtos.

Art. 6º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes penalidades:

I – multa diária de 1 salário mínimo até que seja sanada a irregularidade;

II – suspensão temporária das atividades, a critério da autoridade competente;

III – possível cassação da autorização para funcionário, no caso de reincidência.

Art. 7º As penalidades previstas no artigo 6º podem ocorrer sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 8º. O Poder Executivo definirá o órgão e suas competências para efetuar a fiscalização e a aplicação das sanções previstas nesta Lei, bem como as medidas necessárias para a sua efetividade.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proliferação das empresas de apostas online, também conhecidas como bets, tem gerado aumento dos gastos das famílias e problemas de dependência no Brasil.

Hoje, o país ocupa a terceira posição mundial em consumo de casas de apostas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Inglaterra, de acordo com dados da Comscore, empresa especializada em análise de dados.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1820305363>

Avulso do PL 4449/2024 [3 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Segundo estimativa do Banco Central, divulgada através de nota técnica, os brasileiros apostaram em jogos on-line cerca de R\$20 bilhões por mês em 2024. Desse total, aproximadamente 5 milhões de beneficiários do bolsa família teriam jogado R\$3 bilhões.

Relatório do Santander mostrou que, desde 2018 quando as bets foram liberadas no Brasil, o percentual da renda familiar gasto com apostas passou de 0,8% para 1,9%, podendo chegar a 2,4%, de acordo com estimativas feitas com base em dados do Banco Central.

Depois da criação dessa modalidade de apostas, o país levou quase cinco anos para definir as regras para a atuação dessas empresas. Essa demora contribuiu para agravar uma série de problemas, como o endividamento das famílias, sobretudo as mais pobres, a lavagem de dinheiro e a dependência.

No caso de quem desenvolve a dependência pelo jogo, a expectativa de receber um retorno maior do que foi apostado ativa a rede cerebral associada à sensação de gratificação e recompensa.

O vício em apostas online não afeta apenas o comportamento dos jogadores, mas também altera o funcionamento do cérebro de forma semelhante a outras dependências químicas, como drogas e álcool.

Atualmente, o Brasil vive uma epidemia de vício em apostas online.

Segundo o Ministério da Saúde, entre 2022 e 2023, houve um aumento de 53% no número de atendimentos relacionados a dependência por jogos no Sistema Único de Saúde – SUS. Foram 1.290 atendimentos naquele ano contra 841 em 2022.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1820305363>

Avulso do PL 4449/2024 [4 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

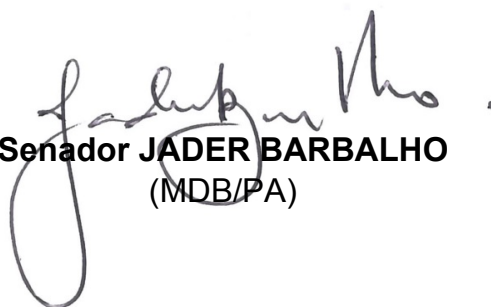
SF/24491.76443-43

Os dados são mais alarmantes quando comparados ao registrado em 2018, quando houve apenas 108 atendimentos, número 10 vezes menor do que o registrado no ano passado.

As bets são um problema que não pode mais ser ignorado. Elas estão afetando diretamente a saúde financeira e mental de milhões de brasileiros. A promessa de ganhar dinheiro rápido é, na verdade, uma armadilha, e muitas vezes os jogadores acabam perdendo muito mais do que ganham.

Portanto, é preciso alertar os usuários sobre os problemas que os jogos on-line podem causar, através da divulgação do comunicado proposto neste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2024.



Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1820305363>

Avulso do PL 4449/2024 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4450, DE 2024

Estabelece regras destinadas ao combate aos crimes de estelionato telefônico.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4450/2024 [1 de 5]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/24630.48476-10

PROJETO DE LEI Nº DE 2024
(Do Sr. Jader Barbalho)

Estabelece regras destinadas ao combate aos crimes de estelionato telefônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As operadoras de telefonia celular disponibilizarão aos consumidores a opção de indicarem números de telefone com suspeita de prática de crimes de estelionato telefônico e assemelhados.

Art. 2º As empresas regulares de telemarketing cadastrarão, perante as operadoras de serviços de telefonia celular, os números por elas utilizados em suas atividades finalísticas.

Art. 3º A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL definirá regras para o quantitativo diário e mensal dos apontamentos previstos no art. 1º, para que, alcançado o número mensal ou diário, a respectiva operadora proceda à verificação da regularidade ou não da origem do número de telefone celular apontado como suspeito.

Art. 4º Constatada a irregularidade do número, a empresa deverá de imediato informar à Polícia Federal todos os dados destinados à identificação do número e, sendo possível, de seus responsáveis, endereços físicos, número do Internet Protocol – IP e outros dados úteis à investigação.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6484278095>

Avulso do PL 4450/2024 [2 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Art. 5º Recebidas as informações constantes do Art. 4º, a Polícia Federal instaurará inquérito policial que correrá em segredo de justiça.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo a ANATEL e as concessionárias de serviços de telefonia celular prover, em até 60 (sessenta) dias a partir da publicação, os meios necessários à operacionalização dos procedimentos previstos nesta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O número de estelionatos telefônicos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Nesse cenário, quadrilhas têm se adaptado de maneira estratégica, empregando ferramentas tecnológicas e métodos sofisticados de engenharia social para ganhar a confiança do interlocutor e praticar golpes.

É cada vez mais comum receber dezenas de ligações diárias onde o estelionatário tenta fazer com que a pessoa aja durante a chamada. Este tipo de golpe é conhecido como vishing (phishing por voz).

A tática de persuasão começa com uma ligação simulando um falso atendente de um serviço que a vítima efetivamente utiliza como bancos, operadoras de telefonia, serviços públicos, lojas de varejo, organizações beneficentes e outros. A conversa normalmente começa com a confirmação de alguns dados que podem ter sido coletados em perfis de mídias sociais ou em cadastros de dados roubados na internet.

O interlocutor vai ganhando a confiança da vítima na medida em que os dados vão sendo confirmados. Eles criam uma



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6484278095>

Avulso do PL 4450/2024 [3 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/24630.48476-10

sensação de urgência e esperam que a vítima "entre em pânico" e reaja fazendo o que querem. É por isso que os golpistas vão pressionar quem atende à ligação a pagar algo ou compartilhar informações durante a própria chamada, em vez de pedir uma ação posterior (depois de encerrar a chamada).

Finalizada a primeira etapa, o falso atendente passa a ofertar serviços novos (e tentadores) ou pedir para completar o cadastro para maiores benefícios. É nesta etapa que os criminosos convencem a vítima a passar dados bancários e muitas vezes até o número do cartão de crédito e a senha.

O golpe de vishing também visa o sequestro da conta do WhatsApp. É quando, após a confirmação dos dados, o falso atendente solicita à vítima para confirmar um código recebido por SMS. É a senha que o golpista precisa para ativar a conta do mensageiro da vítima em outro celular e extorquir dinheiro dos contatos mais próximos.

De acordo com pesquisa recente da Mobile Time/Opinion Box, com uma amostra de 2.125 brasileiros, três em cada quatro pessoas já sofreram pelo menos uma tentativa de golpe por telefone.

O problema atinge todos os usuários de telefonia celular, independentemente da idade, classe social ou localização geográfica. A ligação interrompe a rotina, irrita pela insistência e pela quantidade de ligações recebidas diariamente e ainda pode causar prejuízos financeiros.

Embora a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tenha determinado, em setembro deste ano, um conjunto de medidas às prestadoras de serviços de telecomunicações com o objetivo de impedir o uso de ligações telefônicas para aplicação de golpes e fraudes, elas não são rigorosas o suficiente para punir os responsáveis.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6484278095>

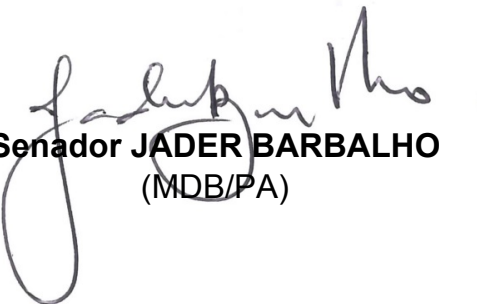
Avulso do PL 4450/2024 [4 de 5]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

Portanto, com o intuito de proteger ainda mais os cidadãos de bem deste País, proponho através deste projeto de lei a criação de regras e mecanismos mais rigorosos para a fiscalização dos números de telefones que são utilizados para aplicar esses golpes.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2024.


Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6484278095>

Avulso do PL 4450/2024 [5 de 5]



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 2024

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 201/2024 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/24809.80812-00

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2024 - COMPLEMENTAR

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“**Art. 17-A.** Os projetos de lei serão acompanhados de análise prévia de impacto legislativo ao meio ambiente, com o objetivo de verificar a razoabilidade do seu impacto no desenvolvimento nacional sustentável, em suas dimensões social, ambiental e econômica.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, entende-se por:

I – análise prévia de impacto legislativo ao meio ambiente: análise legislativa *ex ante* que acompanha o projeto de lei, nos termos desta Lei, que não se confunde com o instrumento de avaliação de impacto ambiental instituído pelo inciso III do art. 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente;

II – dimensão ambiental: aquela que pressupõe a redução dos impactos negativos no meio ambiente, tendo como premissas a conservação da biodiversidade, a restauração da vegetação nativa, a proteção de recursos hídricos e da qualidade do ar, a utilização racional dos recursos ambientais, a busca por padrões sustentáveis de produção e consumo; a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, a análise do ciclo de vida dos produtos, a eficiência energética, as ações de mitigação e



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1400673021>

Avulso do PLP 201/2024 [2 de 7]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

2

SF/24809.80812-00

de adaptação em mudança do clima e as demais medidas de prevenção, mitigação, e compensação de impactos ambientais e climáticos negativos;

III – dimensão econômica: aquela que se fundamenta no cumprimento de regras de responsabilidade fiscal e no princípio da economicidade, entendido como a minimização dos custos e externalidades negativas dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade, observado o ciclo de vida do produto.

IV - dimensão social: aquela em que se valoriza o capital humano e o equilíbrio das relações sociais com a adoção de ações que promovam a acessibilidade, a solidariedade, a equidade, a diversidade, a dignidade e a sadia qualidade de vida, com foco na redução das desigualdades sociais e regionais e nos demais objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, preconizados no art. 3º, incisos I a IV, da Constituição Federal;”

“**Art. 17-B.** A análise prévia de impacto legislativo ao meio ambiente, consoante o que dispõe o art. 17-A, será acompanhada de relatório com informações e dados sobre os seus prováveis efeitos para verificar a razoabilidade do seu impacto no desenvolvimento nacional sustentável, em suas dimensões social, ambiental e econômica, contendo, no mínimo:

I – identificação do problema que se pretende solucionar, com apresentação de suas causas e de sua extensão;

II - descrição dos impactos socioambientais e climáticos e das medidas necessárias para sua prevenção, mitigação e compensação;

III - objetivos a serem alcançados pela proposição e sua compatibilidade com os objetivos de políticas públicas ambientais vigentes;

IV - alternativas possíveis ao enfrentamento do problema identificado, com respectiva previsão dos impactos no desenvolvimento nacional sustentável, em suas dimensões social, ambiental e econômica.

V - contribuição da proposição para o atingimento das metas vigentes de desenvolvimento sustentável estabelecidas pela Organização das Nações Unidas e dos compromissos da Contribuição Nacionalmente Determinada prevista no Acordo de Paris da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Parágrafo único. O relatório de que trata o *caput* será conciso e objetivo, com emprego de linguagem simples e acessível ao público em geral.”



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1400673021>

Avulso do PLP 201/2024 [3 de 7]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As crises ambiental e climática vivenciadas pela sociedade brasileira, agravadas pelos eventos climáticos extremos, clamam por respostas, endereçadas, em sua maioria, aos Poderes Executivo e Legislativo. Em decorrência, ações, programas, incentivos, sanções, entre outras medidas, são criados e veiculados, em sua maioria, por proposições legislativas a serem debatidas no Congresso Nacional.

Iniciativas com as mais variadas justificações, os projetos de leis afetam a vida de todos, repercutem nos direitos das futuras gerações e, certamente, influenciarão a garantia – ou não – do desenvolvimento nacional sustentável, nas dimensões social, ambiental e econômica.

Dada a importância constitucional garantida ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecida no art. 225 da Constituição Federal, os projetos de lei e as demais normas a serem editadas devem, de forma precaucional, ser acompanhadas de uma análise prévia de impacto legislativo ao meio ambiente, de modo a difundir a premente importância da responsabilidade ambiental.

Além disso, o amadurecimento democrático da sociedade brasileira faz com que o desempenho do Estado seja cada vez mais questionado, principalmente quanto à efetividade das suas ações, o seu custo-benefício e os efeitos decorrentes em seus aspectos ambientais e climáticos.

Nesse sentido, o Congresso Nacional deve se aparelhar para que haja um debate consistente acerca de proposições que possam impactar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida dos brasileiros. Dado o número significativo de projetos de leis apresentados, há que se exigir que essas matérias sejam acompanhadas, no mínimo, de um relatório objetivo e conciso que contenha informações e dados sobre os seus prováveis efeitos para verificar a razoabilidade do seu impacto no desenvolvimento nacional sustentável, em suas dimensões social, ambiental e econômica.

Vislumbramos a possibilidade de contribuir com esse desenho de criação de políticas públicas, embasada nos princípios da transparência e



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1400673021>

Avulso do PLP 201/2024 [4 de 7]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

da informação, com este Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo alterar a Lei Complementar (LCP) nº 95, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a “elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Ao incluir os arts. 17-A e 17-B na LCP nº 95, de 1998, instituímos a ferramenta da avaliação legislativa *ex ante* por meio da análise prévia de impacto legislativo ao meio ambiente. A apresentação da proposição veiculará relatório com informações e dados que, para além da justificação, devem verificar a razoabilidade do seu impacto no desenvolvimento nacional sustentável.

Para tanto, propomos como conteúdo mínimo desse instrumento: *i*) a identificação do problema que se pretende solucionar, com apresentação de suas causas e sua extensão; *ii*) a descrição dos impactos socioambientais e climáticos e das medidas necessárias para sua prevenção, mitigação e compensação; *iii*) os objetivos a serem alcançados pela proposição e sua compatibilidade com os objetivos de políticas públicas ambientais vigentes; *iv*) as alternativas possíveis ao enfrentamento do problema identificado, com respectiva previsão dos impactos no desenvolvimento nacional sustentável, em suas dimensões social, ambiental e econômica; e *v*) a contribuição da proposição para o atingimento das metas vigentes de desenvolvimento sustentável estabelecidas pela Organização das Nações Unidas e dos compromissos da Contribuição Nacionalmente Determinada prevista no Acordo de Paris da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A fim de incutir uma cultura de debate aprofundado, embasada em estudos e análises pelo Congresso Nacional, buscamos com esse projeto introduzir nova ferramenta de modo que haja maior conscientização e conhecimento sobre os impactos ambientais das proposições que são apresentadas.

Preocupamo-nos que os relatórios a serem apresentados sejam concisos e objetivos, com emprego de linguagem simples e acessível ao público em geral.

Ciente de que a presente proposição contribuirá para o desenvolvimento sustentável, ao promover informações e aprimoramento do debate democrático, clamamos pela sua aprovação.



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1400673021>

Avulso do PLP 201/2024 [5 de 7]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

5

SF/24809.80812-00

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1400673021>

Avulso do PLP 201/2024 [6 de 7]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art59_par1u

- art225

- cpt_inc1

- cpt_inc4

- Lei Complementar nº 95, de 26 de Fevereiro de 1998 - LCP-95-1998-02-26 - 95/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1998;95>

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- art9_cpt_inc3



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 796, DE 2024

Requer informações ao Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro da Casa Civil, sobre a reunião realizada no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro de 2024, envolvendo o Presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Diretor-Geral da Polícia Federal.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 796/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/24264.20663-96 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, esclarecimentos sobre a reunião realizada no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro de 2024, envolvendo o Presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, esclarecimentos sobre a reunião realizada no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro de 2024, envolvendo o Presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que a Casa Civil reconhece como importantes para a compreensão dos fatos:

1. Solicita-se o registro do horário de entrada no Palácio da Alvorada no dia 13/11/2024 das seguintes autoridades:

Ministro Cristiano Zanin (STF);



Ministro Gilmar Mendes (STF);

Ministro Alexandre de Moraes (STF);

Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Andrei Rodrigues.

1.1. Estiveram presentes outras autoridades? Em caso afirmativo, solicitamos a lista de quem eventualmente tenha comparecido.

2. Procede a informação divulgada pelo Uol de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros mencionados e o Diretor-Geral da Polícia Federal já estavam reunidos no momento das explosões na Praça dos Três Poderes? Em caso afirmativo, esclarecer quais foram os assuntos tratados na reunião e a razão pela qual o encontro não constou na agenda oficial do Presidente da República.

JUSTIFICAÇÃO

Os objetivos e assuntos discutidos na reunião ocorrida no Palácio da Alvorada envolvendo o Presidente da República, ministros do STF e o Diretor-Geral da Polícia Federal, no mesmo dia e horário das explosões na Praça dos Três Poderes, devem ser transparentes e públicos para toda a sociedade. Nesse sentido, alguns veículos de imprensa noticiaram que o encontro já estava ocorrendo no momento das explosões, enquanto outros informaram que a reunião de emergência foi marcada em virtude das explosões. Tal ordem cronológica é relevante e precisa ser devidamente esclarecida.

A transparência sobre reuniões de autoridades é um princípio essencial em um Estado Democrático de Direito, especialmente em contextos que envolvem questões de segurança nacional. Este Requerimento busca garantir que os fatos sejam devidamente esclarecidos, resguardando o direito à informação e ao controle parlamentar sobre os atos do Poder Executivo.



Na qualidade de Senador, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos citados.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 796, de 2024, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro da Casa Civil, sobre a reunião realizada no Palácio da Alvorada no dia 13 de novembro de 2024, envolvendo o Presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Diretor-Geral da Polícia Federal.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 797, DE 2024

Requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 797/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/24030.37592-20 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, esclarecimentos detalhados sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, esclarecimentos detalhados sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Nos termos do artigo 50, §2º da Constituição Federal e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Senhora Ministra da Saúde o presente Requerimento de Informação para esclarecimentos detalhados sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Avulso do RQS 797/2024 [2 de 5]



Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que a pasta julgar relevantes:

1. Enviar a relação detalhada de todos os medicamentos, especialmente vacinas, descartados devido ao vencimento de seus prazos de validade nos anos de 2023 e 2024, incluindo:

- a) Nome do medicamento;
- b) Quantidade de doses descartadas;
- c) Data da aquisição;
- d) Prazo de validade inicial.

2. O Ministério da Saúde informou que parte das vacinas descartadas se deve a estoques herdados de gestões anteriores. Favor detalhar:

- a) Quantidade e valor das vacinas identificadas nessa condição;
- b) Medidas tomadas para evitar o vencimento dos imunizantes herdados.

3. Informar os valores totais, discriminados por medicamento, referentes às perdas acumuladas desde janeiro de 2023 até o presente momento.

4. Fornecer informações sobre os sistemas de monitoramento de estoques implementados no período, bem como indicadores de eficácia para evitar perdas.



JUSTIFICAÇÃO

O prejuízo recorde de R\$ 1,7 bilhão causado pelo vencimento de vacinas em 2023 e 2024 representa um grave problema de gestão de recursos públicos e planejamento estratégico, especialmente considerando que tais perdas ocorreram em meio à crescente demanda por medicamentos e imunizantes no país. O volume de vacinas descartadas no atual governo, 22% superior ao da gestão anterior, exige esclarecimentos detalhados e a identificação de possíveis falhas operacionais.

Os recursos desperdiçados poderiam ter sido aplicados em outros programas essenciais de saúde pública, como a aquisição de insumos em falta nas unidades do SUS ou investimentos em campanhas de vacinação. A atribuição de responsabilidades ao governo anterior não parece compatível com os quase dois anos já transcorridos de gestão atual, período suficiente para implementar ajustes e corrigir práticas inadequadas.

Este requerimento busca, assim, garantir a máxima transparência sobre o uso de recursos públicos e reforçar o compromisso com uma gestão eficiente e responsável. Na qualidade de Senador, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos.

Fontes:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-saude-amplia-cobertura-vacinal-e-evita-desperdicios-de-r-251-2-milhoes-em-doses-que-seriam-descartadas>, acessado em 18/11/2024.



<https://oglobo.globo.com/saude/especial/vacinas-no-lixo-numero-de-imunizantes-vencidos-aumenta-22percent-no-governo-lula-e-o-maior-prejuizo-desde-2008.ghtml>, acessado em 18/11/2024.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 797, de 2024, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o recorde de vacinas descartadas por vencimento nos anos de 2023 e 2024, conforme reportagens divulgadas pela imprensa e dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 798, DE 2024

Requer informações à Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, sobre o financiamento, execução e contrapartidas relacionadas ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza", realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 798/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/24799.56303-17 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, sobre o financiamento, execução e contrapartidas relacionadas ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza", realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes, sobre o financiamento, execução e contrapartidas relacionadas ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza", realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério reconhecer como importantes:

1. Fornecer o detalhamento de todos os valores investidos no evento, discriminando:

a) Recursos oriundos do orçamento do Ministério da Cultura;

Avulso do RQS 798/2024 [2 de 4]



b) Patrocínios de empresas estatais (Itaipu, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES) e seus respectivos valores;

c) Patrocínios de empresas privadas e outros organismos (OEI, BID, PNUD, Única) e seus respectivos valores;

d) Eventuais contrapartidas oferecidas a patrocinadores, especificando sua natureza e valor.

2. Detalhar o interesse institucional e/ou comercial dos patrocinadores públicos e privados no evento, relacionando suas contribuições às metas do G-20 Social.

3. Discriminar os custos totais e individuais das principais despesas do festival e encaminhar cópias dos contratos firmados com prestadores de serviços, incluindo produção, logística, infraestrutura, segurança, iluminação e som.

4. Informar o valor individual dos cachês pagos a cada um dos artistas e grupos participantes do festival, bem como os valores despendidos com hotéis e passagens, e explicitar os critérios adotados para a seleção dos artistas.

5. Esclarecer o papel da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na organização do evento.

6. Quantas pessoas compareceram ao festival?

JUSTIFICAÇÃO

O "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza", promovido no contexto do G-20 Social e popularmente apelidado de "Janjapalooza", levantou questionamentos sobre o uso de recursos públicos e patrocínios estatais para sua realização. Reportagens apontam um valor significativo investido por empresas



públicas, como Itaipu e Petrobras, somando R\$ 33,5 milhões, além da participação de outras estatais e organismos internacionais.

Considerando o elevado custo do evento e a necessidade de assegurar a transparência no uso de recursos públicos, este Requerimento de Informação busca esclarecer todos os aspectos financeiros, contratuais e institucionais relacionados ao festival. A obtenção dessas informações é essencial para o cumprimento da função fiscalizatória do Parlamento e para garantir a correta aplicação do dinheiro público.

Na qualidade de Senador, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 798, de 2024, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações à Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, sobre o financiamento, execução e contrapartidas relacionadas ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza", realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 799, DE 2024

Requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre os recursos destinados pelas empresas Petrobras e Itaipu ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 799/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informações sobre os recursos destinados pelas empresas Petrobras e Itaipu ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informações sobre os recursos destinados pelas empresas Petrobras e Itaipu ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que a pasta, a Petrobrás e Itaipu reconhecerem como importantes para a compreensão dos fatos:

Patrocínio Petrobras

1. Informar o valor total destinado pela Petrobras ao evento, discriminando:

a) Valores diretos para a organização do festival;



b) Eventuais repasses para parceiros ou subcontratados relacionados ao evento.

2. Descrever o processo interno de aprovação para o patrocínio do evento, incluindo as justificativas apresentadas e as instâncias que deliberaram sobre o assunto.

3. Informar se foram realizados estudos de impacto ou viabilidade para o patrocínio e, em caso afirmativo, encaminhar cópias dos referidos estudos.

4. Especificar os objetivos institucionais da Petrobras ao destinar recursos para o festival, incluindo as metas ou retornos esperados em termos de visibilidade, impacto social ou comercial.

5. Detalhar como o patrocínio se alinha à missão e às diretrizes estratégicas da Petrobras.

6. Informar se foram estabelecidas contrapartidas para a Petrobras em razão do patrocínio, detalhando sua natureza (visibilidade de marca, participação em debates, entre outros) e valores correspondentes.

7. Apresentar a relação de todas as ações de comunicação, marketing ou representação realizadas no evento envolvendo a Petrobras.

Patrocínio Itaipu

8. Informar o valor total destinado por Itaipu ao evento, discriminando:

a) Valores diretos para a organização do festival;

b) Eventuais repasses para parceiros ou subcontratados relacionados ao evento.

9. Descrever o processo interno de aprovação para o patrocínio do evento, incluindo as justificativas apresentadas e as instâncias que deliberaram sobre o assunto.



10. Informar se foram realizados estudos de impacto ou viabilidade para o patrocínio e, em caso afirmativo, encaminhar cópias dos referidos estudos.

11. Especificar os objetivos institucionais de Itaipu ao destinar recursos para o festival, incluindo as metas ou retornos esperados em termos de visibilidade, impacto social ou comercial.

12. Detalhar como o patrocínio se alinha à missão e às diretrizes estratégicas de Itaipu.

13. Informar se foram estabelecidas contrapartidas para a Petrobras em razão do patrocínio, detalhando sua natureza (visibilidade de marca, participação em debates, entre outros) e valores correspondentes.

14. Apresentar a relação de todas as ações de comunicação, marketing ou representação realizadas no evento envolvendo Itaipu.

JUSTIFICAÇÃO

A destinação de recursos da Petrobras e de Itaipu ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza" levanta questionamentos sobre a aplicação de recursos públicos e os critérios adotados para o patrocínio. Reportagens indicam que o festival, apelidado pela imprensa de Janjapalooza, contou com expressivos recursos públicos.

A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir que o apoio a eventos culturais esteja alinhado aos objetivos institucionais das patrocinadoras e que o uso de recursos públicos seja eficiente e justificado. Este Requerimento visa garantir que a sociedade tenha pleno conhecimento dos processos e valores envolvidos.

Na qualidade de Senador, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988,



solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

SF/24403.22603-39 (LexEdit)

Avulso do RQS 799/2024 [5 de 5]



Requerimento nº 799, de 2024, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre os recursos destinados pelas empresas Petrobras e Itaipu ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 800, DE 2024

Requer voto de aplauso à toda diretoria da Associação Juliano Varela, pela inauguração do prédio do Centro de Especialização em Reabilitação.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 800/2024 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso a toda diretoria da Associação Juliano Varela, pela inauguração do prédio do Centro de Especialização em Reabilitação .

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Construído com recursos da Central de Execução de Penas Alternativas - CEPA, o novo prédio conta com 12 salas de atendimento especializado para pessoas com deficiência intelectual, possibilitando um atendimento de qualidade em um ambiente agradável e humanizado.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Apresentado o Requerimento nº 800, de 2024, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso à toda diretoria da Associação Juliano Varela, pela inauguração do prédio do Centro de Especialização em Reabilitação.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 801, DE 2024

Requer voto de aplauso ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Desembargador João Marcelo Balsanelli, pela solenidade de posse dos novos dirigentes da Corte, eleitos para o biênio 2025/2026.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 801/2024 [1 de 2]



RQS
00801/2024

SENADO FEDERAL

SF/24421.55979-06 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24a Região, Desembargador João Marcelo Balsanelli , pela solenidade de posse dos novos dirigentes da Corte, eleitos para o biênio 2025/2026.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

Avulso do RQS 801/2024 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 802, DE 2024

Requer voto de aplauso ao Sr. Marcelo Bertoni, pelo êxito no acordo histórico firmado para resolução de um dos conflitos fundiários mais antigos do Estado de Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 802/2024 [1 de 3]



RQS
00802/2024

SENADO FEDERAL

SF/24828.10323-76 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao sr. Marcelo Bertoni, presidente da Famasul, pelo êxito no acordo histórico firmado para resolução de um dos conflitos fundiários mais antigos do Mato Grosso do Sul.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O acordo abrange uma área situada no município de Antônio João, totalizando cerca de 9 mil hectares e incluindo grandes propriedades rurais, como as fazendas Morro Alto, Primavera, Piquiri Santa Cleusa, Itá Brasília, Barra, Cedro, Fronteira, Pérola do Vale, Itaguassu, além de lotes rurais da Vila Campestre.

Conforme o acordo, os proprietários serão indenizados tanto pelo valor das benfeitorias quanto pela terra nua, resultando em um total de R\$ 144,8 milhões. Desse valor, R\$ 27,8 milhões referem-se às benfeitorias, conforme avaliação realizada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2005, devidamente corrigida pela inflação e pela taxa Selic. Esse montante será pago pela União por meio de crédito suplementar.

Avulso do RQS 802/2024 [2 de 3]



A indenização pela terra nua, no valor de R\$ 101 milhões, será financiada pela União. Adicionalmente, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul contribuirá com R\$ 16 milhões, destinados aos produtores rurais mediante depósito judicial.

O sucesso deste acordo marca o início de uma nova fase de diálogo e reconciliação entre indígenas e produtores.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Apresentado o Requerimento nº 801, de 2024, do Senador Nelsinho Trad *solicitando o envio de voto de aplauso ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região, Desembargador João Marcelo Balsanelli, pela solenidade de posse dos novos dirigentes da Corte, eleitos para o biênio 2025/2026.*

Apresentado o Requerimento nº 802, de 2024, do Senador Nelsinho Trad *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Marcelo Bertoni, pelo êxito no acordo histórico firmado para resolução de um dos conflitos fundiários mais antigos do Estado de Mato Grosso do Sul.*

Será encaminhada cópia dos votos nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 803, DE 2024

Requer informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, sobre recursos destinados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 803/2024 [1 de 5]



RQS
00803/2024

SENADO FEDERAL

SF/24360.17112-93 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre recursos destinados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre recursos destinados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que a pasta, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal reconhecerem como importantes para a compreensão dos fatos:

Patrocínio Banco do Brasil

Avulso do RQS 803/2024 [2 de 5]



1. Informar o valor total destinado pelo Banco do Brasil ao evento, discriminando:

- a) Valores diretos para a organização do festival;
- b) Eventuais repasses para parceiros ou subcontratados relacionados ao evento.

2. Descrever o processo interno de aprovação para o patrocínio do evento, incluindo as justificativas apresentadas e as instâncias que deliberaram sobre o assunto.

3. Informar se foram realizados estudos de impacto ou viabilidade para o patrocínio e, em caso afirmativo, encaminhar cópias dos referidos estudos.

4. Especificar os objetivos institucionais do Banco do Brasil ao destinar recursos para o festival, incluindo as metas ou retornos esperados em termos de visibilidade, impacto social ou comercial.

5. Detalhar como o patrocínio se alinha à missão e às diretrizes estratégicas do Banco do Brasil.

6. Informar se foram estabelecidas contrapartidas para o Banco do Brasil em razão do patrocínio, detalhando sua natureza (visibilidade de marca, participação em debates, entre outros) e valores correspondentes.

7. Apresentar a relação de todas as ações de comunicação, marketing ou representação realizadas no evento envolvendo o Banco do Brasil.

Patrocínio Caixa Econômica Federal

8. Informar o valor total destinado pela Caixa Econômica Federal ao evento, discriminando:

- a) Valores diretos para a organização do festival;



b) Eventuais repasses para parceiros ou subcontratados relacionados ao evento.

9. Descrever o processo interno de aprovação para o patrocínio do evento, incluindo as justificativas apresentadas e as instâncias que deliberaram sobre o assunto.

10. Informar se foram realizados estudos de impacto ou viabilidade para o patrocínio e, em caso afirmativo, encaminhar cópias dos referidos estudos.

11. Especificar os objetivos institucionais de Itaipu ao destinar recursos para o festival, incluindo as metas ou retornos esperados em termos de visibilidade, impacto social ou comercial.

12. Detalhar como o patrocínio se alinha à missão e às diretrizes estratégicas da Caixa.

13. Informar se foram estabelecidas contrapartidas para a Caixa em razão do patrocínio, detalhando sua natureza (visibilidade de marca, participação em debates, entre outros) e valores correspondentes.

14. Apresentar a relação de todas as ações de comunicação, marketing ou representação realizadas no evento envolvendo a Caixa.

JUSTIFICAÇÃO

A destinação de recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza" levanta questionamentos sobre a aplicação de recursos públicos e os critérios adotados para o patrocínio. Reportagens indicam que o festival, apelidado pela imprensa de Janjapalooza, contou com recursos de várias empresas públicas, somando valores expressivos.

A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir que o apoio a eventos culturais esteja alinhado aos objetivos institucionais



das patrocinadoras e que o uso de recursos públicos seja eficiente e justificado. Este Requerimento visa garantir que a sociedade tenha pleno conhecimento dos processos e valores envolvidos.

Na qualidade de Senador, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 803, de 2024, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, sobre recursos destinados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal ao evento "Aliança Global Festival Contra a Fome e a Pobreza: Música e Cultura pela Justiça Social", realizado às margens da Cúpula do G-20 Social.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 804, DE 2024

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Corrêa Rodrigues.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 804/2024 [1 de 3]



RQS
00804/2024SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/24858.46068-58 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Osmar Corrêa Rodrigues, empresário e um dos fundadores do Grupo Líder, bem como a apresentação de condolências..

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu na data de 18 de novembro, segunda-feira, na cidade de Belém do Pará, o empresário e um dos sócio-fundadores do Grupo Líder, Osmar Corrêa Rodrigues.

Osmar tinha 82 anos, e faleceu em virtude de uma parada cardíaca em uma clínica de hemodiálise por volta das 6:45hs, era pai de seis filhos (Orimar, Olga, Ocival, Osmar Jr., Andréa Rodrigues e Ocimar Rodrigues) e deixa 16 netos.

Da cidade de Igarapé Miri, Osmar juntamente com seu pai Jerônimo Rodrigues e os irmãos Oscar, João, José e Celso, iniciaram a história desse grupo que é um dos maiores supermercadistas do Brasil. De acordo com o Ranking Abras 2023, o Grupo Líder é considerado a 19ª maior empresa do varejo alimentar, movimentando R\$ 4,3 bilhões no ano passado. Muito desta história vencedora do Grupo Líder, que tão bem demonstra a capacidade e de o potencial empreendedor do povo paraense, teve a contribuição de Osmar, que além de familiares e amigos saudosos, deixa um importante legado.

Avulso do RQS 804/2024 [2 de 3]



Minha solidariedade aos familiares e amigos que, enlutados, enfrentam neste momento a dor da perda.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 804, de 2024, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Corrêa Rodrigues.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PL - Beto Martins* (S)
PP - Esperidião Amin*
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-9 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 17

MDB-10 / UNIÃO-7

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15

PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Beto Martins.	PL / SC
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF

Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Independência - 11

PODEMOS-7 / PSDB-1 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Leila Barros.	PDT / DF
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Democracia.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Independência.	11
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Beto Martins* (PL-SC)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<div><div>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</div><div>Líder Eliziane Gama - PSD (17,64,75)</div><div>Líder do PSD - 15 Omar Aziz (19,74) Vice-Líder do PSD Lucas Barreto (35)</div><div>Líder do PT - 9 Beto Faro (41) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (33,54) Augusta Brito (38,46,66,67)</div><div>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (6,26) Vice-Líder do PSB Flávio Arns (76)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 17</div><div>Líder Efraim Filho - UNIÃO (3,11,61,62,68,69) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (14,58) Professora Dorinha Seabra (15,23,59)</div><div>Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (4) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (29) Confúcio Moura (21,28) Giordano (30)</div><div>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (3,11,61,62,68,69) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Davi Alcolumbre (14,58) Alan Rick (16)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</div><div>Líder Wellington Fagundes - PL (37,55,73) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (34)</div><div>Líder do PL - 14 Carlos Portinho (13) Vice-Líderes do PL Jorge Seif (31) Izalci Lucas (47) Jaime Bagattoli (50)</div><div>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (12,60)</div></div>
<div><div>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</div><div>Líder Laércio Oliveira - PP (44) Vice-Líder Damares Alves (45)</div><div>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (8) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (7) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (20)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 11</div><div>Líder Styvenson Valentim - PODEMOS (43,49)</div><div>Líder do PODEMOS - 7 Rodrigo Cunha (40) Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (43,49) Marcos do Val (42)</div><div>Líder do PSDB - 1 Plínio Valério (48) Líder do PDT - 3 Ana Paula Lobato (51)</div></div>	<div><div>Maioria</div><div>Líder Renan Calheiros - MDB (10)</div></div>
<div><div>Minoria</div><div>Líder Ciro Nogueira - PP (1,9)</div></div>	<div><div>Governo</div><div>Líder Jaques Wagner - PT (2) Líder em exercício Otto Alencar - PSD (5,65,71,72) Vice-Líderes Otto Alencar (5,65,71,72) Confúcio Moura (21,28) Daniella Ribeiro (27) Jorge Kajuru (6,26) Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Randolfe Rodrigues (22) Weverton (24) Zenaide Maia (25) Augusta Brito (38,46,66,67)</div></div>	<div><div>Oposição</div><div>Líder Rogerio Marinho - PL (70) Vice-Líderes Eduardo Girão (12,60) Magno Malta (56) Eduardo Gomes (57)</div></div>
<div><div>Bancada Feminina</div><div>Líder Leila Barros - PDT (52) Vice-Líderes Teresa Leitão (33,54) Soraya Thronicke (53)</div></div>		



Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
4. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
5. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
6. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
8. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
9. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
10. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
12. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
13. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
14. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
15. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
16. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
17. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
18. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
19. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
20. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
21. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
23. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
24. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
25. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
26. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
27. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
29. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
30. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
31. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
32. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
33. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
34. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
35. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
36. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
37. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
38. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
39. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
40. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
41. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
42. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
43. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
44. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
45. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
46. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
47. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
48. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
49. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
50. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLPL).
51. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
52. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
53. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
54. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
55. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
56. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
57. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
58. Em 18.06.2024, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
59. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
60. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
61. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
62. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
63. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
64. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
65. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/or diasf>

66. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
67. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
68. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do União Brasil (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
69. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
70. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
71. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
72. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
73. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 55/2024-BLVANG).
74. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
75. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
76. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019**

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

Prazo final: 07/04/2024

Prazo final prorrogado: 22/05/2024

Prazo final prorrogado: 20/08/2024

Prazo final prorrogado: 09/12/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(1,6,7,8)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,2,5)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
- Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.
- Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
- Em 05.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Augusta de Brito para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Janaína Farias.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

Instalação: 16/08/2023
Prazo final: 14/12/2023
Prazo final prorrogado: 23/05/2024
Prazo final prorrogado: 17/07/2024
Prazo final prorrogado: 15/09/2024
Prazo final prorrogado: 14/11/2024
Prazo final prorrogado: 14/12/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,4,5,6)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.
4. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
5. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
6. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz
E-mail: ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 05/03/2025

Prazo final prorrogado: 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,3,7,8)	5.

Notas:

- Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
- Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
- Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
- Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
- Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
- Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
- Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
- Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

Finalidade: acompanhar, por tempo indeterminado, as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

ATO nº 5, de 2024

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ireneu Orth (PP-RS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 07/05/2024

MEMBROS
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,8)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁴⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 06.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth membros desta comissão (ATO nº 5/2024).
- Em 07.05.2024, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim e Ireneu Orth, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e o Presidente designa como Relator o Senador Hamilton Mourão (Of. nº 001/2024-CTERS).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Astronauta Marcos Pontes membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 21/2024-BLVANG).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 26/2024-BLDEM).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Esperidião Amin membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 23/2024-GABLID/BLALIAN).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Jorge Kajuru membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 26/2024-BLREDEM).
- Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Leila Barros membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 2/2024-BLIDEP).
- Em 07.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Luis Carlos Heinze membro desta comissão, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjuntos: Fernanda Lima; Antonio das Dores P. Silva Neto

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cters@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾

RELATOR: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/03/2024

Instalação: 10/04/2024

Prazo final: 07/10/2024

Prazo prorrogado: 15/02/2025

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,17)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,17)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁴⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(4,13,14,15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁹⁾	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,8)
VAGO ^(3,16)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(12,16)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁷⁾	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾

- Notas:**
- Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).
 - Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).
 - Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).
 - Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).
 - Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).
 - Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).
 - Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).
 - Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).
 - Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).



10. Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).
11. Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).
12. Em 21.05.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 017/2024-GLDPT).
13. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
14. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
15. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
16. Em 23.10.2024, o Senador Angelo Coronel deixa de ocupar a vaga de titular e passa à vaga de suplente, esta em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 13/2024-GLPSD).
17. Em 31.10.2024, o Senador Giordano foi designado membro titular e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 34/2024-GLMDB).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiae@senado.leg.br



2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



3)CPI DAS BETS

Finalidade: investigar, no prazo de cento e trinta dias, com limite de despesas de cento e dez mil reais, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Requerimento nº 680, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹³⁾

Leitura: 08/10/2024

Instalação: 12/11/2024

Prazo final: 30/04/2025

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(2,8,11)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁵⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 24.10.2024, os Senadores Marcos Rogerio e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-GLPL).
- Em 24.10.2024, os Senadores Omar Aziz e Angelo Coronel foram designados membros titulares, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2024-GLPSD).
- Em 24.10.2024, a Senadora Soraya Tronicke foi designada membro titular, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-GLPODEMOS).
- Em 24.10.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 38/2024-GLDPT).
- Em 24.10.2024, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e o Senador Fernando Faria, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 32/2034-GLMDB).
- Em 24.10.2024, a Senadora Elíziane Gama foi designada membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-GLPSD).
- Em 24.10.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 35/2024).
- Em 24.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 15/2024-GLPSD).
- Em 30.10.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 39/2024-GLDPT).
- Em 12.11.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, e a Senadora Professora Dorinha Seabra, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2024 - GLUNIAO).
- Em 12.11.2024, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 17/2024-GLDPSD).



12. Em 12.11.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Dr. Hiran e Alessandro Vieira, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIBETS).

13. Em 12.11.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Relatora deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIBETS).

14. Em 18.11.2024, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 108/2024 - GLPODEMOS).

Secretário(a): Reinilson Prado | Secretários-Adjuntos: Breno Andrade e Victor Comeira

Telefone(s): 6133034854

E-mail: cpibets@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,59,62)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13,48,65,68)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(2,26,29)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13,33,35,39,41)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(2,44,56,60)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(2,56)	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19,30)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,57,61,63,64)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,38,40,42,53,54)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(4,50,51)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(18,20)	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(18,37)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,17,23,24,27,28,46,69,70)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,22,32)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,47,66,67)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,34,36,55,58)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,43,45,49,52)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,14,71)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM). ([DSF de 01/03/2024, p. 10](#))
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG). ([DSF de 13/03/2024, p. 112](#))
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM). ([DSF de 14/03/2024, p. 139](#))
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG). ([DSF de 15/03/2024, p. 33](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLRESDEM). ([DSF de 19/03/2024, p. 11](#))
38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM). ([DSF de 09/04/2024, p. 40](#))
39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM). ([DSF de 25/04/2024, p. 154](#))
40. Em 07.05.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 28/2024-BLRESDEM). ([DSF de 08/05/2024, p. 101](#))
41. Em 14.05.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 36/2024-BLDEM). ([DSF de 15/05/2024, p. 174](#))
42. Em 15.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 33/2024-BLRESDEM). ([DSF de 16/05/2024, p. 165](#))
43. Em 11.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 30/2024-BLVANG). ([DSF de 12/06/2024, p. 153](#))
44. Em 11.06.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos Do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 5/2024-BLINDEP). ([DSF de 12/06/2024, p. 150](#))
45. Em 11.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG). ([DSF de 12/06/2024, p. 154](#))
46. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG). ([DSF de 14/06/2024, p. 29](#))
47. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG). ([DSF de 21/06/2024, p. 29](#))
48. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM). ([DSF de 22/06/2024, p. 36](#))
49. Em 03.07.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 35/2024-BLVANG). ([DSF de 04/07/2024, p. 159](#))
50. Em 04.07.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 49/2024-BLRESDEM). ([DSF de 05/07/2024, p. 66](#))
51. Em 09.07.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-BLRESDEM). ([DSF de 10/07/2024, p. 93](#))
52. Em 11.07.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 36/2024-BLVANG). ([DSF de 12/07/2024, p. 63](#))
53. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO). ([DSF de 31/07/2024, p. 7](#))
54. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 54/2024-BLRESDEM). ([DSF de 06/08/2024, p. 49](#))
55. Em 19.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 42/2024-BLVANG). ([DSF de 20/08/2024, p. 52](#))
56. Em 20.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa a compor a comissão como membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 9/2024-BLINDEP). ([DSF de 21/08/2024, p. 227](#))
57. Em 20.08.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 60/2024-BLRESDEM). ([DSF de 21/08/2024, p. 232](#))
58. Em 20.08.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 45/2024-BLVANG). ([DSF de 21/08/2024, p. 229](#))
59. Em 21.08.2024, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 92/2024-BLDEM). ([DSF de 22/08/2024, p. 76](#))
60. Em 29.08.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Independência, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLINDEP). ([DSF de 30/08/2024, p. 6](#))
61. Em 03.09.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 61/2024-BLRESDEM). ([DSF de 04/09/2024, p. 218](#))
62. Em 04.09.2024, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 95/2024-BLDEM). ([DSF de 05/09/2024, p. 182](#))
63. Em 09.09.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 62/2024-BLRESDEM). ([DSF de 10/09/2024, p. 25](#))
64. Em 17.09.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 63/2024-BLRESDEM). ([DSF de 18/09/2024, p. 75](#))
65. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
66. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN). ([DSF de 19/10/2024, p. 26](#))
67. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
68. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
69. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
70. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).
71. Em 11.11.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 63/2024-GABLID/BLALIAN).



Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	8. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(10,14,15,16,17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,19,21,22)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(5,9,13,20)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em vaga cedida ao Bloco Parlamentar Vanguarda, na comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))
18. Em 13.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 62/2024-BLDEM). ([DSF de 14/06/2024, p. 28](#))
19. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
20. Em 09.10.2024, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em vaga cedida ao Bloco Parlamentar Vanguarda, na comissão (Of. nº 57/2024-GABLD/BLALIAN).
21. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN).
22. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(5,7,8)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
 - Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
 - Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
 - Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
 - Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))
 - Em 18.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-SACAS).
 - Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
 - Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2,5,79,91,92,106)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,27,29,30,37,50,55,57,76,79,92)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29,50,55,66,75)	3. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8,30,37,66,75,76,79,105)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2,5,8,30,41,57,79,105)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5,8,18,76,79)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,8,38,40,76,79,81,99,103)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,7,8,79,105)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2,8,12,16,19,87)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (17,18,30,39,41,51,52,53,79,91,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3,85,98,104)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3,36,42,84,104)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (3,96)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,64,67)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3,56,65,68,70,71)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,69,72)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,77,78)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3,58,59,63,73,74,83,86)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3,60,61,62,82)	9. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (3,82)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,80,100,102)
Senador Beto Martins (PL-SC) (1,88,93,95)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,21,26,33,54,89,90,94,97,101,107)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- *. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.
1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 21/09/2023, p. 126)
3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara



Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))

9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))

10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))

11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))

12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))

14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))

15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))

16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))

17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))

18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))

19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))

20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))

21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))

22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))

23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))

24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))

25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))

26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))

27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))

28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))

29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))

30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))

31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))

32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))

33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))

34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))

35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))

36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))



37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDEM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
69. Em 07.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
70. Em 07.05.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa à titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
71. Em 10.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDEM).



72. Em 10.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 30/2024-BLRESDM).
73. Em 21.05.2024, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 36/2024-BLRESDM).
74. Em 28.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 37/2024-BLRESDM).
75. Em 29.05.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 45/2024-BLDEM).
76. Em 03.06.2024, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro e Izalci Lucas foram designados, respectivamente, segundo, terceiro, sexto e sétimo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 46/2024-BLDEM).
77. Em 05.06.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 40/2024-BLRESDM).
78. Em 12.06.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 43/2024-BLRESDM).
79. Em 19.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado sexto suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a ocupar a primeira suplência; o Senador Jayme Campos, segundo suplente, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a ocupar a décima primeira suplência; o Senador Cid Gomes, terceiro suplente, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a ocupar a oitava suplência; e o Senador Izalci Lucas, quinto suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a ocupar a sétima suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 69/2024-BLDEM).
80. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
81. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
82. Em 09.07.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 51/2024-BLRESDM).
83. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
84. Em 05.08.2024, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLRESDM).
85. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passou a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLRESDM).
86. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDM).
87. Em 07.08.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 7/2024-BLINDEP).
88. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 041/2024-BLVANG).
89. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLID/BLALIAN).
90. Em 12.08.2024, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLID/BLALIAN).
91. Em 14.08.2024, a Senadora Professora Dorinha foi designada 1ª suplente, em permuta com o Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como 11ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 91/2024-BLDEM).
92. Em 14.08.2024, o Senador Marcelo Castro foi designado 1ª suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra, 2ª suplente e o Senador Jayme Campos, 11ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 92/2024-BLDEM).
93. Em 19.08.2024, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2024-BLVANG).
94. Em 21.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2024-GABLID/BLALIAN).
95. Em 28.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 47/2024-BLVANG).
96. Em 30.09.2024, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 64/2024-BLRESDM).
97. Em 17.10.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2024-GABLID/BLALIAN).
98. Em 17.10.2024, o Senador Bene Camacho deixou de compor a comissão, em razão do retorno da titular (Of. nº 35/2024-GSEGAMA).
99. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
100. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN).
101. Em 18.10.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 60/2024-GABLID/BLALIAN).
102. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
103. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
104. Em 23.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 68/2024-BLRESDM).
105. Em 24.10.2024, os Senadores Alan Rick, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados, respectivamente, 3ª suplente, 5ª suplente e 8ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 105/2024-BLDEM).
106. Em 31.10.2024, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2024-GLMDB).
107. Em 18.11.2024, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 64/2024-GABLID/BLALIAN).



Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,27,38,41)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(15,31)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽³³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13,36,37)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁸⁾	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,23,29,30)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,24,34)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,16,19,20,25,43,44)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Beto Martins (PL-SC) ^(1,11,35)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11,32,35,42)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11,26,39,40)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,18,21,22)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

- *. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.
1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)
2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
24. Em 28.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 38/2024-BLREDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
27. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
28. Em 25.06.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor a comissão (Of. nº 48/2024-BLREDEM).
29. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
30. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
31. Em 06.08.2024, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 88/2024-BLDEM).
32. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2024-BLVANG).
33. Em 13.08.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 8/2024-BLINDEP).
34. Em 20.08.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 56/2024-BLREDEM).
35. Em 20.08.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 44/2024-BLVANG).
36. Em 08.10.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-BLREDEM).
37. Em 17.10.2024, o Senador Bene Camacho deixou de compor a comissão, em razão do retorno da titular (Of. nº 35/2024-GSEGAMA).
38. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
39. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN).
40. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
41. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).



42. Em 24.10.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 54/2024-BLVANG).

43. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.

44. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾

Instalação: 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(1,4,5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

- Notas:**
- Em 21.05.2024, os Senadores Cid Gomes e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia; e os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim, membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Janaína Farias, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 180/2024-CE).
 - Em 22.05.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a subcomissão (Of. nº 191/2024-CE).
 - Em 11.06.2024, a subcomissão reunida elegeu os Senadores Cid Gomes e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 223/2024-CE).
 - Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
 - Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 305/2024/CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾

Instalação: 03/07/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(1,4,5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:

1. Em 25.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Jussara Lima e Janaína Farias, membros titulares, e os Senadores Cid Gomes e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e os Senadores Soraya Thronicke e Zequinha Marinho designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 257/2024-CE).

2. Em 03.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Janaína Farias Presidente deste colegiado (Of. nº 270/2024-CE).

3. Em 10.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 273/2024-CE).

4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).

5. Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 304/2024/CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(14,26,28,32)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(2,15,23)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,20)	6. Senador Irajá (PSD-TO) ^(19,24)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(1,11,30)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11,25,29,31)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(11,16,18,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12,22,27)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,12,17)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 03/02/2024, p. 20](#))
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG). ([DSF de 08/02/2024, p. 141](#))
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDEM). ([DSF de 06/03/2024, p. 106](#))
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDEM). ([DSF de 15/03/2024, p. 32](#))
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG). ([DSF de 10/04/2024, p. 152](#))
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN). ([DSF de 11/04/2024, p. 99](#))
23. Em 15.05.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2024-BLRESDEM). ([DSF de 16/05/2024, p. 164](#))
24. Em 29.05.2024, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 39/2024-BLRESDEM). ([DSF de 30/05/2024, p. 240](#))
25. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG). ([DSF de 21/06/2024, p. 29](#))
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM). ([DSF de 22/06/2024, p. 37](#))
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN). ([DSF de 08/08/2024, p. 80](#))
28. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
29. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN). ([DSF de 19/10/2024, p. 26](#))
30. Em 18.10.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2024-BLVANG). ([DSF de 19/10/2024, p. 30](#))
31. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
32. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,8,15)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,16,17,18)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,13,14)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))
13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLD/BLALIAN).
15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6,25,26,27)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,8)	6. VAGO ^(3,8,23)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,15,17,18,21,22,24,28,29)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
23. Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).
24. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
25. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
26. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
27. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
28. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
29. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(1,3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP,REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Esperidião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a subcomissão (Of. nº 4/2024-CRE).
2. Em 14.05.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin Presidente deste colegiado (Of. nº 06/2024-CRE).
3. Em 17.05.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Ofs. nºs 7/2024-CRE e 38/2024-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,26,30,31)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(2,24)	9. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,16,17,19,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8,20,21)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,12,15,25,32,33)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Beto Martins (PL-SC) ^(1,18,23,29)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,28,34)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,22,27)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Orlanildo Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 09.05.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 22/2024-BLVANG).
24. Em 22.05.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 42/2024-BLDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
28. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLID/BLALIAN).
29. Em 05.09.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2024-BLVANG).
30. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
31. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
32. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
33. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).
34. Em 18.11.2024, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 64/2024-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,16,19,22)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4,14,17,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (7)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,15,20,21)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

3. Em 08.03.2023, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). (DSF de 10/03/2023, p. 84)

4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 8)

6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). (DSF de 15/03/2023, p. 161)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). (DSF de 18/08/2023, p. 59)

9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). (DSF de 01/09/2023, p. 55)

10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). (DSF de 01/09/2023, p. 56)

11. Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). (DSF de 31/10/2023, p. 35)

12. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). (DSF de 23/11/2023, p. 139)



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM). ([DSF de 09/04/2024, p. 40](#))
15. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG). ([DSF de 21/06/2024, p. 29](#))
16. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM). ([DSF de 22/06/2024, p. 36](#))
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO). ([DSF de 31/07/2024, p. 7](#))
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM). ([DSF de 06/08/2024, p. 49](#))
19. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
20. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN). ([DSF de 19/10/2024, p. 26](#))
21. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
22. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(2,32,37,40)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,28,31,33)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(1,35,36)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,20,21,30,38,39)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,29,34)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/03/2023, p. 134\)](#)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). [\(DSF de 08/03/2023, p. 126\)](#)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). [\(DSF de 08/03/2023, p. 120\)](#)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). [\(DSF de 09/03/2023, p. 48\)](#)

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). [\(DSF de 11/03/2023, p. 8\)](#)

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). [\(DSF de 21/03/2023, p. 73\)](#)

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). [\(DSF de 23/03/2023, p. 116\)](#)

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). [\(DSF de 24/03/2023, p. 72\)](#)

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). [\(DSF de 17/05/2023, p. 213\)](#)

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). [\(DSF de 06/07/2023, p. 261\)](#)

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). [\(DSF de 06/07/2023, p. 263\)](#)

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). [\(DSF de 02/08/2023, p. 85\)](#)

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronike deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). [\(DSF de 02/08/2023, p. 85\)](#)



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
30. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
31. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
32. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLRESDM).
33. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDM).
34. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
35. Em 13.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2024-BLVANG).
36. Em 05.09.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2024-BLVANG).
37. Em 17.10.2024, o Senador Bene Camacho deixou de compor a comissão, em razão do retorno da titular (Of. nº 35/2024-GSEGAMA).
38. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN).
39. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
40. Em 23.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 68/2024-BLRESDM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,20)	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,18,23,24)	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. VAGO ^(10,13)
VAGO ^(3,15)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,14,21,22)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,17,25,26)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(1,11,12,16)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))

5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))

8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))

9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))

10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))

12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))

13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))

14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaina Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).



15. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2024-BLDEM).
16. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 26/2024-BLVANG).
17. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
18. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
19. Em 16.07.2024, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. 071/2024-SACCT).
20. Em 16.07.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 94/2024-GLPODEMOS).
21. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
22. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDM).
23. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
24. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
25. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
26. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. VAGO ^(5,16)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,17)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(4,18,19,20)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 263](#))

2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 260](#))

3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.

9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 81](#))

8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 81](#); [DSF de 15/06/2023, p. 81](#))

5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 79](#); [DSF de 15/06/2023, p. 79](#))

10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 52](#))

12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). ([DSF de 21/06/2023, p. 366](#))

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))

15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). ([DSF de 21/09/2023, p. 166](#))

16. Em 06.06.2024, o Senador Oriovisto Guimarães deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2024-BLINDEP).

17. Em 07.06.2024, o Senador Alan Rick deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 55/2024-BLDEM).

18. Em 11.07.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 37/2024-BLVANG).

19. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.

20. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).



Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(2,34,36,39)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,33,37,38)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,16,27,28,32,40,41)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12,31,35)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN). ([DSF de 11/04/2024, p. 99](#))
32. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG). ([DSF de 14/06/2024, p. 29](#))
33. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG). ([DSF de 21/06/2024, p. 29](#))
34. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLREDEM). ([DSF de 06/08/2024, p. 48](#))
35. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN). ([DSF de 08/08/2024, p. 80](#))
36. Em 17.10.2024, o Senador Bene Camacho deixou de compor a comissão, em razão do retorno da titular (Of. nº 35/2024-GSEGAMA). ([DSF de 18/10/2024, p. 12](#))
37. Em 18.10.2024, o Senador Flavio Azevedo deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 743/2024-GSRMARIN). ([DSF de 19/10/2024, p. 26](#))
38. Em 21.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2024-BLVANG).
39. Em 23.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 68/2024-BLREDEM).
40. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
41. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 13/03/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽¹⁾	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

- Notas:**
- 1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
 - 2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
 - 3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
 - 4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - 5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Instalação: 13/03/2024

Prazo final: 11/06/2024

Prazo prorrogado: 22/07/2024

Prazo prorrogado: 30/09/2024

Prazo prorrogado: 29/11/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
2. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
3. Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).
4. Em 09.05.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 87/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6,22,28,29)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(15,20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(2,24,27,30)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,21)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,16,17)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,18,23,25)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,19,26)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Irenu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).
21. Em 20.06.2024, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2024-BLREDEM).
22. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
23. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
24. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLREDEM).
25. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLREDEM).
26. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irenu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
27. Em 17.10.2024, o Senador Bene Camacho deixou de compor a comissão, em razão do retorno da titular (Of. nº 35/2024-GSEGAMA).
28. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
29. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
30. Em 23.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 68/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7,29,32,33)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (8,26)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (16,22,28)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6. Senador Beto Faro (PT-PA) (20)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (6,30)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (12,17,21,25,27)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (9,31)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 256)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 264)

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 261)

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 258)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 78)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 57)

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 53)

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).
29. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
30. Em 05.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 39/2024-BLVANG).
31. Em 02.10.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 55/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
33. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12,20,22,23)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(10,13,17,18,19,24,25)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(8,14,16,21,26)

Notas:

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))

19. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).



20. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
21. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLID/BLALIAN).
22. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
23. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).
24. Em 29.10.2024, a Senadora Rosana Martinelli deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular.
25. Em 29.10.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2024-BLVANG).
26. Em 18.11.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 64/2024-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

